

Ata da 207ª Reunião Ordinária do Conselho
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

1
2
3
4 Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e catorze no Auditório Plenarinho na Assembléia
5 Legislativa da Bahia (turno matutino) e no Auditório João Falcão Fontes Torres, no Subsolo da Secretaria
6 Estadual de Saúde da Bahia – SESAB, no Centro Administrativo da Bahia (turno vespertino), com as
7 presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Washington Luis Silva Couto
8 (Presidente), Aldenilson Viana Rangel, Beatrix Kunz, Camila dos Santos Pimentel, Doraídes Alves Nunes
9 Almeida, Edson Morais de Oliveira, Eliane Araújo Simões, Fernando Antônio Duarte Dantas, Francisco
10 José Sousa e Silva (Vice-Presidente), José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves,
11 Juliane Passos Avena, Julieta Maria Cardoso Palmeira, Leonídia Laranjeira Fernandes, Lílian Fátima
12 Barbosa Marinho, Luís Delfino Mota Lopes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Marcos Barroso de
13 Oliveira, Maria Helena Machado Santa Cecília, Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral),
14 Olívia Santos Pereira, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Walney Magno de Souza, (Conselheiros
15 Titulares). Carlos Alberto Seixas Rio, Célia Maria Alexandria de Oliveira (Secretária Adjunta), Gislene
16 Villas Boas Torres da Silva, Jair Alves dos Santos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, José Silvino
17 Gonçalves dos Santos, Josuéilton de Jesus Santos, Júlio César Vieira Braga, Lourani Maria Carneiro,
18 Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, Maria Cristina de Camargo Fonseca, Maria do Carmo Brito de
19 Morais, Maria Luíza Costa Câmera, Neila Tiara Santos Soledade, Paulo José Bastos Barbosa, Ricardo
20 Luiz Dias Mendonça, Rômulo José Valença Corrêa, Silvanete Brandão Figueiredo (Conselheiros
21 Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Morais – Coordenadora do CES, para a reunião do CES/BA. Às 10
22 horas o Senhor Secretário Geral deu início à sessão constatando que havia quorum, portanto, a partir
23 daquele momento a reunião poderia ser com deliberação. Colocou que começaria com os informes, de
24 modo que as comunicações das entidades se fariam de acordo com o tempo regulamentar, ou seja,
25 dispunham de 30 minutos, o que seria permitido três minutos por conselheiro. “Temos um total de 10
26 inscrições e caso haja mais de 10 inscrições teremos que dividir o tempo de 30 minutos pelo número de
27 conselheiros que queira se pronunciar, o que diminuiria o tempo de fala de cada conselheiro.” Passou a
28 palavra para que os conselheiros fizessem os informes das suas entidades. O conselheiro Jorge Geraldo de
29 Jesus Rosário informou que a participação da entidade a qual representava, na reunião da 4ª Conferência
30 Estadual de Saúde do Trabalhador por indicação do conselheiro José Silvino e apoio da conselheira Maria
31 Helena, foi indicada para coordenar a Comissão de Mobilização e Comunicação da referida conferência, e
32 estava participando, tanto da reunião de coordenação quanto coordenando os trabalhos que estavam
33 bastante avançados. Disse que inclusive os companheiros haviam recebido o informe, exatamente uma
34 comunicação para todas as organizações sindicais que estavam sendo distribuídas em mãos para cada
35 conselheiro. Agradeceu pelo apoio do conselheiro José Silvino e da conselheira Maria Helena e solicitou
36 um ponto de pauta para a reunião seguinte, se possível, para a coordenação do Comitê Técnico de Saúde
37 da População Negra, salientando que se fazia necessário, pois existia um pleito para a realização de uma
38 conferência e o comitê desejava se colocar diante do Conselho, a fim de pedir todo apoio junto ao
39 presidente e Secretário de Saúde. Solicitou ainda uma urgência na questão das comissões, sendo que
40 foram pautadas, inclusive, junto à própria Mesa a necessidade de se colocar tanto em aprovação como a
41 finalização, porque se tratava da segunda ou terceira reunião que se fazia o encaminhamento e este não
42 era posto nem colocado para aprovação. Agradeceu também ao apoio recebido por parte de Elisabete
43 como Secretária Executiva, se colocando à disposição dos trabalhos. A conselheira Célia Maria
44 Alexandria de Oliveira colocou que daria o informe da entidade a qual representava em relação ao mês de
45 março, dia da mulher, a forma como vinha sendo discutida essa questão. “Pautados por uma orientação da
46 Central Única de Trabalhadores (CUT) nacional da mulher em todos os espaços e dentro da concepção de
47 todos no sindicato e na base, a mulher no poder, fizemos essa discussão chamando a atenção da
48 importância, pois, no momento em que a mulher sai do espaço doméstico, vai para o mundo do trabalho,
49 vai para o mundo da política e vai ocupando diferentes esferas no conjunto da sociedade, tendo em vista a
50 forma como ainda se vê e se percebe a mulher, demos um enfoque muito interessante no nosso sindicato.
51 Ao se empoderar, ao fazer todas essas atividades, inclusive políticas, ela fica extremamente
52 sobrecarregada e passa por um processo de sofrimento psíquico muito grande por não poder dar conta de
53 tantos papéis que lhe são exigidos. Então discutimos profundamente isso, foi uma discussão interessante e

54 mostramos inclusive como a mulher ao longo do tempo, desse sofrimento psíquico, vai apresentando, pela
55 superposição de papéis, pela forma como ela é submetida dentro dessa matriz patriarcal, ela vai
56 desenvolvendo transtornos leves, depois maiores e tem a sua saúde mental profundamente afetada. Foi
57 uma discussão bastante interessante e a base da nossa categoria gostou tanto da abordagem do tema que
58 no mês de maio, o mês inclusive da Conferência de Saúde do Trabalhador, no nosso sindicato vamos
59 fazer também um seminário e dentro deste estaremos pautando a questão das doenças que acometem as
60 mulheres em função de toda essa carga emocional a que ela fica submetida pela maneira como é tratada
61 nos diferentes espaços em que ocupa. O Senhor Secretário Geral informou que a partir daquele o
62 momento a presidência da Mesa passaria a assumir a reunião. O conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e
63 Silva informou sobre a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia
64 (SINDSAÚDE) nos 30 anos de comemoração do Hospital Clériston Andrade, onde esteve presente com o
65 slogan “30 Anos, parabéns, vencemos a privatização”. Disse que era um trabalho que o SINDSAÚDE
66 vinha fazendo na busca da transformação do Hospital Clériston Andrade em Hospital Escola a fim de
67 evitar a privatização. “Esperamos que a Secretaria de Saúde não recue, porque o projeto já está pronto,
68 houve um esforço muito grande por conta de todo o aparato da Universidade Estadual de Feira de
69 Santana.” Informou ainda que esteve em uma audiência com o novo Secretário de Saúde da Bahia, onde
70 havia sido apresentada a pauta específica de pontos que precisavam ser encaminhados, ainda não havia
71 sido efetivados ficando de um novo processo e continuar a busca daquela situação. Informou também que
72 houve uma assembleia de todos os trabalhadores públicos do estado da Bahia, onde havia ficado definido
73 que no dia 28/03/2014 todos os trabalhadores paralisariam suas atividades e realizariam uma assembleia
74 na quadra do Sindicato dos Bancários às 09 horas. Ali se definiria que encaminhamento seria dado pelo
75 movimento, até porque teria uma reunião naquele dia com o líder da bancada do governo e outras
76 lideranças do movimento sindical. Disse ainda que houve a assembleia do SINDSAÚDE que encaminhou
77 também por aquela paralisação. Comentou que haviam duas pendências para resolver em relação aos
78 conselhos municipais de saúde através da comissão de acompanhamento ao conselho do qual era
79 coordenador, esteve em Nova Canaã pois no município havia um problema grave, onde se tinha um
80 Conselho com duas mesas diretoras com duas composições, mas, o processo havia sido resolvido. “Estive
81 lá juntamente com Walney e uma pessoa da DIRES que faz o acompanhamento dos conselhos municipais
82 de saúde. Porém, a situação já está resolvida, houve consenso se elegendo uma Mesa Diretora com uma
83 composição contendo os membros que eram das duas mesas.” Colocou que no município de Lauro de
84 Freitas era uma coisa mais simples, algo que se questionava a indicação de um trabalhador, mas a questão
85 da indicação foi simples, pois já havia sido feita uma consulta ao Conselho Nacional de Saúde e este
86 havia respondido que a autonomia era da entidade e esta que indicava a sua representação,
87 independentemente de onde o trabalhador fosse servidor. Havia o questionamento de que o Sindicato dos
88 Farmacêuticos havia indicado uma representação que não trabalhava no setor público, mas isso não
89 importava, porque o Sindicato dos Farmacêuticos tinha abrangência no estado, tanto na rede pública
90 quanto privada. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves justificou a sua ausência no município de
91 Nova Canaã, bem como na reunião da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST)
92 alegando que esteve em Brasília participando de uma atividade sindical e do Conselho Municipal de
93 Saúde. Informou que havia participado da II Mostra Nacional de Saúde, onde havia sido tratado diversos
94 assuntos importantes para a Saúde. Informou ainda que havia participado do Fórum Nacional da
95 Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, onde fez um treinamento sobre
96 planos de cargos e salários. Em Itabuna participou da sessão para estar discutindo a situação da saúde do
97 município, principalmente a questão do comando único, do repasse por parte do Ministério da Saúde que
98 estava em déficit desde o mês de dezembro, no total de 2,5 milhões que o Ministério não estava
99 repassando para o município, sendo por esse motivo o debate com a Câmara e a sociedade. E no dia
100 25/03/2014 havia participado no município de Itabuna do acolhimento dos médicos do Programa Mais
101 Médicos. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou que o CAPDV havia lançado no dia
102 23/03/2014 um projeto contra o extermínio da juventude negra. E estava ocorrendo naquele dia
103 27/03/2014 uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados proposta pelo deputado Yulo Oiticica que
104 tratava da campanha da fraternidade do ano de 2014 e trazia como tema o Tráfico Humano. “Este que
105 ocorre em todo o Brasil e em todo o mundo faz vítimas muitas pessoas, de maneira especial a população
106 pobre e negra. Informou ainda sobre a visita realizada na cidade de Maragogipe pela comissão de

acompanhamento aos municípios, composta por Camila, Silvino e Marcos, acompanhada pela técnica do CES Mércia. “Podemos sair de lá com uma proposta de solução para aquele problema, onde ficou acordado que uma proposta de construção de uma comissão para a elaboração de proposta de eleição para aquele Conselho.” Comentou que a eleição do Hospitalar Professor Edgard Santos (HUPES) havia sido anulada por ter seu regimento infligido, mas, para sua surpresa havia recebido uma convocatória do Conselho Universitário (CONSUNI) que recomendava a alteração do regimento no ponto que fraudaram para poder acontecer a eleição, onde queria que alterasse aquele regimento, a fim de permitir que aqueles que não estavam de acordo com o regimento participassem. “Entendemos que há um processo em curso, e a sociedade civil com os trabalhadores nesse momento, entende que não deve acontecer essa alteração do regimento para permitir que outros participem.” Informou também que havia recebido uma denúncia onde no Hospital Juliano Moreira as mulheres estavam usando o mesmo banheiro que os homens, e se sabe que são pessoas que não têm a mesma compreensão e o grau de responsabilidade e as mulheres estavam reclamando do assédio e maus tratos. “Conversei com a companheira Lílían e combinamos que queria que esse plenário nos autorizasse a fazer uma visita ao referido hospital, juntamente com outros companheiros que queiram me acompanhar.” O Senhor Presidente mencionou que não haveria necessidade de autorizar, pois os conselheiros tinham total liberdade. “Penso que isso seja responsabilidade nossa mesmo.” Mencionou ainda que não seria necessário formar uma comissão, mas, os dois conselheiros que haviam recebido a denúncia já deveriam fazer a visita e o que fosse demandado para a Secretaria do Estado que fizesse via Secretaria Executiva, ou seja, oficializasse para que se tivesse o documento de como havia sido encaminhado. A conselheira Maria Luiza Costa Câmara informou que na primeira reunião da entidade a qual representava, com alguns participantes associados, a diretoria da entidade e a Associação Baiana de Deficientes Físicos (ABADEF) havia sido questionada muito a Saúde. E no momento em que criticava que eles fossem à entidade a fim de buscar os seus direitos, conhecer, eles sugeriram fazer um informe tipo uma cartilha sobre aonde se buscar direitos. Colocou como exemplo, o fato de muitos não saberem que o acompanhante de viagem na passagem aérea tinha o direito de 80% de desconto e inúmeros direitos que não se conhecia e a ABADEP era uma porta que se abria para isso. Disse que na área da Saúde havia uma procura muito grande, onde se tratava de pessoas extremamente carentes, tanto de formação quanto de recursos e chegava uma demanda muito grande. “Dr. Washington tem até me ajudado muito e queria que ele me informasse um canal para que possa sempre estar me comunicando. Por exemplo, agora mesmo uma associada passou no concurso, está fazendo os exames, se apresentou e ela precisa de um exame que chama estereotaxia da mama direita. Liguei para o Dr. Douglas, mas está quebrado o aparelho há muito tempo, assim como o aparelho do Aristides Maltez. Falei para ela ligar para o diretor geral, pois sempre ela buscava as informações. Tem outra pessoa que está na cama com uma doença de pele horrível, já mandei para o Hospital Couto Maia e não resolveu porque precisa de alguns exames. Chega-nos uma média de 05 a 06 pedidos por mês e todos muito graves. Queria realmente orientá-los e eles lá se soltam para fazer o tratamento que buscam, não é paternalismo.” Solicitou, mesmo que provisória uma carteira o CES. O Senhor Presidente mencionou que a Secretaria Executiva do CES providenciaria a carteira, e quanto ao procedimento no Centro Estadual de Oncologia (CICAN) já seria resolvido. “Iremos passar a você, Luíza, uma lista dos diretores de cada área, pois dependendo do assunto será uma pessoa. Vou pedir também à assessoria da Superintendência da Atenção Integral à Saúde (SAIS) que fique à sua disposição para fazer esse primeiro contato.” O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça justificou a sua ausência na última reunião alegando que estava em Brasília numa atividade sindical participando da Mesa de Negociação do Ministério da Saúde, pois estava em campanha salarial, bem como as duas faltas que teve com relação à participação na Coordenação Organizadora da 4ª CEST por motivo de saúde. Informou que nos dias 17 e 26/03/2014 a CUT havia realizado através de Edson, diretor da pasta de saúde do trabalhador, 02 reuniões para discutir a 4ª CEST com a presença de vários sindicatos do estado da Bahia ligados à CUT. “Já estamos fazendo a nossa mobilização, conforme determinação da Conferência Nacional, o estado da Bahia está bem mobilizado e estamos agendando outras reuniões para tentar discutir a questão da saúde do trabalhador.” A conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes mencionou que passaria os informes por escrito, mas queria atentar para as resoluções nacionais da CUT, o que os sindicatos filiados decidiram. Mencionou ainda que o ano de 2014 seria marcado por um ambiente acirrado de tensões sociais e reorganizações das forças políticas, portanto, continuaria a desestabilizar o governo e o apoio da mídia espalhando notícias

160 alarmantes com a vulnerabilidade do Programa Mais Médicos. “Queria tocar mais nesse ponto, porque
161 penso que nós conselheiros temos uma responsabilidade enorme, e não vejo esse comprometimento.
162 Precisamos atentar mais, tirar aqui uma resolução, sei que está na pauta, de fazermos um documento para
163 apoiarmos essa questão do Programa Mais Médicos, porque está muito vulnerável e não temos esse
164 encaminhamento. Temos que ter uma decisão mais forte contra isso, porque está um combate enorme de
165 estabilizar esse programa.” O Senhor Presidente perguntou se tratava de uma moção de apoio ao
166 Programa Mais Médicos, ressaltando que já havia sido feita uma, portanto, que a conselheira observasse
167 para ver como divulgar. A conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes colocou como uma das pautas a
168 defesa dos direitos a UPLP 4330 de privatização que estava sendo resolvida com a sua retirada definitiva;
169 mobilizar as bases em defesa da pauta da classe trabalhadora contra o fator previdenciário; a tentativa da
170 aprovação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois era onde se
171 negociava a pauta dos servidores públicos e a correção da tabela do imposto de renda. Disse que os
172 demais informes ela passaria à Mesa Coordenadora por escrito. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo
173 de Souza colocou que pelo fato de não ter havido a reunião no dia 30/01/2014 como era esperada para
174 apresentação das ações de sociedade civil com aquele órgão, no dia 06/03/2014 havia ocorrido a segunda
175 reunião chamada às pressas, de última hora, sendo uma reunião bastante tensa com a atual coordenadora
176 estadual de DST/AIDS. Pontuou que já havia relatado tudo à SESAB, porque nessa reunião, além de
177 cobrar da sociedade civil quais os impactos das suas ações, como se a mesma, as ONGS/AIDS tivessem o
178 poder econômico e político para resolver a epidemia de AIDS no estado da Bahia. “Isso nos foi cobrado,
179 mas diante da apresentação que fiz pela Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS nenhuma das
180 outras representações recebeu alguma contestação, mas recebi contestação e a todo o momento era
181 interrompido. Sem falar de que nessa reunião ficou bem claro, e foi dito pela referida pessoa que naquele
182 espaço não representava o Conselho Estadual, portanto, não poderia ser conselheiro, mas somente um
183 membro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, ou seja, me desqualificando como
184 conselheiro. Tudo isso já foi resolvido, graças a Deus, em uma reunião no dia 19/03/2014 entre a SESAB,
185 Dra. Alcina representando a Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde (SUvisa) e Dra.
186 Aparecida que representava a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP), onde já cientifiquei à
187 SESAB da minha retirada em maio deste CES, por acreditar que o papel de relevância pública que
188 poderia exercer na qualidade conselheiro estadual de saúde não existe mais. Na minha instituição já
189 estamos promovendo o debate sobre a minha substituição com o nome de outra pessoa, isso até maio será
190 resolvido e provavelmente em abril será a minha última reunião.” Informou que houve o Seminário
191 Setorial de Saúde do Trabalhador, esteve presente juntamente com os conselheiros Fernando e Francisco
192 José, além de pessoas da gestão, sendo um seminário muito importante, onde pôde colocar a cobrança ao
193 governo brasileiro sobre a Recomendação 200 da OIT que trata da defesa dos trabalhadores e
194 trabalhadoras na questão de AIDS e mundo do trabalho. Destacou que havia colocado três propostas e
195 ainda se pôde fazer uma contestação junto ao Conselho Nacional de Saúde sobre as dificuldades da Bahia
196 para realizar a CEST. Informou também que nos dias 28 e 29/04/2014 haveria o Fórum Regional de
197 Consulta junto ao Departamento Nacional de DST/AIDS entre os estados de Bahia, Sergipe e Alagoas,
198 onde provavelmente ele iria participar enquanto Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, a
199 fim de tratar sobre os rumos da epidemia. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho pontuou sobre o
200 Março Mulher, declarando que o dia 08 de Março já não dava conta de tantas coisas que se fazia e não se
201 tinha pauta específica de saúde da mulher, porque aquele era um momento em que as pautas se
202 ampliavam, e, se dúvida alguma eram várias as questões debatidas sobre a situação da mulher na
203 sociedade. Disse que haveria uma pauta específica, onde já deixaria registrada ali para o mês de maio que
204 era a morte materna. “Como nos reunimos uma vez por mês, quero pedir pauta específica sobre a situação
205 da morte materna, porque sabemos que a mortalidade infantil cai em todo o Brasil, na Bahia ou em outros
206 lugares, mas, a mortalidade materna tem dificuldades outras e é preciso que esse Conselho se aproprie.”
207 Colocou que tinha sido um pouco provocativa em suas mensagens, no sentido de que não se tinha
208 conseguido aprovar o Relatório Anual de Gestão por não haver quorum, e levava aquela reflexão para o
209 CES, pois, se ali havia um número de titulares com suplentes, era inadmissível que tivesse que rolar uma
210 pauta para outra reunião, o que sem dúvida alguma iria acumulando. “Tenho sido provocativa, estou
211 sendo provocativa, porque trago um pouco do novo; o olhar novo de quem vem de fora, mesmo
212 entendendo todas as dificuldades.” Colocou ainda que além dos trabalhadores citados pelo conselheiro

213 Sílvio, havia escutado no dia anterior no rádio que no Hospital Roberto Santos os médicos estavam
214 dizendo que iria desativar a maternidade por falta de condições de trabalho. “Isso é grave e peço que
215 tenha um plano B para as mulheres que vão parir nessa cidade, se isso de fato acontecer, porque será uma
216 gravidade e tem tudo a ver com a morte materna.” Destacou que havia pedido também provocativamente
217 em sua mensagem que se pudesse ter como ponto de pauta um relato sobre as comissões do CES, pois era
218 fundamental, senão não se orientavam. O Senhor Presidente declarou que a fala da conselheira Lílian
219 estava registrada, inclusive o pedido de pauta para o mês de maio. “Combinamos a questão do horário,
220 mas vamos abrir aqui para uma pessoa a mais do limite que é a conselheira Eliane, que pedirei uma maior
221 rapidez na fala, a fim de que tenha tempo para os demais.” Comunicou que havia sido solicitado aos
222 integrantes da Mesa que fossem mais duros com relação à questão do tempo e das regras. “No início não
223 estava, mas foi definido dividir o tempo para as dez primeiras inscrições.” A conselheira Eliane Araújo
224 Simões pediu desculpas e compreensão a todos os conselheiros, declarando que nos meses de janeiro e
225 fevereiro havia estado ausente das reuniões do CES por problemas de saúde. “Comuniquei à Bete e
226 Poliana, mas não registrei isso oficialmente em documentos. Não vou me demorar, até porque, o assunto
227 que venho trazendo irá ser mencionado quando vier a pauta sobre as comissões.” O conselheiro Luis
228 Delfino Mota Lopes declarou que o pagamento SUS continuava atrasado, pois os prestadores, os serviços
229 privados haviam recebido no dia 21/03/2014, portanto, todo o pessoal que recebia dos prestadores dos
230 hospitais ficava também atrasando os salários. No entanto, se fosse possível fazer alguma gestão no
231 sentido de ver o que estava acontecendo, o que poderia ser dinamizado para que se puxasse a série
232 histórica anterior de 2012, onde se pagava até no máximo dia 05 de cada mês. O conselheiro Júlio César
233 Vieira Braga comentou que quando lhe perguntavam sobre o papel do CES ele falava que o mesmo tinha
234 o papel fiscalizador, consultivo e também político. “O papel político é importantíssimo, pois estamos
235 vendo, cada um dentro de sua área, talvez sua área específica as carências que ocorrem. Lílian quando
236 fala que a maternidade do Hospital Roberto Santos vai fechar, provavelmente por falta de condições é
237 uma realidade que está se repetindo em várias outras instituições do Estado. Não é somente no Roberto
238 Santos nem na maternidade, mas na enfermaria do Roberto Santos fechou leitos mês passado, no Hospital
239 Otávio Mangabeira ouço falar, mas não se divulga claramente, a terapia intensiva com leitos fechados,
240 então, temos dentro do nosso papel político que não é somente de fiscalizar os gastos e Relatório de
241 Gestão, temos que trabalhar politicamente por um aumento de recurso para a área de saúde. Então aqui
242 não vejo com o intuito de desestabilizar o governo, cobrar alguma coisa, como que o governo federal
243 aumente investimentos na área de saúde. Não é possível, estamos lutando aí por 10% da receita do
244 governo federal para a Saúde e às vezes isso ser achado que é desestabilizar o governo, que estamos
245 falando contra o governo. Não é, precisamos ser mais incisivos nessa luta, Saúde pública precisa de
246 recursos até para se organizar. Se existe muita perda de recursos, desassistência por conta de um recurso
247 mal aplicado, às vezes é por falta até de equipe gestora, consultorias.” Salientou que seria importante
248 naquele momento se lutar por mais recursos para a Saúde, cada um ali tinha seu papel, portanto que se
249 lutasse para que aquilo acontecesse em nível federal e estadual dentro da capacidade da Secretaria da
250 Saúde, pois pensava que dentro do ponto político teria que se apoiar a própria SESAB para que se tivesse
251 mais recurso dentro do orçamento estadual. Estava acima do limite, mas se esperava que o governo
252 estadual lutasse junto cobrando mais recurso para a Saúde, pagamento em dia, pois não se via, talvez, por
253 questões políticas a reverberação de que o governo federal atrasasse repasses, por que ia passando a conta
254 adiante e não se via isso explicitado para que a luta política se aumente e isso fosse feito de forma mais
255 efetiva. E dentro do Estado também lutar para que dentro da necessidade, se o Estado tinha condições, por
256 exemplo, de se fazer uma ponte Itaparica/Salvador se era realmente prioridade para o ano de 2014 ser um
257 investimento discutido e esgotado, quando na verdade se via o caos na Saúde no momento. “Estamos
258 vendo hospitais fechando, com dificuldades, sei que a SESAB tem toda a sua boa vontade, o Secretário da
259 Saúde tem um histórico de comprometimento com a Saúde, mas dentro dos recursos que são
260 disponibilizados estamos vendo que a necessidade da luta por recursos para a Saúde. O Senhor Presente
261 mencionou que concordava com o conselheiro Júlio que tinha que haver uma luta maior em termos dos
262 recursos destinados à Saúde, ressaltando que o CES sempre havia se posicionado, principalmente no
263 Movimento +10, mas havia a necessidade de se colocar aquilo na rua também. Comentou que no decorrer
264 da apresentação falaria um pouco sobre as questões financeiras, se tentando daí ajustar para que não
265 houvesse a necessidade de se utilizar os 03 minutos da sua inscrição já que iria falar tanto do assunto na

266 apresentação. A senhora Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva do CES colocou que em relação
267 à Ata da 205ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, aquela era a primeira vez em que não
268 levava para o plenário e entregava aos conselheiros na data regimental. Explicou que houve o período do
269 carnaval, a ata era produzida por três pessoas, porém uma pessoa estava de férias só conseguindo ser
270 entregue a ela no dia anterior. “Porque sou a pessoa que faz a última revisão. No entanto, estou
271 adiantando para os senhores também que o mês de abril talvez tenha mesma realidade, porque a Semana
272 Santa será também praticamente dez dias.” Informou que estaria enviando para os conselheiros entre o dia
273 31/03 a tarde e terça-feira pela manhã a ata para conhecimento, seria feita a aprovação no final do mês de
274 abril, mas com certeza na ata do mês de abril seria feito de tudo. “Estou mostrando aos senhores a ata
275 com mais de noventa páginas que não conseguimos trazer. Ficou pronta ontem e só está faltando a última
276 revisão que sou eu que faço em minha casa em silêncio durante o dia todo. Então, a do mês de abril será
277 também, talvez a mesma situação.” Informou que os conselheiros que deveriam tomar posse naquele
278 momento não estavam presentes, sendo que um deles, o Sr. Paulo havia justificado, pois estava em uma
279 reunião naquele momento podendo tomar a posse a tarde. Portanto, o Sr. Antônio do Lago de Souza foi
280 enviado e-mail, tentado contato por telefone, mas não se conseguindo falar. Fez a leitura das
281 Comunicações da Presidência. COMUNICAÇÕES DA PRESIDENCIA: 1. Cumprindo a Portaria/GM
282 nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de
283 Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da
284 Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 2259/08 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE
285 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE DE ATENÇÃO
286 ESPECIALIZADA – H. DEPUTADOLUIS EDUAR MAGALHÃES; H. REGIONAL DANTAS BIÃO;
287 H. G. CLERISTON ANDRADE; HOSPITAL DO OESTE; MATERNIDADE PROFESSOR JOSÉ
288 MARIA DE MAGALHÃES NETO; H.G.E. SIMÕES FILHO; H. GERAL DO ESTADO; H. G.
289 ROBERTO SANTOS E O H. G. DE VITÓRIA DA CONQUISTA, no valor de R\$ 17.980.100,00
290 (dezesete milhões, novecentos e oitenta mil e cem reais). A COMISSÃO INTERGESTORES
291 BIPARTITE DA BAHIA – CIB, APRESENTA AS SEGUINTE RESOLUÇÕES APROVADAS NO
292 SEU ÂMBITO PARA CONHECIMENTO DESTE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES. AS
293 RESOLUÇÕES FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS)
294 CONSELHEIROS (AS). 1) RESOLUÇÃO CIB Nº 050/2014 - A ratificação na condição de municípios
295 do Estado da Bahia como aptos a receberem os valores referentes à segunda parcela da construção de
296 Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de
297 Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família dos municípios de Buritirama, Itatim e São
298 Domingos. 2) RESOLUÇÃO CIB Nº 051/2014 - A ratificação da condição de municípios do Estado da
299 Bahia como aptos a receberem os valores referentes à segunda parcela do Programa de Requalificação de
300 Unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação do município de São Domingos. 3) RESOLUÇÃO
301 CIB Nº 052/2014 - A justificativa formal acerca da relevância e da necessidade da alteração do endereço
302 da Construção do Pólo da Academia da Saúde do município de Cruz das Almas. 4) RESOLUÇÃO CIB
303 Nº 053/2014 - A ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receberem os
304 valores referentes à segunda parcela do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde –
305 Componente Reforma do município de Caatiba. 5) RESOLUÇÃO CIB Nº 054/2014 – O Componente de
306 Atenção Domiciliar - AD da Rede de Atenção às Urgências do Município de Santa Rita de Cássia. 6)
307 RESOLUÇÃO CIB Nº 055/2014 – O Componente de Atenção Domiciliar - AD da Rede de Atenção às
308 Urgências no Município de Riacho de Santana. 7) RESOLUÇÃO CIB Nº 056/2014 – O aditivo ao Plano
309 de Ação da Região de Jequié para a Rede Cegonha (RC). 8) RESOLUÇÃO CIB Nº 057/2014 - O aditivo
310 ao Plano de Ação da Região de Seabra da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). 9) RESOLUÇÃO CIB
311 Nº 058/2014- A ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os
312 valores referentes à terceira parcela da construção de Pólos de Academia da Saúde do município de
313 Camaçari. 10) RESOLUÇÃO CIB Nº 059/2014 - A ratificação da condição de municípios do Estado da
314 Bahia como aptos a receber os valores referentes à terceira parcela da construção de Unidades Básicas de
315 Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de
316 Saúde para Equipes de Saúde da Família do município de Canápolis. 11) RESOLUÇÃO CIB Nº
317 060/2014 - A ratificação na condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores
318 referentes à segunda parcela da construção de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da

319 Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da
320 Família dos municípios de Ichu. 12) RESOLUÇÃO CIB Nº 061/2014 - O remanejamento de recursos
321 financeiros do Componente II do Projeto de Cirurgias Eletivas para a realização de procedimentos do
322 Componente III. 13) RESOLUÇÃO CIB Nº 062/2014 - A habilitação em Traumatologia de Média
323 Complexidade para as unidades hospitalares dos municípios de: Salvador e Ruy Barbosa. 14)
324 RESOLUÇÃO CIB Nº 063/2014 - O credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF
325 nos Municípios de Andorinha, Carinhanha, Capela do Alto Alegre, Itajuípe, Aurelino Leal, Coronel João
326 Sá, Sátiro Dias, Paripiranga e Santa Cruz da Vitória. 15) RESOLUÇÃO CIB Nº 064/2014 - A alteração da
327 modalidade de Equipe de NASF tipo II para NASF tipo I do Município de Uibaí. 16) RESOLUÇÃO CIB
328 Nº 065/2014 - A alteração na composição da Equipe do NASF tipo II, do Município de Ibiassucê. 17)
329 RESOLUÇÃO CIB Nº 066/2014 - A alteração da composição de profissionais do NASF tipo I do
330 Município de Jacobina. 18) RESOLUÇÃO CIB Nº 067/2014 - O credenciamento de Equipes de Saúde
331 Bucal – ESB nos Municípios de Lauro de Freitas, Guanambi, Ibicoara, Itatim, Abaré, Central,
332 Paripiranga, Ibirapitanga, Dário Meira e São Félix do Coribe. 19) RESOLUÇÃO CIB Nº 068/2014 - O
333 credenciamento de Equipes de Saúde da Família – ESF nos Municípios de Abaré, Canarana, Central,
334 Paripiranga e São Félix do Coribe. 20) RESOLUÇÃO CIB Nº 069/2014 - O credenciamento de Agentes
335 Comunitários de Saúde – ACS nos Municípios de Anguera, Canarana e Central. 21) RESOLUÇÃO CIB
336 Nº 070/2014 - A habilitação do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO tipo 1 do Município de
337 Governador Mangabeira. 22) RESOLUÇÃO CIB Nº 071/2014 - A habilitação do Centro de
338 Especialidades Odontológicas – CEO tipo 1 do Município de Muritiba. 23) RESOLUÇÃO CIB Nº
339 072/2014 - A emissão de parecer favorável ao credenciamento de Centro de Atenção Psicossocial –
340 CAPS, no Município de São Félix do Coribe. 24) RESOLUÇÃO CIB Nº 073/2014 - A habilitação dos
341 procedimentos de Laqueadura e Vasectomia em unidade do Município de Salvador. 25) RESOLUÇÃO
342 CIB Nº 074/2014 - Os Planos de Ação da Rede de Atenção Psicossocial das Regiões de Itaberaba e Porto
343 Seguro e dá outras providências. 26) RESOLUÇÃO CIB Nº 075/2014 - O Plano de Ação da Rede de
344 Atenção às Urgências da Região de Brumado. 27) RESOLUÇÃO CIB Nº 076/2014 - O Plano de Ação da
345 Rede de Atenção Psicossocial da Região de Jequié e dá outras providências. O conselheiro Moysés
346 Longuinho Toniolo de Souza perguntou se os conselheiros tinham alguma observação referente às
347 Resoluções CIB. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comentou que a Resolução CIB nº
348 073/2014 falava da habilitação dos procedimentos de laqueadura e vasectomia em unidades do município
349 de Salvador. “Não consegui entender o que significa isso. Na medida em que é feito laqueadura aqui na
350 cidade de Salvador, o que significa essa habilitação de procedimentos?” O conselheiro Luis Delfino Mota
351 Lopes mencionou que em relação à Portaria da CIB responderia porque era representante do CES na CIB.
352 Pontuou que para a unidade do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH)
353 realizar cirurgia teria que estar cadastrada no Sistema SUS, para ela receber e pagar o hospital e os
354 procedimentos, inclusive se fosse para a tabela SUS se veria que se tratava de um valor muito baixo,
355 porém, o CEPARH estava fazendo porque tinha um valor social. Disse que se alguém quisesse detalhes da
356 tabela passaria mais tarde. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza colocou que cada vez que
357 houvesse a necessidade de credenciamento de uma nova unidade, aquela Resolução teria que passar pela
358 CIB para aprovação, pois as redes se ampliavam diante das necessidades. A Sra. Elisabete Lima de
359 Moraes lembrou que a solicitação de conceituar o que é CIB, o que é CES, onde vai a CIB, onde vai o
360 CES, qual a missão e suas funcionalidades estava decididamente na pauta do mês de abril. “Penso que
361 com essa apresentação vai dirimir muitas dúvidas com relação ao papel, o que é CIB e o que é CES.” O
362 Sr. Washington Luís Silva Couto fez a apresentação da Prestação de Contas da SESAB exercício 2013,
363 que foi encaminhada via e-mail a todos os conselheiros. Comentou que já havia escutado várias vezes
364 aquele tipo de apresentação ali, mas aquela era a primeira apresentação que fazia de Relatório. “Confesso
365 a vocês que os números têm dois caminhos: o de nos empurrar à frente no processo de motivação, de
366 cuidar melhor não só dos números, mas do indicador, da meta, da referência que temos, do balizador,
367 melhor dizendo, esses números nada mais são do que balizadores. Qualquer gestão ele precisa de
368 balizador. Precisamos saber o quanto fizemos e se o que fizemos teve efetividade. Muitas vezes fazemos
369 muita coisa na nossa vida, na gestão, enfim, mas muitas vezes não tem efetividade e de nada vai
370 adiantar.” Ressaltou que de nada adiantaria se criar hospitais se estes não atendessem bem ou se nem
371 atendessem. Portanto, seria necessário que se tivesse sempre a clareza de que os números levados ali, em

372 primeiro lugar era a verdade, e só em ser verdade considerava como grande referência. Não existia
373 maquiagem, não existia esconder números nem tratar os mesmos de forma a dar a gestão algo que não lhe
374 pertencia quando eram resultados positivos. Mas, os números quando eram negativos impulsionava para a
375 frente, pois se tratava de perseguir o que mais se queria que era o resultado vitorioso no final de uma
376 gestão. Declarou que era com muito orgulho que fazia a primeira apresentação, e com muito cuidado e
377 responsabilidade também que fazia perante os colegas. Comunicou que aquela reunião continuaria no
378 período da tarde no Auditório João Torres, SESAB, sendo acordada a pausa para o almoço às 12:30h e
379 lembrou que seria tirado ali o (a) parecerista, e esta pessoa teria a responsabilidade de esmiuçar o relatório
380 e fazer com que se tivesse outra visão além da visão do gestor, mas a visão de conselheiro parecerista. A
381 Sra. Elisabete Lima de Moraes anunciou os conselheiros inscritos: Ricardo, Leonídia, Sílvio, Júlio,
382 Delfino, Jorge Geraldo, Moysés, Cristina, Olívia, Lílian, Célia, Eliane e Jair. O conselheiro Ricardo Luiz
383 Dias Mendonça mencionou que no Compromisso 06 se percebia um crescimento com relação aos leitos
384 de UTI nas unidades próprias, porém, gostaria que constasse os serviços contratados pelas redes privadas
385 e filantrópicas pagas pela SESAB, pois isso não estava colocado na apresentação. Quantos seriam, quem
386 eram os hospitais que tinha que estava na rede e como isso funcionava dentro da Regulação. A
387 conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes comentou que dois pontos haviam lhe chamado a atenção, pois
388 havia o envelhecimento da população a política do governo federal voltada para a pessoa idosa ainda era
389 tímida. A Bahia já convivía com mais de 23 milhões de idosos e havia o estatuto que dava as garantias a
390 essas pessoas, tinha que ter a reserva de leitos para eles e não se via isso na Bahia. Inclusive o Secretário
391 havia chamado a atenção dos 0,01%, portanto, era uma defasagem muito grande. “Como você agora está
392 à frente, qual a sua proposta, o que podemos construir em conjunto, porque fazemos parte de uma
393 Secretaria de idosos e gostaríamos de saber para estar ajudando a construir.” Comentou que foi observado
394 que a maior incidência da AIDS estava nessa população, como se combater, porque se fazia a discussão lá
395 e eram pessoas idosas com namoradas novas e eles não tinham ainda uma cultura, apesar de se tentar
396 fazer um debate. “Não vou poder falar da forma que eles dizem porque tem as limitações, porém dificulta
397 até a precaução. Daí temos que ter uma política voltada para isso.” Destacou ainda a forma de
398 investimento vista na forma de qualificação do pessoal em geral. “Vemos o investimento em pessoal, mas
399 não vemos em qualificação.” O conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva mencionou que o Sistema
400 Penitenciário era um assunto citado, mas não era tratado com a profundidade que se fazia necessário, bem
401 como o aumento de casos de hanseníase, principalmente no interior do estado em localidades de difícil
402 acesso e que já é área endêmica da referida doença. Mencionou ainda que os trabalhadores nunca foram
403 contra ao ponto biométrico, mas sempre se debateu a forma como estava sendo implantado e da própria
404 efetividade desse mecanismo dentro das unidades, quando se tinha vários casos registrados de que, a
405 pessoa batia um ponto pela manhã e chegava a noite na sua saída não correspondia aquele horário,
406 portanto haviam várias questões dentro do ponto biométrico. “O trabalhador sempre bateu ponto, sendo
407 de forma manual ou da forma que sempre existiu.” Disse também que se falava sempre do fortalecimento
408 do Controle Social e havia algo que vinha sempre colocando que era a capacitação de conselheiros
409 municipais de saúde que continuava sendo à revelia do CES, na medida de que se tinha dentro do CES
410 uma comissão de acompanhamento e avaliação e futuramente se teria uma comissão de educação
411 permanente. Porém, a capacitação de conselheiros de saúde continuava à revelia, quando o protagonismo
412 nessas questões deveria ser do CES assumir esse papel. Colocou a necessidade de criação de novos cursos
413 para o pessoal de nível médio por conta da própria regulamentação do Plano de Cargos, Carreira e
414 Vencimentos (PCCV) que iria acontecer, e o pessoal precisava para a sua promoção, desde quando a
415 progressão já estava garantida. No entanto, a garantia da promoção era apenas para o nível universitário.
416 O conselheiro Júlio César Vieira Braga colocou que cada representante tinha o problema do seu
417 segmento, mas o problema de todos era refletido na apresentação e o que se via era que se tratava de
418 orçamento. “Temos dois secretários bons, comprometidos tecnicamente, mas estão amarrados a um
419 orçamento precário. O Estado cumpriu a lei e isso para mim é nota dois, não é um nem zero se fosse
420 reprovado, mas o mínimo; bateu um pouco mais de 12%, então é uma briga que penso que politicamente
421 o secretário que faz parte da equipe do governo não terá um governador para brigar, pelo menos da forma
422 mais intensa, porque penso que deveríamos brigar por um orçamento maior para a Saúde. Vemos às vezes
423 números aqui que foram apresentados claramente, mas precisam ser interpretados. Aumentou o número
424 de leitos de UTI, mas o número de internações não aumentou, bem como leitos hospitalares. Estamos

425 mantendo um aumento mínimo no ano, o que é pouco, pífio, 2%.” Ressaltou que se gastariam cem vezes
426 mais com uma ponte do que foi gasto com investimentos em saúde, e o Estado que era historicamente
427 precário. Não seria manter o que já existia, mas, se precisava de muito mais recursos, mais investimentos,
428 inclusive para que se desse resolutividade. “O Hospital Roberto Santos está lá, há muitos e muitos anos
429 não se investe, então o paciente está no leito da UTI consumindo recursos e consumindo leitos.” O
430 conselheiro Luis Delfino Mota Lopes parabenizou a apresentação e citou uma fala do ex-secretário Solla
431 dizendo entender que o mesmo havia feito um grande trabalho, visto os hospitais construídos e os
432 indicadores que demonstravam aquele trabalho. “Ele dizia que o ente público tem que se especializar em
433 captar recursos e às vezes se endividar para prestar uma boa assistência.” Destacou o mapa do Centro de
434 Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), onde centralizada em uma região a saúde do trabalhador
435 estava desassistida; no Oeste da Bahia não existia Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), portanto, essa
436 região estava esquecida, bem como outras regiões. “Precisamos fazer um estudo onde é que precisa captar
437 programa da saúde para ampliar, induzir os municípios e os conselhos municipais de saúde, mostrar que
438 existe potencialidade naquela região para captar um novo serviço, como um CAPS, um CEREST e por aí
439 vai. Acho interessante essa performance de se contribuir vendo onde há no estado a necessidade, a
440 carência e venhamos a induzir.” Comentou sobre os convênios feitos com prefeituras e outras unidades e
441 alguns convênios que não tinha sido prestado contas, pois haviam municípios inadimplentes. “Estudei um
442 pouco o relatório a fim de ver a forma de pressão que podemos exercer, que forma de controle e
443 fiscalização para que a população não fique sofrendo devido à má administração pública em determinados
444 municípios e um caso que estudei foi no município de Cansanção.” O conselheiro Jorge Geraldo de Jesus
445 Rosário destacou que falaria sobre a questão do idoso, onde já havia sido sinalizado e também da questão
446 do trabalhador. “Estive até conversando aqui com Delfino a questão do investimento que está sendo
447 pouco. Teremos agora uma conferência do trabalhador e se observa que infelizmente o olhar que se tem
448 sobre esse profissional ou sobre essa pessoa é pouco. Sobre os idosos, digo por que ando nos hospitais e
449 percebo que existe uma degradação muito grande, principalmente nos municípios. Existem postos de
450 saúde hoje que é uma vergonha em nível de atendimento.” Parabenizou o atual secretário da saúde pelo
451 seu trabalho, desde quando o mesmo vinha permanecendo como chefe de gabinete e atualmente como
452 secretário e queria inclusive dar um voto de apreço, pois o secretário havia sinalizado mais uma vez que o
453 conselheiro junto à sua administração era de importância, quando ele sinalizava que queria a indicação e a
454 informação passada para o conselheiro. “Acho muito importante que o secretário se atenha a dar ao
455 conselheiro um voto de apreço para que possamos também reforçar esse trabalho. Sabemos que as críticas
456 acontecem, e infelizmente vou concordar com o conselheiro que o investimento muitas vezes é difícil
457 para que se chegue a uma boa demanda e uma boa administração.” O conselheiro Moysés Longuinho
458 Toniolo de Souza comentou que tinha várias observações sobre a discriminação de leitos de média e alta
459 complexidade; a questão do plano de organização da rede de urgência; o produto da auditoria no
460 cumprimento de contatos e convênios e a implantação da Comissão Intergestores Regional (CIR) no
461 estado da Bahia, onde iria remeter essas observações para o relator, onde ele pudesse observar. Solicitou
462 que as próximas apresentações tivessem o número de casos de HIV no estado da Bahia. Já que se
463 apresentava a série histórica de hospitais, do quanto estava se investindo em Saúde queria a apresentação
464 do número de AIDS do estado da Bahia de 2007 a 2013. “Não quero incidência, não quero numerzinho
465 de percentual e incidência, mas quero que mostre o número aqui, porque agora vou trabalhar na lógica do
466 impacto. Quero que o estado da Bahia mostre qual o impacto sobre a redução de epidemia de HIV/AIDS,
467 hepatites virais e tuberculose no estado da Bahia.” Mencionou que havia uma meta na Organização das
468 Nações Unidas (ONU), o Brasil era signatário e existia meta, inclusive no Contrato Organizativo da Ação
469 Pública da Saúde (COAP) sobre redução dos casos de transmissão vertical. A Bahia ainda estava em
470 0,4%, o que era quase meio ponto percentual de incidências de crianças que estavam sendo infectadas
471 pelo HIV, o que não se precisaria mais disso, porque hoje existe a evolução científica. Lembrou que os
472 leitos de HIV/AIDS não aumentavam, estavam em 52 há vários anos e reclamava disso desde em que
473 havia entrado no CES em 2008. Destacou sobre a subrede laboratorial de HIV/AIDS em Vitória da
474 Conquista tiveram problemas na regulação de exames de CD4 e carga viral, em 2003 havia sido relatado
475 por ele, sendo que no início do ano de 2014 houve novamente e a resolução sempre era algo nebulosa.
476 “Outras observações farei depois, porque também a cirurgia reparadora de lipodistrofia não foi
477 implantada no estado da Bahia e somos a vergonha.” A conselheira Maria Cristina de Camargo Fonseca

478 chamou a atenção com relação à atenção pré-natal. “Estamos muito focados na atenção ao parto e as
479 intercorrências obstétricas de atenção ao pré-natal, digo que é algo preocupante dentro do nosso estado.
480 Ainda temos uma baixa cobertura apesar de todos os avanços, uma cobertura muito baixa de saúde da
481 família.” Citou a permanência do Programa “Mais Médicos”, referindo que houve uma evolução, mas
482 existia uma preocupação no momento da retirada de quando esses médicos saíram desses municípios.
483 “Claro que tem um impacto momentâneo muito positivo, mas existe uma preocupação que é esse
484 segmento.” Citou ainda a questão da sífilis, onde o conselheiro Moysés já havia tocado em algumas
485 questões, o Brasil também era signatário para a eliminação da sífilis congênita, e como se poderia sair um
486 pouco do papel normativo. “Seguimos os protocolos, qualificamos as pessoas, mas precisamos de algo
487 mais. Então, penso que essa articulação entre, vamos supor, a Atenção Farmacêutica, será que essa
488 penicilina benzatina também não pode chegar na casa para que efetivamente consigamos fazer o
489 tratamento da família, parceiro, mulher? a parceria, digo, aqui implicada. Isso é importante e precisamos
490 ver.” Referiu também sobre os cursos de especialização, onde foi mostrado a Enfermagem Neonatal, mas,
491 digo Residência da Enfermagem Obstétrica. A carga horária assustadora de 60 horas em um curso que
492 praticamente era um curso de graduação; vinha se discutindo isso em outros fóruns, mas se precisava de
493 um olhar a mais. E o curso da SESAB de Enfermagem Obstétrica com praticamente 360 horas era o
494 mínimo, onde não se teria condições de estar qualificando um enfermeiro para a atenção à gestação, parto
495 e nascimento. A conselheira Olívia Santos Pereira colocou que tudo aquilo que se estava vendo de bom
496 houve realmente uma melhora. Se essa melhora ainda era invisível ou insuficiente era nisso que se
497 deveria se debruçar como conselheiros, como Controle Social. “Se vamos exigir que venha mais verba do
498 governo federal, ao mesmo tempo temos que exigir maior controle, maior qualidade de gestão. Foi dito aí
499 de 416 municípios que receberam investimentos para medicação gratuita. Não li com detalhes o relatório,
500 mas vamos ver se isso foi repassado, quem são esses municípios, se constam no relatório os nomes desses
501 municípios para vermos, conferir se chegou lá.” Enfatizou que se aumentasse as parcerias com as
502 instituições de ensino, pois seria uma das saídas também. “Sílvia cobrou isso e penso que isso deve não
503 somente ser agilizado como se estender a outras unidades. Vamos ver a questão do Hospital Roberto
504 Santos, se isso também não deve ser incentivado” Destacou a questão da prevenção, pois, se falava no
505 investimento de mais leitos e estava se vendo hospitais fechando leitos, leitos se abrindo, mas sendo ainda
506 insuficientes. “Portanto, vamos nos debruçar também sobre a prevenção, otimizar essa prevenção para
507 manter a comunidade afastada dos hospitais. Vamos ver o que está se passando com a esquistossomose,
508 pois está alta essa taxa, assim como a hanseníase, o HPV, além da AIDS, pois está aumentando tudo isso.”
509 A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho colocou que o HIV, o recorte por sexo era fundamental,
510 porque o padrão da feminização da AIDS tem sido revelado e era bom saber o que se acontecia na Bahia.
511 Disse que considerava importantíssimo os avanços em relação à população Lésbicas, Gays, Bissexuais,
512 Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), população negra, a questão da violência institucional e do
513 racismo. Mas sem dúvida alguma, a efetivação disso era ainda um grande desafio, porque se sabia que
514 eram questões ainda muito novas que não passavam na formação e tinha problemas. Como o rastreamento
515 do câncer de mama que oportunamente se teria condições de se conversar melhor, mas os dados
516 colocados ali eram importantes, porém tinha coisas a mais que aquilo. Disse ainda que havia ficado
517 reflexiva sobre a Internação Domiciliar, onde a imagem ali usada de 800 pacientes, ou seja, um Hospital
518 Roberto Santos de pessoas que estão no domicílio cuidadas por mulheres era algo que lhe deixava bem
519 inquieta. “As internações hospitalares me chamou atenção que você destacou o Hospital Geral Roberto
520 Santos e o número de internações no período ficou praticamente igual, mas você tinha mostrado que
521 aumentou o número de leitos. Quer dizer, houve uma variação, mas quando você analisa o primeiro e o
522 último, está praticamente igual. Se houve um aumento de leitos teria que ter um aumento do número de
523 internações, daí fiquei meio confusa. Os transplantes que acho também importantíssimo o aumento, agora
524 fiquei perguntando qual é a fila. Até para que possamos saber por conta da pressão, pois é importante
525 sabermos que existe uma fila enorme.” Destacou os 62% dos partos normais. “Fui abrir aqui o meu
526 computador rapidinho e vi que em 2010 Santo Antônio de Jesus tinha 63,3% com partos cesáreas; Ilhéus
527 com 52,8% e Salvador com 50,7%. Se Salvador podemos explicar pelos setores privados, Santo Antônio
528 de Jesus não explicamos, porque tem um único hospital, é filantrópico e é lá que são feitos 63% dos
529 partos e que quisemos fazer pesquisa lá pelo Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) que foi uma
530 demanda e não se consegue entrar no hospital para pesquisar.” A conselheira Célia Maria Alexandria de

531 Oliveira mencionou que havia ganhado alguns minutos com a intervenção do conselheiro Júlio, pois tinha
532 que ser feita uma política para acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e no lugar dela a Lei de
533 Responsabilidade Sanitária, porque não adiantava somente fazer as denúncias, mas se precisava acabar
534 com isso. “Sabe para onde vão todos esses recursos que não estão indo nem para a Saúde nem para a
535 educação e políticas sociais? Vão para os cientistas, os especuladores financeiros que acabam com o
536 mundo e com esse país.” Destacou a participação das mulheres no CES naquele momento, parabenizando
537 as companheiras no mês de março com excelentes intervenções. “Companheiro Delfino, muito
538 interessante você chamar a atenção para o fluxo de minuto financeiro em relação as ações para a saúde do
539 trabalhador. Por isso temos agora a tarde pautada essa questão da conferência que é da maior importância,
540 os trabalhadores e as trabalhadoras não vão aceitar que essa conferência não se realize, que tem pontos
541 cruciais na questão dessa saúde para serem colocados.” Comentou que há dois anos vinha batendo sobre a
542 saúde mental, pois era de uma complexidade muito grande, ações ainda eram pouquíssimas para o
543 tamanho do problema. Portanto, gostaria de pautar mais uma vez essa questão levando os problemas dos
544 transtornos em crianças e adolescentes, pois era uma situação muito grave e por sinal a equipe da SESAB
545 estava fazendo um bom trabalho, porém, faltavam recursos para que a equipe pudesse realmente trabalhar.
546 Comentou ainda que esteve recentemente com o pessoal da auditoria solicitando que pautassem ali um
547 momento para que fossem ali mostrar os seus papéis enquanto auditores, pois a auditoria era uma parceira
548 para o fortalecimento do Controle Social. “É estarmos também pensando em pautar para o mês de maio,
549 um trabalho conjunto com a Promotoria Pública para que tenhamos um olhar de outro tipo de controle
550 junto com o nosso aqui do controle da Saúde. A conselheira Eliane Araújo Simões colocou que o
551 entusiasmo e otimismo do Secretário durante a apresentação contagiou a todos, mas, faria algumas
552 observações. “Vimos no compromisso 01 que o foco das ampliações das ações de promoção e prevenção
553 das doenças é real; e o compromisso 02, o fortalecimento da atenção básica efetivou na mudança do
554 modelo de atenção à saúde para mim diverge a uma contradição com o compromisso 06, onde o acesso
555 aos serviços oferecidos a população em relação ao Média e Alta Complexidade (MAC) assusta com a
556 aplicação dos recursos. 52% enquanto na atenção básica é apenas 1,4%. É algo que temos que pensar,
557 pois, se queremos mudar o modelo de atenção esse investimento está destoando. É isso que queremos
558 tratar, porque evita essa corrida para esse MAC que está aí.” Pontuou sobre a Assistência Farmacêutica,
559 onde já havia sido justificada e entendida que a falta de investimento por conta do ente federal era um
560 problema e iria comprometer o avanço na Assistência Farmacêutica pretendido por eles, ficando
561 prejudicada. “Ainda vemos que o compromisso 05 traz a questão da humanização do cuidado e essa é
562 uma parte que ainda falta ser trabalhada com a direção da Assistência Farmacêutica. Não vejo você usar
563 medicamento e esse paciente não ter um cuidado integral.” Destacou também o entusiasmo do Secretário
564 no rastreamento do câncer de mama e o compromisso 05 que também se tratava da humanização do
565 cuidado. O conselheiro Jair Alves dos Santos colocou que o Hospital Couto Maia e o Hospital Roberto
566 Santos que estavam fazendo um trabalho de atendimento às pessoas com hanseníase estavam deixando
567 alguns detalhes que faltavam para atender aquelas pessoas e os pacientes não estavam tendo a cobertura
568 devida e o índice de hanseníase vinha crescendo no estado da Bahia. Colocou ainda que os conselheiros
569 precisavam visitar a obra do Hospital Couto Maia que estava sendo construído, pois estava parando e não
570 parando e ninguém sabia se estava dando continuidade ou havia parado. Disse que os invasores ao redor
571 da área do referido hospital estava invadindo a área, utilizando o espaço do hospital, bem como a área
572 verde, entulhando o rio que passava ao redor do hospital e se tratava de uma área ambiental. “Precisamos
573 verificar isso também, pois cuidamos da saúde e do meio ambiente. O rio está sendo entupido e isso irá
574 prejudicar o hospital também que está sendo construído. Trago esse assunto, porque os conselheiros têm
575 que tomar conhecimento.” Disse ainda que se precisava fazer mais coletas com relação à hanseníase, pois
576 esta vinha crescendo muito no estado e em Salvador o índice era de 23% em um levantamento feito, mas
577 sabia que esse índice era muito maior, pois não estava sendo feita a coleta indicativa, aquela onde sabia
578 que teria que ser feita do início dos casos. O Senhor Presidente colocou que havia plenas condições de se
579 implementar uma forma de trabalho que iria além das reuniões. A Secretaria estava totalmente aberta para
580 que se fizesse qualquer tipo de trabalho. Sobre a hanseníase colocou que se tinha uma avaliação dos
581 índices de que havia um aumento e estava ali se procurando o porquê. “Então Jair tem como fazermos,
582 não somente chamar aqui para fazer a apresentação que teria que entrar, priorizar, mas, o próprio
583 conselheiro pode mergulhar mais. O que Lílian colocou: impedimento para o que PP/SUS dentro desse

584 projeto pudesse fazer um estudo da questão dos partos. Então Lílian, utilize a sua denúncia, vamos
585 transformar em um documento nosso do Conselho, encaminhar para o gestor estadual, o gestor municipal
586 e para a instituição. Penso que temos aqui que tomar uma postura, se vai contribuir com o gestor, se a
587 posição do Conselho tem as suas regras, mas nós como cidadão, nós como conselheiro, nós como pessoas
588 que têm mais informações do que os demais da nossa comunidade em relação à Saúde temos um papel
589 diferenciado, porque a informação nos chega e não podemos negar que temos essa responsabilidade.
590 Portanto, está totalmente aberto para que vocês, da maneira que achar melhor possam fazer esse papel de
591 apurar, de ir fundo com o material, enfim.” Destacou que o conselheiro Ricardo havia falado da questão
592 de UTI privado, Regulação, seus dados. “Me parece que todos os dados que temos está no próprio
593 relatório, mas, independente disso podemos fazer esse destaque, fazer o quantitativo do que é a rede de
594 UTI privado, se essa rede está ou não dentro da Regulação. Não está. Só está na Regulação aquilo que é
595 credenciado ao SUS. Se uma rede não é credenciada ela está fora, mas se é credenciada ela está dentro do
596 processo de Regulação. Existem entraves no processo de Regulação que vai desde os técnicos, ter ou não
597 ter o leito e entraves que dizem respeito ao próprio fluxo. Este muitas vezes cria micropoderes. Pessoas
598 que não teriam o poder de impedir que possa acontecer, mas que infelizmente o fazem e daquela maneira
599 mais absurda, escondendo vagas, dizendo que não, não dando alta, não atualizando prontuários, não
600 dando a medicação conforme foi para que a pessoa permaneça mais, enfim. É algo que temos que nos
601 aprofundar para vermos e processo de Regulação é algo que temos que investir, porém temos que
602 realmente aperfeiçoar o modelo.” Referiu que Leonídia havia falado da pessoa idosa, qual era a política e
603 ressaltou que muitos colocavam que realmente a política seria ter um hospital específico para o idoso,
604 mas havia controvérsias. “Não vou aqui dizer que está totalmente errado, mas teria que ter esse recorte
605 que estamos tendo pela linha do cuidado do idoso, onde nesse decorrer dessa linha teremos que agregar as
606 políticas dos que são viáveis para o idoso. Sabemos que é inviável hoje dentro das estruturas hospitalares
607 que temos a permanência de muitos idosos até um ano. Hoje ele permanece dentro de um ambiente que
608 não vai lhe tirar de uma condição mais grave de saúde. É necessário ter um olhar diferenciado, ter leitos
609 de retaguarda que tenham o perfil de leitos de atendimento de cuidados prolongados. Assim como na
610 atenção hospitalar, na laboratorial o idoso tem a questão da dispensação de medicamentos, como aqui foi
611 colocado, humanizar a dispensação de medicamentos. Está correto, penso que teremos que perseguir. O
612 CREASI tem que ter uma forma, pois quando ele recebe medicamento, muitas vezes ele não vai
613 conseguir ler a bula nem vai conseguir entender que aquele medicamento tal é para o dia tal, faz
614 confusão. Teremos para o idoso aquela linha do cuidado, mas teremos que aperfeiçoar as nossas políticas,
615 as demais políticas que são complementares a essa para que tenhamos a parte fundamental a isso.” Disse
616 que concordava que teria que melhorar o investimento em educação, a conselheira Cristina também havia
617 colocado aquilo ali e essa parte era algo que muitas vezes a agonia do dia a dia, principalmente a dele que
618 era bem maior no momento, permitia ter um olhar mais cuidadoso de cada coisa. “Claro que temos
619 superintendentes, diretores e coordenadores para que faça isso, porém percebo que ao longo do tempo
620 temos aperfeiçoado. Percebo também que muitas demandas que vocês colocam são demandas que se não
621 tivéssemos aperfeiçoado não estaríamos nesse estágio atual, o que nos é muito bom, porque fazer saúde é
622 estarmos sempre evoluindo. Quando não tínhamos a atenção básica suficiente a todos estávamos ainda na
623 condição de primeira necessidade que os estudiosos assim definiam, as necessidades básicas. Em
624 educação permanente tem que se investir mais, peço ajuda a conselheiros que queiram se debruçar, dar
625 idéias, pois penso que temos que criar esse canal ainda mais fortalecido conosco.” Sobre o ponto
626 biométrico disse que concordava com o conselheiro destacando que havia se achado um caminho. E sobre
627 o Sistema Penitenciário na Bahia e a Saúde Penitenciária que era a parte onde havia a sua
628 responsabilidade maior, pois pensava que tudo era responsabilidade de todos, porém avaliava que muitas
629 vezes foi relegado ao plano z a Saúde Penitenciária como de outras populações. As pessoas carimbavam,
630 infelizmente algumas populações falando que aquele povo não precisavam daquilo. “Tem o problema,
631 estamos percorrendo. O problema no HCT foi um recuo; vimos no ritmo, fizemos o concurso, seleção
632 pública, a equipe completa, reforma da enfermaria e quando foi para o hospital recuou tudo novamente. É
633 necessário um acompanhamento mais de perto e teremos que dar munição suficiente para que consigamos
634 resolver.” Sobre a questão do curso de nível médio mencionou concordar que tinha que se investir,
635 priorizar no planejamento. “O que estou falando aqui o nosso pessoal está registrando para que façamos
636 todos esses ajustes, inclusive na apresentação. Júlio falou do orçamento suficiente, colocou o não

637 aumento do número de internações, ele percebeu, foi o que falei que chegou no teto, bateu e ali você se
638 não tiver um suspiro você explode, a gestão não dá conta. Discordo assim: quando vamos falar do
639 Hospital Roberto Santos estamos falando de uma cidade. Tem restaurantes, segurança, gerador para
640 funcionar a cidade, porém você falar de um maior hospital de urgências do norte/nordeste do país é uma
641 responsabilidade muito grande, então foi por isso que atendemos a esse grupo de materno, inclusive Paulo
642 não veio tomar posse porque estava reunido com os médicos, o pessoal e estamos tentando resolver com
643 os nossos problemas de sempre: falta de recursos, falta de capacidade de colocar mais pessoas, leitos,
644 enfim. Mas, não podemos fugir dessa demanda, então, vamos perseguir isso Júlio e tentar resolver. Já
645 estamos reunidos, o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDIMED) está acompanhando as
646 demandas e não vamos deixar parar. O grande problema lá é o desfalque na escala, os demais são
647 problemas menores que tendemos a solucionar.” Colocou que mesmo com a constatação do conselheiro
648 Delfino em relação ao oeste era ainda muito maior do que nos anos anteriores. Este tinha que ter um
649 processo de indução, portanto, só para se ter uma idéia para fazer a parte de neurologista no Hospital do
650 Oeste foi buscar e conseguiu fixar profissionais do Rio Grande do Sul, de São Paulo que vinham e
651 voltavam; o Hospital do Oeste pagava passagem de avião para pessoas do Rio de Janeiro. “Estamos
652 tentando povoar de certa maneira, porque o custo será maior. Colocamos no colo da prestadora e esta tem
653 que fazer senão não cumpre as metas. Então, de certa maneira é uma indução um pouco forção de barra,
654 mas é necessário fazer senão não iremos conseguir. Concordo com os convênios com prefeituras e
655 municípios inadimplentes, vocês lançaram aqui a idéia de trazer auditoria, Tatiane está ali que é uma das
656 diretoras da auditoria e está acompanhando toda a reunião.” Agradeceu ao conselheiro Jorge Geraldo
657 salientando que se tratava de um trabalho conjunto e era recíproco o voto de confiança. Sobre o
658 investimento em saúde do trabalhador destacou que se tratava de outra categoria, onde muitas vezes se
659 esquecia que eles mesmo trabalhadores precisavam investir de quem cuidava das pessoas. “Saúde o
660 trabalhador é isso, mas também é resolver o problema do amianto em Bom Jesus da Serra no Sudoeste,
661 em Simões Filho; o cobre com um problema sério em Santo Amaro; o urano em Caetité. Todo o santo dia
662 temos um problema com empresas, alguma coisa que explode e temos que entrar. Então, fortalecer a rede,
663 cuidar e tenho certeza que a nossa equipe faz um trabalho muito bom porque vivencia isso. A questão do
664 agrotóxico de Barreiras perdemos a batalha, mas fomos até colocados como aqueles que estavam
665 impedindo com o desenvolvimento do oeste. Muitas vezes as pessoas não entendem que agora estamos
666 fazendo isso, vai resolver, vai matar a lagartinha, fazer tudo bonitinho, mas lá na frente o rio
667 contaminado, o solo contaminado vai trazer prejuízo como a época do chumbo em Santo Amaro da
668 Purificação. E muitas vezes esconde isso da população, não traz a informação, daqui a pouco olha a rua
669 que foi pavimentada com o chumbo, olha a caixa d’água que foi revestida de amianto, enfim.” Disse que
670 o conselheiro Moysés havia falado de muitas coisas e iria documentar, pois era uma pessoa disciplinada
671 quanto a essa questão. Falou de auditoria, CIR, disseminação, urgência e emergência, porém só tinha que
672 falar para ele que nos casos da cirurgia de lipodistrofia teria que resolver, pois não tinha como justificar
673 mais nada ali. “Os números podemos mudar, Moysés, aqui é uma apresentação e já vou sugerir que mude
674 essa parte do slide, que traga os números de casos, pegue o percentual, mas traga também absoluto, então
675 faremos dos dois. Temos aqui número de casos em 2007 com 1.405 novos casos. Parece-me, daí tenho
676 que trazer depois com mais detalhes, pois Moysés provavelmente deve conhecer os números até mais do
677 que eu e ele sugere que além do absoluto ano a ano que se faça um acumulado, inclusive fazendo um
678 recorte das pessoas. Tem um número preliminar que é até menor, mas, por tudo que você sempre fala
679 acho melhor cuidar do número de que apresentar dessa forma, mas no relatório terá. E tudo que foi feito
680 da questão do aumento do número de leitos, de que não temos leitos suficientes, a questão das hepatites
681 virais também de ter um novo olhar, ou melhor, ampliar esse nosso olhar para que tenhamos condições de
682 fazer de maneira mais técnica, mas acima de tudo pensar na pessoa, não só na questão da técnica. Cristina
683 inclusive fala de sífilis congênita, de romper apenas o papel normativo o que concordo plenamente. A
684 questão da penicilina benzatina tecnicamente não tenho condições de dizer se pode, não pode, se introduz
685 dentro da internação domiciliar não sei, mas, sabemos o quanto você já contribuiu, contribui e queria ter
686 algumas sugestões para que possamos fazer. Sobre curso de residência de enfermagem queria também ter
687 um retorno seu, concordo que é perigoso termos um quantitativo de horas que muitas vezes, além de não
688 ser suficiente pode ser perigoso em termos do processo da formação, daí vou levar a sua demanda para
689 que o nosso pessoal tenha esse olhar técnico. O Programa Mais Médicos pode ser uma saída, mas pode

690 nos levar a um grande problema lá na frente. Se, por exemplo, chegar a três anos e não fizermos aquilo
691 que foi colocado como fundamental para que o programa não morra e a população tenha um médico e
692 daqui a três anos não tenha mais teremos grandes prejuízos. E a atenção ao pré-natal que você colocou
693 aqui, o foco da questão do parto, da hora do parto, de preparar a parturiente e muitas vezes não temos um
694 foco no recém nascido, nas intercorrências. Está correto, além da baixa cobertura que você falou e do
695 atendimento precário de muitas vezes. Melhorou, mas ainda não é suficiente.” Ressaltou que a
696 conselheira Olívia havia colocado sobre a medicação gratuita e inclusive já havia falado de como se
697 poderia inserir, mas havia anotado algo que a conselheira havia colocado que foi justamente a postura do
698 conselheiro e isso era importante. Não apenas ver dados, dar o retorno, porém, ir mais fundo que foi o que
699 havia sugerido. “Não quero aqui definir nada em termos de como fazer, mas, entendo que nós
700 conselheiros, daí tem comissões, tem comissão de acompanhamento a municípios e pode ser uma
701 comissão de acompanhamento a questão do Estado.” Informou que havia mudado o formato da prestação
702 diversas vezes no decorrer do processo e estava sempre disposto a mudar. Como apresentar melhor é o
703 que Moysés colocou, bem como Lílian e Eliane e algumas pessoas haviam colocado coisas onde se
704 poderia alterar, se poderia fazer e estava à disposição de qualquer conselheiro. “Como melhorar os dados?
705 Lembre-se que no início falei que eram 70 slides, fiz questão de deixar tudo, porque sei que a paradinha
706 que dou ali e vou ler outra coisa, quem está interessado está lendo algo que não estou nem falando. É por
707 isso que deixamos, mas queremos sempre a participação de todos. Lílian, de tudo que já falei, gostaria de
708 compreender um pouco qual esse recorte que você faz. Sei que é a questão da mulher, mas uma vez você
709 colocou para mim a questão do rastreamento e penso que temos que achar um caminho. Estamos fazendo
710 de uma forma, porém estamos abertos para ver como fazer. Internações versus aumento de leitos pode ser
711 contraditório, mas lembre-se de que boa parte das nossas internações ainda ocorre nos corredores. Muitas
712 vezes se tem um boom de gente, se amplia leitos, mas uma ampliação de leitos nada mais é de que pegar
713 aquele que estava no corredor e colocar no leito. Portanto, a deficiência da falta de leitos, mesmo com um
714 aumento de mais de 1.400 leitos ainda é muito vista.” Sobre a fila dos transplantes nacional colocou que
715 tinha que saber como entrar para checar a fila. Portanto, a equipe da Coordenação de Projetos Especiais
716 (COPE) veria como orientar para que se levasse ali aquele processo. Disse que depois conversaria com a
717 conselheira Célia e sobre o que a conselheira Eliane havia falado, enfatizou que 60 dias teria que se
718 cumprir, poderia ser um tiro no pé fazer o rastreamento, inúmeras mamografias bilaterais e depois não dar
719 seqüência. Sobre a atenção básica e a atenção hospitalar destacou que brincava sempre com o pessoal o
720 seguinte: o investimento que se fazia na atenção básica e os resultados, era muito menor o investimento e
721 muito maior os resultados. “Claro que quando falamos em assistência hospitalar estamos falando dos
722 casos agudos que precisa do protocolo. Enquanto isso se tem milhões de diabéticos, hipertensos sem o
723 controle da hipertensão, diabetes, que vai se transformar daqui a alguns dias no renal crônico e daquele
724 que vai sofrer o infarto agudo do miocárdio. No entanto, é um investimento menor e será sempre menor.
725 A questão não é o número, mas a efetividade que se tem no investimento, na atenção básica para que se
726 resolva com MedCasa, a visita, enfim.” Pontuou que a obra do Hospital Couto Maia estava quase parada,
727 pois a empresa havia precisado de uma liberação dos recursos do Banco do Nordeste do Desembahia,
728 recursos esses que na questão do viés burocrático não se conseguiu resolver. “Hoje pela manhã estive com
729 essa empresa, conversamos bastante e acredito que dentro de um mês se volte a pleno vapor.” Agradeceu
730 ao pessoal da Assembléia Legislativa da Bahia destacando que sempre lhe ajudavam, principalmente
731 quanto a questão do horário. Mencionou que os conselheiros haviam recebido por e-mail um indicativo
732 sobre o Parecer passado. “Não pudemos, mesmo depois da análise do Parecer colocá-lo em apreciação,
733 não tínhamos como votá-lo porque não tínhamos quorum.” Perguntou se todos haviam recebido por e-
734 mail e se tinham alguma sugestão ou mudança no Parecer da conselheira Isadora e Sílvio. Colocou o
735 Parecer em votação que foi aprovado à unanimidade. O Senhor Secretário Geral dando continuidade à
736 reunião pela parte da tarde pontuando que diante da resolução da pauta da manhã e apresentação da
737 Prestação de Contas da SESAB Exercício 2013, só havia ficado uma pendência que seria escolher o
738 conselheiro ou conselheira relator (a) do RAG 2013. Portanto, naquele momento gostaria de solicitar aos
739 conselheiros que se voluntariasse para assumir a questão do Parecer. “Temos o indicativo da conselheira
740 Isadora que está se disponibilizando, mas gostaria de lembrar a todos(as) os conselheiros (as) de que esse
741 é um exercício de aprendizado, de avaliação das contas públicas, que é um exercício para que de repente,
742 sendo representante de um determinado segmento possamos fazer uma avaliação mais criteriosa que

743 traduza os anseios da nossa representação, do nosso segmento, portanto esse seria um momento
744 importante para todos.” Se disponibilizaram juntamente com a conselheira Isadora as conselheiras Camila
745 e Maria do Carmo. Lembrou que em relação ao Parecer do Relatório de Gestão do exercício 2011 ao final
746 da reunião da manhã já havia sido encaminhado de que foi aprovado, o que havia sido feito na 206ª
747 Reunião do CES. Comunicou que passaria para o ponto 2.B da pauta, onde seria primeiro tratado da
748 recomposição das representações das comissões e GT’s do CES e seria feita uma apresentação de como se
749 estava exatamente naquele momento e ali se teria a possibilidade de verificar os nomes que estavam. “Já
750 foi feito um trabalho de retirada dos nomes dos conselheiros que saíram deste Conselho e nesse momento
751 podemos também colocar o nome nas comissões. Lembrando que não basta somente dar o nome ou pedir
752 para se criar GT e comissão. O Conselho Estadual só tem três comissões: a CIST, a de acompanhamento
753 aos municípios e a de orçamento e finanças. O restante, por mais que se tenha nome de comissão
754 geralmente são externas. Portanto, para o restante o nome é GT.” Solicitou que os conselheiros tivessem o
755 máximo de critério para quando colocassem uma proposta de criação de algo, que se comprometessem a
756 dar efetividade ao GT que criaram. “Porque tem GT que vamos mostrar que foram criados e nunca
757 tiveram um trabalho efetivo nenhum. Teremos a apresentação através de Bete que tem uma avaliação
758 sobre os GT’s.” O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça salientou que pelo visto havia uma inversão
759 da pauta e tinha que ser passado para o plenário. O Senhor Secretário Geral enfatizou que havia sido feito
760 um pedido para que a pauta sobre o processo eleitoral e a recondução da Coordenação Executiva do CES
761 contasse com a presença, não só do Secretário Estadual da Saúde e do conselheiro Francisco que são
762 presidente e vice-presidente do CES. “Estamos tendo esse cuidado”. O conselheiro José Silvino
763 Gonçalves dos Santos colocou que entendia muito bem a importância dos referidos conselheiros estarem
764 presentes, mas o CES não deveria ser conduzido daquela forma, porque eles não poderiam estar. “Vamos
765 alterar por conta disso, entendo a importância da presença desses conselheiros, mas essa justificativa não
766 é suficiente. Pode sim ser apresentada a questão das comissões, mas que deveria ser colocado para
767 avaliação da plenária, mas não com essa justificativa.” O Senhor Secretário Geral salientou que era muito
768 simples, ele, a presidência ter que colocar aquilo que era o anseio do pleno. “Então teremos duas
769 propostas: manutenção da ordem da pauta que iríamos para o assunto do processo eleitoral da
770 Coordenação Executiva do CES ou a inversão de pauta que seria passar para o ponto 2.B.” O conselheiro
771 Luis Delfino Mota Lopes encaminhou que seria preciso dar dinâmica ao processo. “Estamos no Centro
772 Administrativo da Bahia, iremos delongar ou não esta reunião. As duas pautas serão discutidas hoje, se
773 está mais viável dinamicamente adiantar o processo dessa apresentação que assim a façamos, o que não
774 podemos é ficar aqui delongando, precisamos dar dinâmica.” O Senhor Secretário Geral colocou que o
775 processo era bem claro, que o cuidado da mesa não implicava de que se seguisse a vontade do pleno. O
776 conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas salientou que não via prejuízo algum para a inversão da
777 pauta e isso não queria dizer que não iriam discutir. Porém, achava que era um assunto muito importante
778 que carecia da presença do secretário, do Presidente do CES. “Nem tanto do vice, mas do Presidente do
779 CES, porque já houve algumas conversas e na própria Mesa precisa ser colocado como é que está sendo
780 enxergada essa questão. Não vejo prejuízo na alteração da ordem da pauta, vamos discutir, o
781 compromisso é esse, tão somente peço que por conta da importância que é ponderemos com relação a
782 isso.” A senhora Elisabete Lima de Moraes colocou que antes de haver uma delonga o Presidente do CES
783 já estava chegando, daí se continuaria a pauta. “Ele pediu somente três minutos que já está no elevador.”
784 O Senhor Secretário Geral enfatizou que o a indicação do pleno foi de dar prosseguimento à pauta.
785 “Dando seguimento iremos para o ponto 2.A, onde esclareceremos sobre a deliberação quanto ao
786 processo eleitoral ou recondução da coordenação executiva do CES. Lembrando que não sei bem qual é a
787 base do que o conselheiro Fernando coloca, mas se conversas estão existindo em paralelo precisamos
788 lembrar que a conversa oficial se dá aqui no pleno. As conversas da Mesa Diretora é para ponto de pauta,
789 não temos mistério nenhum, nunca existiu conchavos e tranquilamente com a nossa autonomia garantida
790 que nunca participamos de conversa nenhuma, o que participamos é de atos do CES, é importante
791 colocarmos isso.” O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas destacou que não foi aquilo que quis
792 dizer, “você está distorcendo as coisas, o que disse é que existiram conversas que visualizavam qual seria
793 a dinâmica que seria dada a esse ponto de pauta. De forma alguma falei aqui em conchavo ou qualquer
794 coisa do gênero, você está equivocado e gostaria que você retirasse esse tipo de situação, porque fica
795 difícil você colocar que falei nesse sentido e saliento que não falei.” O Senhor Secretário Geral retirou a

796 sua colocação e lembrou que naquele dia já havia chegado pessoas preocupadas com o processo eleitoral,
797 só com o que constava na pauta, questionando o que estava escrito na pauta, portanto, realmente conversas
798 estavam ocorrendo. “Isso é importante ser dito, mas iremos definir sobre o processo eleitoral ou
799 recondução da Coordenação Executiva do CES. Para isso o que faremos é muito simples: ler o Regimento
800 Interno do CES, onde trata do processo eleitoral da Mesa Coordenadora e a partir disso abrimos as
801 inscrições para que todos possam dizer e depois encaminhamos. Gostaria que os conselheiros e
802 conselheiras pegassem os seus regimentos que receberam quando assumiram os cargos, porque é bom
803 discutirmos com base na condição de conselheiro, esses dias recebi uma crítica. Precisamos discutir com
804 base e estarmos com os nossos regimentos sempre à mão. É uma forma de ensinar, não por ser secretário
805 do CES, mas precisamos sempre estar com as normativas do SUS em mãos para podermos definir. O
806 nosso regimento informa no Art. 8 da organização do CES e quais são as suas instâncias organizativas, e
807 dentro dessas instâncias vem a Coordenação Executiva, o que chamamos de Mesa Diretora que está
808 escrito no artigo 11 que nela consta em composição I – Presidente; II – Vice Presidente; III – Secretário
809 Geral; IV – Secretário Adjunto e no § 1º - A referida Coordenação será eleita em reunião extraordinária do
810 CES, convocada para esse fim, sendo composta de 04 (quatro) Conselheiros, respeitada a paridade, dentre
811 os membros do Plenário, para um período de dois anos, podendo haver uma recondução, por igual
812 período. § 2º - A formação de chapa deverá ocorrer em até 07 (sete) dias antes do referido pleito e as
813 inscrições devem se encerrar nas vinte e quatro horas antecedentes ao horário estabelecido para a reunião,
814 podendo se candidatar o Conselheiro que estiver regular em relação ao referido mandato no CES. § 3º –
815 Em caso de vacância definitiva de qualquer um dos cargos da Coordenação Executiva no decorrer do
816 mandato, será feita uma nova escolha para o cargo vacante, devendo o segmento correspondente que
817 ocupava o cargo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias indicar o representante substituto. Isso é o que
818 nos diz o Regimento Interno do CES, o que temos que verificar hoje é qual processo iremos adotar,
819 porque este CES em tese se aproxima do período que deveria ser o processo eleitoral para a Coordenação
820 Executiva, o nosso mandato começou em maio de 2012 e vai até maio de 2014, sendo que agora no mês
821 de março temos que deliberar em abril ou uma extraordinária que antecede a reunião de maio para
822 cumprir os prazos regimentais.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio justificou a sua
823 ausência no período da manhã por motivo pessoal e colocou que antes de tudo gostaria de fazer uma
824 reflexão aos conselheiros do processo. “Acredito que não temos aqui a possibilidade, respeito o trabalho
825 que a Mesa teve, respeito o trabalho de alguns membros da Mesa Diretora do CES, mas acredito que seja
826 necessário fazermos uma nova discussão e uma nova formatação da Mesa. Isso é notório dentro do CES,
827 vimos os problemas que enfrentamos durante o processo, não vou citar nomes para não dar o direito de
828 resposta e também não transformar isso em batalha, mas não dá para em alguns momentos membros da
829 Mesa participarem de construção e depois ter atitudes contraditórias; não dá para representantes da Mesa
830 não enxergar o pleno como a primeira instância de resolver o problemas internos do CES e recorrer a
831 outros órgãos de controle. Precisamos também, e não estou dizendo que nenhum membro da Mesa não
832 foi, mas estamos precisando ter uma Mesa que trabalhe mais com o perfil de facilitadores, e em
833 determinados momentos ficava difícil identificar qual era a posição da Mesa, do que era a posição desse
834 ou daquele representante. E aí acredito que o processo vai dar qual será a nova Mesa que deve ser
835 conduzida ou composta, mas acredito que nesse momento de renovação seja necessário para a oxigenação
836 do CES que façamos a reflexão. Precisamos também dar uma cara dentro do que hoje o CES representa,
837 do hoje seja a expectativa, do que hoje seja o CES nos outros municípios. Gostaria de dizer aos
838 conselheiros que não entremos em um espaço que tenhamos uma discussão exaustiva, mas que levemos
839 primeiro o sentimento de que é necessário rediscutir, refletir, e instalando esse processo de renovação da
840 Mesa teremos o tempo suficiente para até maio, de fato, elegermos uma Mesa que venha com outra
841 posição. E parabenizando a todos os representantes que estiveram na Mesa desse momento, mas externo o
842 sentimento de mudança e de uma discussão e uma reflexão profunda para uma nova Mesa ser instalada
843 urgentemente.” O conselheiro Jair Alves dos Santos salientou que se sentia contemplado, mas queria dar
844 uma palavrinha: “está faltando só o vice para participar, porque seria melhor por ser um assunto
845 importante e a presença de todos os componentes da Mesa seria muito importante.” O Senhor Secretário
846 Geral colocou que havia se reunido na reunião da Mesa Diretora para definir aquela pauta que levou ali,
847 até porque desde janeiro de 2014 vinha falando que o CES, após a sua eleição em 2013 já estaria
848 qualificado para o processo eleitoral da Mesa Diretora. “Não tivemos isso na gestão de 2011 – 2013

849 porque demoramos um pouco até elegermos a Mesa Diretora, porque todo esse processo foi de qualquer
850 forma um caminho político para a renovação do CES, e este tem um caráter democrático e participativo
851 como nunca teve antes e na nossa reunião do dia 19 tivemos a compreensão de analisarmos o Regimento
852 para podermos chegar aqui e propor o que é o processo da Mesa Diretora. Fiz a leitura, não só do que diz
853 respeito à Mesa Diretora, mas tentando explicar como é que foi o processo anterior, que foi de eleição do
854 CES para esse mandato que seria 2013 – 2015 e explicando, porque isso também foi contestado no
855 Ministério Público, pois de fato o nosso Regimento prescreve que podemos para que o CES em geral faça
856 o processo de eleição e também o processo de recondução dos conselheiros, e este plenário antes da nossa
857 eleição em 2013 resolveu que tínhamos três entidades do segmento Usuário que precisavam de eleição,
858 porque ainda estava em um regime de acordo. Isso foi decidido, bem como que os demais segmentos
859 seriam reconduzidos. Isso foi uma decisão do plenário e estava estabelecido no nosso Regimento Interno,
860 porque pode ser o processo eleitoral ou pode ser a recondução, portanto expliquei para a Mesa Diretora
861 que o processo eleitoral do CES esteve totalmente abrigado pelo que diz o nosso Regimento Interno e
862 dessa forma o CES está apto para fazer a eleição da sua Mesa Diretora. Pessoalmente gostaria que o CES
863 fizesse novamente uma eleição para a Mesa Diretora e isso nos mostra enquanto a Mesa Diretora que
864 deve representar o interesse desse pleno possa conduzir isso de maneira participativa, democrática, e até
865 lembrando que a Resolução 453 do CNS estabelece, os Conselhos e o nosso Regimento coloca que
866 faremos eleição com a paridade dos segmentos. Mas para mim interessa que pensemos para além do que
867 está posto no Regimento, para além do que está posto na Resolução 453, que é o fato de que hoje temos a
868 liberdade enquanto Mesa Diretora, de fazermos rodízio entre os segmentos representativos do CES na
869 Mesa Diretora. Ou seja, não somos mais obrigados de termos a gestão presidindo a Mesa Diretora e isso
870 não é nada contraposição de termos a presidência enquanto gestão, mas é de que podemos exercer um
871 rodízio fazendo com que todos os segmentos sejam representados na sua Mesa Diretora. E isso seria para
872 mim o último avanço de democracia que poderíamos ter no CES que é uma coisa abrigada pelo
873 Regimento e que teríamos a plena capacidade de fazer. E ainda tenho o último regimento eleitoral da
874 Mesa Diretora que foi para o período 2012 – 2014 que estava os conselheiros: Ricardo Mendonça,
875 Barberino, Déborah Dourado e Edson Moraes de Oliveira. É basicamente um panorama e quando o
876 Regimento fala da Mesa, está tudo posto como deve ser.” O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas
877 salientou ser sempre a favor de processos eleitorais e democráticos e aquela com certeza era a sua
878 preferência. Destacou sobre o Regimento, porque houve uma recondução do CES, não havendo processo
879 eleitoral, a não ser para alguns segmentos que estavam irregulares, havendo recondução. “E o que é que
880 ocorre: precisamos ver se perante o Regimento existe algum impedimento ou encaminhamento, se seria
881 através da eleição ou da recondução da Mesa Diretora. Então chamo a atenção a respeito disso, gostaria
882 de ter uma posição a respeito disso aí.” A conselheira Camila dos Santos Pimentel fez a leitura do
883 Regimento no Art. 6º que dizia: as entidades em seus respectivos segmentos escolherão seus
884 representantes e respectivos suplentes em assembleias de ampla e específica convocação a ser
885 regulamentada pelo CES/BA, através de Edital devidamente publicado para este fim. Parágrafo único - O
886 referido regulamento implica na criação de critérios de elegibilidade para as entidades participantes do
887 processo eleitoral, em seus respectivos segmentos, garantindo a legitimidade do pleito e definindo as
888 prerrogativas para o encaminhamento, juntamente com as respectivas Atas e os nomes dos representantes
889 eleitos, ao Secretário Estadual de Saúde que os submeterá ao Governador para fins de nomeação. Art. 10º
890 - Os Conselheiros representantes – titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador
891 para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, independentemente do
892 mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no Art. 6º. O conselheiro Fernando Antônio
893 Duarte Dantas enfatizou que se o CES estivesse com seu trâmite normal era aquilo ali, porém, no caso de
894 recondução para um novo mandato do CES gostaria de saber como ficava. O Senhor Presidente colocou
895 que houve uma reunião, por sinal muito boa da Coordenação Executiva, uma reunião onde se pontuou
896 algumas demandas que havia recebido de muitos sobre o processo de organização, as faltas e tudo o mais.
897 “Entendam vocês que da nossa parte é muito complicado fazermos um processo de discussão de
898 recondução da Mesa. Se somos a Mesa, então a postura nossa foi de avaliar isso que Fernando está
899 questionando e está correto, e a nossa posição foi uma posição de verificar quais são as possibilidades
900 para serem colocadas aqui para que o pleno decida. Nada mais é, então, quais são as possibilidades? Vou
901 começar com as respostas para depois construirmos os argumentos. A resposta é a seguinte: tanto a

902 recondução como a eleição tem âncoras no próprio Regimento, ou seja, o Regimento permite o processo
903 de recondução. A pergunta de Fernando seria a seguinte: é possível reconduzir, já que as eleições é uma
904 coisa tão legítima no nosso regime democrático e a pergunta seria assim: é possível recondução? Sim, é
905 possível a recondução. É possível eleições? Evidente, porque o pleno do CES a qualquer momento pode
906 solicitar eleições, caso a coisa não esteja andando bem. Dito isso o que é que entendemos? Então, é só
907 recapitularmos um pouco da história, inclusive para aqueles que não participaram do processo, para que
908 todos tenham o mesmo entendimento, ou pelo menos todas as informações. No processo de eleição da
909 Coordenação Executiva antes do processo tínhamos alguns problemas dentro do CES que foram
910 justamente os acordos que foram feitos para que o CES pudesse funcionar da maneira correta, ou seja, os
911 acordos feitos não são acordos que não tenham fundamento nenhum e que foi coisa de pé de ouvido. O
912 acordo feito foi para a manutenção da legitimidade do CES e da paridade, e de todos os requisitos legais
913 que um Conselho deve ter, então, quando fizemos o processo da escolha das cadeiras e colocamos no
914 processo da escolha das cadeiras três cadeiras, onde não tínhamos tanta firmeza de que esses assentos
915 estavam sendo escolhidos da maneira correta. Fizemos um acordo: esse pessoal fica até o processo de
916 renovação, ou seja, as cadeiras que foram renovadas em número de três, todas essas cadeiras foram
917 negociadas e graças a Deus o acordo foi cumprido. Foi meio doloroso, mas foi cumprido. É tanto que
918 está todo mundo de forma legítima nos seus assentos. Vamos a uma dúvida que são questionamentos: as
919 pessoas das cadeiras podem ser reconduzidas, avaliamos e dissemos sim. Depois dessa escolha, das três
920 vamos levar as demais para que o pleno tome a decisão. Veio para cá e todos decidimos pela recondução
921 das pessoas que venceram os seus dois anos de mandato, então, todos que tinham dois anos no mandato
922 foram reconduzidos. Alguns não foram reconduzidos porque ainda não cumpriram os dois anos,
923 naturalmente quando cumprirem os dois anos aí vai passar pelo CES. Se vai manter a mesma regra,
924 fulano é reconduzido e por aí vai, as reconduções todas estão ok. Tem um processo de discussão que cabe
925 para apenas a título de renovação. O outro entendimento que a Coordenação Executiva tem é que as
926 pessoas que venceram os seus mandatos agora, dois, por mais dois, temos que ter uma decisão do CES.
927 Prestem a atenção, porque é outra decisão que temos que tomar. Se antes dessa nova lei vale as pessoas
928 que estavam antes com dois anos, entraram com a nova lei, ficaram dois anos, elas não podem mais ou
929 começa a vigorar com essa lei? Ou seja, o mandato de quatro anos é computado da lei de 2012 para frente
930 ou também quem tinha mandato antes irá computar? Porque se for dessa forma, algumas pessoas que já
931 vão vencer elas não poderão ser escolhidas por seus segmentos, lembrando a todos que não é Ricardo, não
932 é Edson, não é Fernando, não é Helena. Não estamos falando aqui do assento da pessoa, mas sim da
933 instituição que a pessoa representa. Teremos que tomar uma decisão: se essas pessoas começam a
934 computar seus mandatos a partir da lei ou se antes da lei, esse é um segundo ponto que teremos que
935 avaliar. Só para que Francisco participe da reunião da Coordenação Executiva coloquei para o plenário
936 decidir entre recondução da Mesa ou eleição da Mesa, e o entendimento dessa Mesa é que em ambas as
937 possibilidades tem amparo legal. Segundo esse pleno terá que tomar a decisão, se começa a computar os
938 quatro anos com o processo de eleição ou de recondução das pessoas que tomam assento nas suas
939 cadeiras, começam a computar com a nova lei, ou antes da nova lei. E por fim, dentro de todo esse
940 processo é que sempre estamos promovendo, e Camila leu no Art. 6º que coloca o processo da escolha de
941 membros da Coordenação que é feita por seus segmentos com publicação e tudo mais. Então, é esse o
942 formato que a Mesa colocou, entendendo que por ser a Coordenação Executiva ela não poderá falar em
943 causa própria. Não estamos fazendo isso, estamos esclarecendo aos conselheiros e a todos que estão nessa
944 sala para que tenhamos um processo de definição da melhor maneira possível. Então, esse foi o processo
945 e gostaria de pedir a permissão para ter uma fala da Coordenação Executiva de permitir que outras
946 pessoas aqui da Coordenação complemente a fala, antes de passar para outro conselheiro, pode ser?
947 Então pedirei a Francisco para que fale um pouco para todos.” O conselheiro Francisco José Sousa e Silva
948 enfatizou a importância da questão colocada, tendo visto o processo recente de recondução dos
949 conselheiros para mais um período de representação. “Como o Senhor Presidente acabou de esclarecer,
950 temos consciência de que a Coordenação Executiva do CES faz parte do processo, desde quando o
951 próprio pleno do CES encaminhou essa condição, e com a dificuldade de se realizar, conforme o próprio
952 Regimento do CES a eleição, que naquele período se findava o mandato dos conselheiros. Agora temos a
953 tranquilidade para fazer a discussão com o pleno, até porque compreendemos, no que diz respeito à
954 própria legislação, a questão da representação da pessoa e a representação da entidade, a qual a pessoa

955 aqui representa. Então, são situações distintas, para a eleição do CES houve a recondução das entidades,
956 porque são as entidades que são eleitas e escolhem as pessoas para representarem as entidades. E no caso
957 da Mesa eleita, as entidades, e colocado os nomes das pessoas nas representações das entidades, fazemos
958 as escolhas da direção da casa que é uma escolha de pessoas que foi feito e que subteende-se que a partir
959 do momento que as próprias entidades foram reconduzidas, e nessa recondução ela pelo menos é o que se
960 compreende até o momento, na sua grande maioria aqui elas mantiveram as pessoas nos seus lugares e em
961 relação ao CES estamos compreendendo que o processo está dado. Estou trazendo isso aqui, mas como o
962 Dr. Washington falou, é preciso que o próprio pleno do CES reflita sobre essa situação e encaminhe
963 conforme achar necessário para que possamos dar continuidade ao trabalho da casa.” A conselheira Célia
964 Maria Alexandria de Oliveira pontuou que a Mesa teve o cuidado de discutir e já havia sido repassado
965 para todos. “Agora, para além da legalidade, lembro-me quando estava fazendo uma coordenação, quando
966 o companheiro Marcos disse assim: Célia, você está sendo muito rígida, você está engessando a
967 discussão. Aí disse para ele: só estou cumprindo o Regimento. Faço muitas críticas, quando recebo
968 alguma crítica gosto de fazer uma análise daquela crítica que foi feita, exatamente para mudar, no caso de
969 não está sendo correta. E ainda brinquei com ele assim: companheiro, só estava única e exclusivamente
970 cumprindo o Regimento. E porque também digo isso? É porque cabe a posteriori vermos nesse pleno que
971 nos debrucemos sobre o nosso Regimento para que ele atenda todas as nossas demandas e experiências.
972 Enquanto conselheiros e conselheiras creio que precisamos fazer algumas modificações no Regimento,
973 até para atender melhor a própria democracia participativa do CES. Quando formos para as questões das
974 comissões aprofundarei mais um pouco com vocês. Voltando a questão da eleição, recondução, conversei
975 bastante com o conselheiro Moysés, e para além da legalidade estar na Mesa é uma experiência
976 extraordinária que todo e qualquer conselheiro deve ter a oportunidade desse exercício. Como Mesa desse
977 CES tive a oportunidade nesses dois anos, como sou oriunda do movimento sindical, 30 anos nesse
978 movimento, e até como uma forma diferenciada de estar fazendo o exercício da democracia participativa,
979 aprendi coisas extremamente importantes que enriqueceram a minha militância e o papel de conselheira.
980 E nessa discussão achamos que daremos oportunidade se fizermos eleições, e mais de que isso, para o
981 pleno, para podermos fazer as alternâncias, porque esses cargos conferem certo exercício de poder, sendo
982 a alternância importante. Agora, o que ficou muito claro para a Mesa é que esse pleno é quem decide por
983 todas as questões, e enquanto Mesa não somos nada mais nada menos que fiéis cumpridores do desejo
984 desse plenário.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que depois do esclarecimento
985 feito por Washington gostaria de solicitar que não fosse colocada na ata aquela palavra que existiam
986 entidades irregulares, porque o pleno foi consultado na ideia se aquelas entidades naquele momento para
987 atender a demanda do pleno também e precisava ter paridade que as entidades participassem do processo
988 então não existiam entidades irregulares, gostaria que fosse retirado da ata isso porque se dissemos que
989 existiam entidades irregulares os atos do CES naquele período foram irregulares, acredito que não
990 podemos ter esse tipo de fala aqui no CES. “Gostaria de clamar mais uma vez aos conselheiros que não
991 existe mais clima para discutirmos uma recondução da Mesa que está aí, temos que agradecer a todos os
992 integrantes que estiveram na mesa e do trabalho que foi feito, mas é preciso que instalemos de fato um
993 processo para além da eleição de discussão e reflexão do que deve ser a próxima Mesa. Não dá mais para
994 vermos em determinados momentos, sabermos que houve a reunião da Mesa e a decisão não é de Mesa, e
995 muitas vezes a decisão é desse ou daquele ou não se chegou ao consenso e isso tem prejudicado também.
996 Acredito que precisamos fazer essa reflexão, porque precisamos ter uma Mesa mais facilitadora, não
997 podendo ter mais e fico preocupado em muitas vezes em determinados processos é com o clima que tem
998 que ter para as coisas. Hoje não enxergo e tenho agido com sinceridade em todos os momentos a
999 continuidade de algumas representações da Mesa. Precisamos recuperar esse clima de que a Mesa venha
1000 de fato, novamente ser legitimada pelo pleno do CES, aí acredito que esse debate exaustivo de nada vai
1001 contribuir. Não colocaremos a culpa nas pessoas, porque cada um contribuiu e se comportou da forma que
1002 achava que deveria, mas agora é o momento de instalarmos um novo processo no CES que é a discussão
1003 de uma nova Mesa para o CES.” O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva salientou que o processo
1004 ocorrido no CES em relação às representações sempre foram no consenso, então não iria tratar ali dessa
1005 ou daquela entidade por conta do processo anterior, porque havia sido consensuada a questão das
1006 entidades que iriam estar compondo o CES. Isso foi ponto pacífico, nunca impositivo e nem algo
1007 determinado por esse ou aquele grupo. Houve consenso entre os conselheiros, então podemos questionar,

1008 porque houve consenso em tudo. Agora, no processo que estamos vivenciando agora, quando Marcos
1009 coloca, em minha opinião e sem sombra de dúvidas não teria nem um desconforto pela recondução, estou
1010 sendo sincero, mas quando Marcos traz uma questão dessas e outros conselheiros também colocam essa
1011 mesma questão, acho que precisamos discutir, nesse processo da discussão de um processo eleitoral esse
1012 próprio plenário pode até definir o processo eleitoral pela recondução dos membros que estão aí no
1013 processo de discussão eleitoral. Não podemos reconduzir esses membros? Podemos sim, temos
1014 autonomia para isso, vai ser definido por esse pleno, agora temos que encaminhar com consenso de uma
1015 forma respeitosa e elegante. Sei que temos disputas partidárias, não esconderei isso, temos que colocar
1016 isso, temos disputas partidárias sim, e se alguém disser que não está mentindo ou falseando a verdade, se
1017 existir uma forma mais elegante temos essa disputa partidária e vou estar defendendo uma posição em
1018 que garanta o partido que sou filiado ou a entidade que represento. Não tenho a menor dúvida disso, sou
1019 muito claro em relação a isso, agora vamos ver em uma forma que não venhamos perder o respeito ao
1020 outro, isso é que devemos encaminhar, é porque estaremos aqui de uma forma e no futuro estaremos em
1021 outra. É preciso que esse CES afaste o conflito, porque estamos da realização ou não, mas esperamos que
1022 se realize com êxito da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com todas as
1023 dificuldades que estão aí tanto do ponto de vista como em nível nacional e nível estadual. E se nos
1024 conflitamos, esse processo ainda aumentará as dificuldades que estão presentes, e o caminho é buscarmos
1025 essa unidade, esse consenso e esse respeito.” O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou
1026 que a conselheira Célia havia levado uma reflexão importante que era a possibilidade que todos os
1027 conselheiros que tivessem uma disponibilidade de tempo, essa vontade de estar contribuindo na Mesa e se
1028 capacitando, adquirindo mais conhecimento. “Célia, você foi muito pontual nessa questão, quando você
1029 traz essa reflexão de que essa Mesa oferece possibilidade de um maior conhecimento, dando uma maior
1030 experiência. Quando Moysés traz a reflexão para haver um rodizio dentro da Mesa eleita e não discordo
1031 de você, porque essa Mesa pode ser reeleita em um processo de eleição. Se passando no processo de
1032 eleição ela pode ser reeleita, que é o caminho mais perfeito para isso. E quando o conselheiro Sílvio fala
1033 nessa questão sobre o respeito, esse carinho e o cuidado que devemos ter com os outros quando falamos,
1034 isso é importante, respeitar o segmento quando você diz a linha partidária. Estou aqui representando os
1035 usuários do SUS, então, tenho que ter a cara do representante do SUS, o que não posso Sílvio, é estar
1036 representando você. Inclusive sempre me posiciono em relação aos trabalhadores, porque os seus
1037 sindicatos têm como pauta de reivindicação planos de saúde suplementar e está aqui ocupando vaga no
1038 espaço que é de defesa do SUS, então precisamos rever esse conceito também, é uma série de
1039 contradições que estão aí. O meu encaminhamento é pelo processo democrático e oportunizar a eleição,
1040 até que veja de volta essa Mesa aí, mas que seja a partir de uma eleição.” O conselheiro Moysés
1041 Longuinho Toniolo de Souza lembrou que nem o CES e nem a sua Mesa eram palco para brigas político-
1042 partidárias, que ficasse bem claro isso. “É a isenção ética que temos que trazer para o processo, quem
1043 quiser fazer seus fundamentos políticos-partidários podem fazer abertamente, isso é um direito de todo
1044 cidadão, mas que faça lá fora, porque aqui não podemos sofrer interferências, senão terei que colocar que
1045 tenho um conflito de interesse também. Sou membro de um partido, sou do PUS, o Partido dos Usuários
1046 do SUS, se alguém não conhecia esse é meu partido político. Gostaria de colocar para os senhores que é
1047 importante lembrar para além da Mesa Diretora que a nossa conversa no dia 19 já trouxe outra
1048 elucidação, o nosso último processo eleitoral do CES reconduziu a maior parte das entidades para um
1049 processo de mais dois anos, mas daqui a dois anos em 2015, obrigatoriamente teremos que ter eleição
1050 com todos os segmentos. Isso é importante, porque precisa haver e isso é a Resolução 453 do CNS que
1051 precisa haver uma renovação de pelo menos 30% das entidades e não é das pessoas. Então, tem que ficar
1052 claro isso, porque a Mesa já entende isso, e no processo da Mesa Diretora é importante lembrar que no
1053 processo eleitoral é o seguinte: o inciso 01 fala que quem constitui esse processo eleitoral são os
1054 conselheiros e não mais a entidade, mas os conselheiros eleitos; o inciso 02 fala de uma formação de
1055 chapa, porque é uma formação de chapa com nome dos conselheiros, indicando quem pretende ser o
1056 presidente, o vice-presidente e os outros cargos; e o inciso 03, sendo aqui que me colocarei, fala sobre a
1057 vacância definitiva em caso da saída de alguns conselheiros. Ou seja, teremos que ter uma nova escolha
1058 em até 60 dias, coisa que fizemos há poucos dias atrás com a presidência que a vaga era da gestão, onde o
1059 Secretário da Saúde Washington Couto substituiu o Dr. Jorge Solla, ex-secretário. Isso se aplica a mim,
1060 porque externei para os companheiros de Mesa Diretora que para não prejudicar essa Mesa Diretora

1061 manteria o meu compromisso de Mesa até maio de 2014 e a partir desse momento nada mais me
1062 impediria de me desligar do CES, porque aquilo que disse ao companheiro da Mesa que por motivos
1063 pessoais e questão de desrespeito, a minha condição de conselheiro já teria me afastado do CES bem
1064 antes, então, para não prejudicar o processo da Mesa. Se no caso, o pleno decida pela recondução já aviso
1065 que logo a seguir o Segmento Usuário teria que me substituir na Mesa Diretora, então quero que os
1066 senhores atentem para todos os aspectos. Não é pura e simplesmente decidir de forma vã; os processos
1067 têm que ser amadurecidos politicamente e temos que ter noção clara do processo de cada um.” O
1068 conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas enfatizou que quando havia colocado sobre a questão da
1069 recondução ou não, era porque realmente existia uma dúvida e foi bem esclarecida pela Mesa. “Acho tão
1070 legítima, como alguns conselheiros já falaram aqui, tanto a recondução quanto a eleição não tem
1071 problema nenhum de participar da eleição, acho que é até mais legítimo. Houve outra questão que foi
1072 colocada aí que o pleno vai precisar se posicionar, por exemplo, foi colocado pelo Presidente do CES que
1073 alguns conselheiros vão completar quatro anos, outros já estão há mais de quatro anos e que dessa forma
1074 precisariam ver o entendimento da nova lei, se ela passará a vigorar a partir da lei ou anterior à lei.
1075 Particularmente tenho a opinião que é a mesma de Moysés, onde acho mais salutar e oxigena o próprio
1076 CES, se esses conselheiros saíssem do CES por já estarem há quatro anos nele. Mesmo que seja aprovado
1077 a partir da nova lei já assumo o compromisso com vocês que não participarei mais por uma questão de
1078 oxigenar o CES e dar lugar a outras pessoas que podem e devem contribuir com o CES, então, é um apelo
1079 que faço ao pleno para que trabalhe nessa perspectiva.” A Conselheira Maria Luiza Costa Câmara
1080 colocou que estava de acordo plenamente com a exposição de Fernando que iria pedir a palavra, mas ele
1081 deixou muito claro a sua opinião. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio perguntou se fariam
1082 deliberações por parte daquele ou de outro processo que Fernando havia colocado. “Ainda fiz a discussão,
1083 porque achei que primeiro vamos fazer, e se caso não for haver a discussão queria me posicionar, se caso
1084 tiver a possibilidade de haver a discussão aguardarei para o momento, pois tenho outro entendimento
1085 sobre isso.” O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza salientou que enquanto Mesa Diretora se
1086 discutiria a possibilidade que Fernando havia colocado também, porém havia uma comissão para
1087 reavaliar o Regimento Interno do CES, e naquele exato momento não teria que resolver a questão de
1088 quem já estava há mais de dois mandatos. “É uma coisa a ser resolvida, mas não nesse momento aqui.
1089 Trataremos do processo eleitoral da Mesa Diretora, mas a Mesa Diretora lembra que precisamos retomar
1090 a discussão de reavaliação do Regimento Interno, que temos uma citação, conforme colocado por
1091 Fernando, não é nem pessoas. O conselheiro Marcelo, não sei se nesses dias atrás mandou um e-mail
1092 pedindo que quando vier o titular ou o suplente seja abonada a falta da outra representação, porque temos
1093 titular e suplente e isso é algo que temos que avaliar, mas que no Regimento não está bem claro, é omissivo,
1094 mas porque temos que avaliar? Essa Mesa vem cuidando muito seriamente da questão de ausência de
1095 pessoas nas reuniões
1096 que é que acontece hoje, temos entidades que nem o titular e nem o suplente vem para a reunião há mais
1097 de seis meses e nesses casos temos que discutir abono ou não de ausência, mas qual a penalidade para
1098 uma instituição que se elegeu para o CES e simplesmente não comparece aqui? Porque o nosso
1099 Regimento precisa reconduzir uma eleição dentro do segmento para que a entidade seja mudada por
1100 demonstrar falta de interesse em participar da instância de Controle Social, mas isso só pode ser através
1101 do Regimento Interno do CES reformulado.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio solicitou
1102 questão de ordem referindo que o debate haveria ou não, porque tinha o entendimento que a lei não
1103 retroagia, então o Regimento havia passado a valer. “Outra coisa que estava discutindo outro dia e
1104 conversando com a conselheira Célia, porque aqui é a eleição de entidades e não cabe ao CES discutir se
1105 o nome de a, b ou c tem mais de dois anos ou quatro anos quem não pode ter e precisamos respeitar. É
1106 que no momento da condução da entidade era que deveríamos avaliar, e se não foi avaliado precisamos
1107 avaliar se as entidades hoje que compõe o CES tem mais de quatro anos ou não, porque se não tem é a
1108 entidade que tem que sair, porque aqui não é um pleno de pessoas é um pleno de entidades e se caso não
1109 tem, infelizmente não temos um mecanismo. E colaborando Moysés com o seu entendimento de ficarmos
1110 aqui no CES fazendo o debate, o que deve ocorrer é dentro do Regimento criarmos esse mecanismo,
1111 porque tirando isso aí acho até um constrangimento desnecessário fazermos essa discussão e apontando
1112 aqui quem tem mais ou quem tem menos, porque aqui quem está não são pessoas e sim entidades, e não
1113 dá para ficarmos interferindo se da entidade fica fulano ou sicrano, porque a entidade tem legitimidade

1114 para indicar quem quer que seja. Se a entidade estiver legal aqui dentro do CES gostaria de estar
1115 colaborando para que pontuássemos na criação dos critérios para melhorar isso e não perdendo mais
1116 tempo aqui fazendo essa discussão de vaidade de quem tem dez anos, de quem tem cinco anos, porque
1117 não cabe para o pleno do CES.” A senhora Elisabete Lima de Moraes comentou que não estava no mérito
1118 da discussão, mas gostaria de esclarecer tecnicamente a realidade de maio de 2014, que acontecia, como
1119 reelaborava esse Regimento, que o antigo estava sobre a égide da Resolução 333. “Esse Regimento que
1120 está na mão dos senhores foi sobre a égide da Resolução 333 que deixava muito claro que o tempo do
1121 conselheiro era de responsabilidade do pleno e não tinha limites. A partir daí, em 2012 surge a Resolução
1122 453 que para modificarmos o que está aqui temos que fazer o Regimento sobre a égide da Resolução 453,
1123 da nova Resolução do CNS. Não se pode mexer, se nesse momento está aí muito claro, e o que
1124 conselheiro Ricardo vem falando por muito tempo que é sobre como mudarmos e principalmente
1125 atualizarmos o Regimento para sermos fiéis a Resolução 453 do CNS.” O Senhor Presidente salientou
1126 que o entendimento que se tinha ali era se havia a necessidade de fazer uma atualização do Regimento e
1127 essa atualização do Regimento iria reforçar as regras já existentes quanto à questão dos conselheiros que
1128 faltavam, das entidades que não respondiam. “O entendimento que temos aqui é de que deixamos isso
1129 dessa forma, ou seja, faz a atualização do Regimento e solicita o cumprimento por cada instituição ou
1130 fazemos o processo de dizer quem cumpriu ou não cumpriu a regra. Ou mexemos agora ou mexemos
1131 depois, então, colocarei em processo de votação sobre a questão das faltas. Conselheiros, quem concorda
1132 em retirar de pauta nesse momento para viabilizar todos os processos de atualização, por favor,
1133 permaneçam como está e quem discorda e acha que já temos que ir com a lei na mão e fazer o processo
1134 de limpar a área, por favor, levantem a mão. Abstenções?” Foi retirado da pauta a questão das faltas e foi
1135 registrada uma abstenção. Disse que quanto ao processo das faltas se tiraria e depois o pessoal que iria
1136 cuidar da questão da atualização do Regimento iria para o processo do Regimento. O conselheiro Ricardo
1137 Luiz Dias Mendonça lembrou a todos que não se tratava de uma comissão, porque foi tirado um grupo de
1138 trabalho e já tinha o nome das pessoas, porém se faria o processo das comissões, pois alguns nomes não
1139 constavam mais. O Senhor Presidente colocou que em relação ao próximo passo daria, que tinha a ver
1140 com o processo eleitoral que seria abrir o processo eleitoral “ou senão abrimos o processo eleitoral ou se a
1141 gente não abre ou vai pelo processo de recondução, entendo que por ser algo mais complicado vou fazer
1142 uma pergunta que sempre utilizamos nas nossas conferência, que será quem quer fazer defesa de um
1143 campo e quem quer fazer defesa de outro. Alguém quer fazer algum tipo de defesa? Todos estão
1144 esclarecidos enquanto o processo eleitoral da Mesa? Alguém tem alguma dúvida? E colocando em regime
1145 de votação a proposta de haver um novo processo eleitoral permaneçam como está; quem discorda e vota
1146 pelo processo da recondução, por favor, levante a mão. Alguém quer se abster?” Sendo a primeira
1147 proposta eleita com a maioria dos votos, contabilizando apenas uma abstenção. Enfatizou que tinha uma
1148 dúvida em relação de quando se retira de pauta a questão do conselheiro. “Estamos tirando também de
1149 pauta, principalmente a questão dos quatro anos, veremos o novo Regimento.” A senhora Elisabete Lima
1150 de Moraes lembrou a todos que quem entrasse no GT não poderia concorrer, que isso ficasse muito bem
1151 claro. O Senhor Presidente esclareceu a todos que o entendimento que se tinha ali e gostaria de passar
1152 para os conselheiros e conselheiras era que independente da data que seria maio, suporia que a eleição se
1153 processasse em junho, em julho, em agosto, pelo processo da recondução feita, isso não prejudicaria.
1154 “Não é que a data é maio, tem que ter eleição, vamos correr, mas não expira os trabalhos da Mesa, porque
1155 todos foram reconduzidos e poderiam ser reconduzidos, só estou explicando para o pessoal. Estava
1156 pressionado e, não existe pressão, existe uma vontade, é diferente, então tudo bem. E lembrar que a regra
1157 é evidente que participar do GT Eleitoral não poderá concorrer a eleição.” O conselheiro Ricardo Luiz
1158 Dias Mendonça salientou que seria bom a Coordenação Executiva esclarecer que a GT Eleitoral teria que
1159 respeitar o princípio da paridade. O Senhor Presidente colocou que faria uma comissão com quatro
1160 pessoas inicialmente e se tivesse mais pessoas ampliaria. Convidou o Chefe do Gabinete, o Sr. Paulo José
1161 Bastos Barbosa para tomar posse como conselheiro suplente do Segmento Gestor/Prestador no CES.
1162 Perguntou quem se habilitava a fazer parte do GT Eleitoral para organizar o processo de eleição, e os
1163 conselheiros Fernando Antônio Duarte, Maria Luiza Costa Câmara, Eliane Simões, Luiz Delfino se
1164 colocaram para comporem o GT Eleitoral que foi definido. “Por favor, marquem logo a reunião e tomem
1165 as providências para o bom andamento do processo. No Regimento fala da reunião que tem que ser
1166 convocada o cumprimento dos prazos e pedimos sempre que utilizem a quantidade necessária de prazo

1167 para o processo.” Passou para o próximo ponto de pauta 2.B que trata da recomposição das comissões dos
1168 GTs. A senhora Elisabete Lima de Moraes salientou que aquela apresentação havia sido solicitada pelos
1169 conselheiros sendo enviada por e-mail para todos para que fosse colocado o nome na comissão ou GT que
1170 gostariam de participar. No entanto, só havia recebido duas respostas, sendo das conselheiras Déborah e
1171 Isadora, por isso é que trazemos o que está faltando e se vamos acrescentar, diminuir ou como ficará.
1172 Existem pessoas que estão aqui e que nunca apareceram nas reuniões, nunca compareceram às
1173 solicitações em que os nomes saem, enviamos imediatamente para o GT proposto e este nos fazem a
1174 solicitação de recolocar, então, estamos extremamente defasados, estamos precisando, principalmente
1175 com relação às três comissões que regimentalmente faço questão de repetir, que regimentalmente temos
1176 três comissões que são a Comissão de Planejamento e Acompanhamento Financeiro e Orçamentário,
1177 Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Municipais de Saúde, Comissão Intersectorial de Saúde do
1178 Trabalhador – CIST. As restantes são GTs, ou então comitês, quando são solicitados pela SESAB.
1179 Existem alguns comitês, então veremos as três nomenclaturas: comissão, GT e comitê.” A conselheira
1180 Camila dos Santos Pimentel salientou que existiam locais em que nunca havia sido solicitada a presença
1181 dos conselheiros, inclusive para o próprio CES refletir se estaria nesse local e qual posicionamento que
1182 teria perante esse local. A senhora Elisabete Lima de Moraes solicitou que na medida em que fosse
1183 apresentado que fosse sinalizado, porque esses comitês e alguns GTs eram solicitações da SESAB. “Na
1184 maioria dos comitês e alguns GTs são solicitações, e a nossa metodologia é imediatamente mandar
1185 o e-mail e todos os contatos de vocês para que eles entrem em contato diretamente. A primeira comissão
1186 é a Comissão de Planejamento e Acompanhamento Financeiro e Orçamentário que é composta pelos
1187 conselheiros Francisco José Sousa e Silva, Fernando Antônio Duarte Dantas, Isadora Oliveira Maia,
1188 Maria do Carmo Brito de Moraes, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Luís Delfino Mota Lopes, Maria
1189 Cristina de Camargo Fonseca. São sete pessoas, significando que não está paritário. O outro aspecto
1190 também que tiramos desta apresentação é quem é titular ou suplente. As coisas caminharam tanto que já
1191 existem muitos anos que fizemos isso, que depois nas próprias Comissões ou então todos serão titulares
1192 ou nas próprias comissões isso serem decididas, porque hoje nas reuniões comparecem pessoas e não
1193 titular ou suplente, então está faltando um conselheiro usuário para a Comissão de Planejamento e
1194 Acompanhamento Financeiro e Orçamentário. E o conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário colocou
1195 seu nome para compor a referida comissão. Perguntou se existia algum impedimento para que se
1196 avançasse e que depois se enviaria para todos já pronto e todos os conselheiros concordaram. Passando
1197 para a próxima comissão, a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST, composta pelos
1198 conselheiros Luís Delfino Mota Lopes, Déborah Dourado Lopes, Maria do Carmo Brito de Moraes,
1199 Josivaldo de Jesus Gonçalves, Francisco José Souza e Silva, Fernando Antônio Duarte Dantas, Moysés
1200 Longuinho Toniolo de Souza, Silvio Roberto dos Anjos e Silva. Disse que a conselheira Déborah
1201 solicitou para sair de algumas e ficar em algumas, pois recebemos o e-mail dela. “Essa interrogação não
1202 estava paritária porque essa vaga era ocupada pela ex-conselheira Joilda, então pergunto aos senhores:
1203 coloca mais um nome, fica sem paridade para suceder a ex-conselheira? Foi retirado o nome do
1204 conselheiro Luís Delfino Mota Lopes Gestor/ Prestador, estava sem paridade continuo dizendo que essa
1205 interrogação aí era o nome da ex-conselheira Joilda que era usuária e encontra-se vago. O conselheiro
1206 Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou seu nome para compor a referida comissão. A conselheira
1207 Maria do Carmo Brito de Moraes colocou que gostaria de ficar participando das duas e na Comissão de
1208 Planejamento e Acompanhamento Financeiro e Orçamentário gostaria de ficar na de acompanhamento e
1209 na CIST. A senhora Elisabete Lima de Moraes salientou que na Comissão de Planejamento e
1210 Acompanhamento Financeiro e Orçamentário que era a anterior, saía Maria do Carmo. “O que falei para
1211 vocês é que essa comissão não estava paritária, a minha pergunta é: ela se transforma em paritária ou
1212 continua sem paridade? Foi isso que perguntei, então vocês querem paritária? Então fica Déborah
1213 Dourado Lopes (Gestor), Maria do Carmo Brito de Moraes (Trabalhador), Josivaldo de Jesus Gonçalves
1214 (Trabalhador), Francisco José Souza e Silva (Usuário), Fernando Antônio Duarte Dantas (Usuário),
1215 Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Usuário) e Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Trabalhador). O que
1216 é que está acontecendo? Existem três trabalhadores: Josivaldo, Sílvia e Maria do Carmo, Déborah
1217 (Gestor) sozinha e três usuários. Ou sai ou inclui, tem três trabalhadores e tem que ser dois Trabalhadores,
1218 dois Gestores e quatro Usuários, então, o que está acontecendo se tem só um Gestor?” O conselheiro
1219 Ricardo Luiz Dias Mendonça chamou a atenção dos conselheiros dizendo que a comissão era uma

1220 comissão importante. “Se formos discutir questão de paridade, acho que temos até para motivar e
1221 oxigenar vamos dar oportunidade a quem quer realmente participar. É uma comissão importante, quem
1222 não puder retirar o nome e quem puder coloca o nome, o que vai fortalecer é o Controle Social, é o CES, é
1223 esse o pedido que gostaria de fazer aos conselheiros.” A senhora Elisabete Lima de Moraes perguntou se o
1224 conselheiro Josivaldo permaneceria naquela comissão. O conselheiro respondeu que sim e ela disse que
1225 no momento tinham três trabalhadores e como resolveriam? O conselheiro Francisco José Sousa e Silva
1226 solicitou uma questão de ordem enfatizando que a comissão era a única do CES que abria a participação
1227 de entes ao CES. “A primeira questão é a questão da paridade dessa comissão. Foi uma condição colocada
1228 na época pelo CES, até pela dificuldade que o CES tinha em ter conselheiros interessados em fazerem
1229 essa discussão de saúde do trabalhador, então foi uma estratégia do CES para mobilizar e participar.
1230 Compreendo o que o conselheiro Ricardo colocou que agora não cabe estarmos discutindo, até porque se
1231 observarmos ali só tem uma representação da gestão que é Déborah e inclusive Luís Delfino solicitou a
1232 retirada do nome dele. Então, não dá para garantir que tem que ser paritário, porque senão não haverá
1233 participação. Acho que o conselheiro que tiver interessado coloca o nome e a própria comissão por ter
1234 conselheiros participando depois ela própria faz esse ajuste, senão ficaremos o tempo da discussão e não
1235 conseguiremos encaminhar isso. É só observar ali a gestão, só tem uma representação.” A conselheira
1236 Leonídia Laranjeira Fernandes colocou que pensava na ampliação, daí gostaria de participar. O
1237 conselheiro Luis Delfino Mota Lopes salientou que gostaria de reforçar a posição do conselheiro
1238 Francisco, porque aquelas comissões quando formadas ali eram bonitinhas. “Estou na comissão da CIB
1239 que vai vir aí logo à frente e quero permanecer. Acho que nessa reunião só conta com a minha presença,
1240 nessa reunião fui convocado várias vezes e não pude ir, porque é em um dia de terça-feira e não posso ir.
1241 Solicitei que fosse retirado meu nome, então é o seguinte: como Francisco colocou tem ali seis, sete
1242 nomes, são pessoas que estão dispostas a discutir, quem está disposto a discutir não precisa ser paritária,
1243 porque de repente fica paritária e não vai para a reunião e aí não colaboramos com a saúde do trabalhador
1244 ficamos nos omitindo no processo, então não precisa fazer uma coisa bonita que não funcione.” A senhora
1245 Elisabete Lima de Moraes informou que a conselheira Silvanete Brandão Figueiredo colocou seu nome
1246 para compor a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST. “Vamos montar e depois
1247 mandamos para os senhores para rediscutirmos.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio
1248 colocou que em diversos momentos deveria ser usado o bom senso, mas teria que estar preocupados em
1249 proteger o processo. “Penso que primeiro a justificativa da não participação de algumas pessoas não pode
1250 ser determinante para quebrarmos algumas regras que são determinantes no processo; a segunda coisa é
1251 que se essa daí não for paritária nenhuma mais será, porque não podemos utilizar aqui algum mecanismo
1252 que adeque, porque essa comissão é tão importante como as outras. Aqui não tem Delfino e a SESAB
1253 como gestão, existem outros. Quem são os companheiros que se colocam, precisam nos colocar, porém o
1254 que me preocupa é que em determinados momentos se não tivermos o cuidado utilizaremos a regra. Vale
1255 para esse processo e para aquele outro processo não vale, então, por mais que seja doloroso, Delfino, se
1256 for necessário repense a sua possibilidade ou alguém se coloque.” O conselheiro Moysés Longuinho
1257 Toniolo de Souza solicitou uma questão de ordem e enfatizou que as três comissões do CES pela forma
1258 regimental precisavam ser paritárias. “Precisamos cumprir o Regimento.” A conselheira Camila dos
1259 Santos Pimentel encaminhou que se não estava estabelecendo a paridade se fazia as modificações e se
1260 conversava entre os pares, porque seria preciso estabelecer a paridade. A senhora Elisabete Lima de
1261 Moraes colocou que aquela lógica da paridade sempre foi uma situação respeitada dentro do CES, então
1262 achava que era pertinente, até porque era uma regra do Controle Social. “A Comissão de
1263 Acompanhamento dos Conselhos Municipais de Saúde: Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Coordenador),
1264 Gislene Villas Boas Torres da Silva (Sub Coordenadora), Walney Magno de Souza, Ricardo Luiz Dias
1265 Mendonça, Camila dos Santos Pimentel, Maria do Carmo Brito de Moraes, Isadora Oliveira Maia,
1266 Deborah Dourado Lopes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, José Silvino Gonçalves dos Santos,
1267 Josivaldo de Jesus Gonçalves, Edson Moraes de Oliveira, não estando paritário e a conselheira Maria
1268 Helena Machado Santa Cecília colocou seu nome para compor a referida comissão. Até agora como
1269 Gestora temos Déborah, faltando mais um gestor. Deixaremos em aberto e depois solicitamos ao
1270 segmento Gestor / Prestador que eles se coloquem. Saímos das três comissões e vamos para os GTs, o
1271 Conselho Curador da BAHIAFARMA.” A conselheira Eliane Araújo Simões solicitou que o seu nome
1272 fosse retirado por conta da ausência do titular e em nenhum momento como suplente passou a ser titular.

1273 A senhora Elisabete Lima de Moraes explicou que na saída do titular o suplente passava imediatamente à
1274 titularidade. “Agora você é titular, fica faltando agora uma suplência. Suplência para o Conselho Curador
1275 da BAHIAFARMA, e o conselheiro Walney Magno de Souza colocou seu nome para compor a referida
1276 comissão como suplente e a titular sendo Eliane Simões. Em relação ao Conselho Curador da Fundação
1277 Estatal a conselheira Maria Luiza Costa Câmara solicitou a retirada do seu nome por motivos particulares.
1278 E o conselheiro Jair Alves dos Santos colocou seu nome para compor a referida comissão, sendo suplente
1279 do conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio. GT de Política de Alimentação e Nutrição, o
1280 conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva era o suplente que agora passa imediatamente para a
1281 titularidade. Quem gostaria de ficar na suplência? Se alguém não quiser depois reenviamos para que
1282 repensem e veja se gostariam de entrar. A Universidade do SUS - UNASUS está sem nenhum
1283 conselheiro.” O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza explicou para a conselheira Camila que
1284 o UNASUS fazia uma interlocução basicamente com as duas Escolas de Formação Técnica e Formação
1285 de Saúde Pública da Bahia, portanto era uma instância bem importante para a questão de capacitação e
1286 formação dos profissionais de saúde e educação permanente no estado. A senhora Elisabete Lima de
1287 Moraes ressaltou que os conselheiros Jorge Geraldo de Jesus Rosário e Camila dos Santos Pimentel
1288 colocaram os seus nomes para compor o referido GT. “Para o GT Técnico Estadual de Saúde da
1289 População Negra que permanece como titular Jorge Geraldo de Jesus Rosário e Marcos Antônio Almeida
1290 Sampaio como suplente. Para o GT Estadual de Integração Ensino e Serviço – CIES-BA estão como
1291 titulares Silvio Roberto dos Anjos e Silva e Edson Moraes de Oliveira. A suplência que era Fátima saiu e
1292 foi assumida por José Silvino Gonçalves dos Santos, restando uma suplência que foi composta pelo
1293 conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves. O Comitê de Ética e Pesquisa onde o conselheiro Moysés já
1294 havia saído há muito tempo e estamos sem representação nesse momento, eles têm uma agenda própria, e
1295 a nossa preocupação, além de várias, onde enviei a todas as superintendências, a todos os diretores e
1296 coordenadores nossa escala e o nosso cronograma de reuniões, porque estamos observando que estão
1297 coincidindo reuniões do CES com reuniões que as pessoas marcam aleatoriamente desses GTs e dessas
1298 comissões. Pedimos todo o cuidado para que isso não coincida, além do site que as pessoas não olham
1299 mandei e-mail para todos, então, ficou como titular Camila dos Santos Pimentel e suplente o conselheiro
1300 José Silvino Gonçalves dos Santos. O Comitê Estadual de Humanização a conselheira Déborah Dourado
1301 Lopes pediu para continuar e a conselheira Maria do Carmo continua?” A conselheira Maria do Carmo
1302 Brito de Moraes enfatizou que achava bastante interessante as comissões, mas às vezes ficava sem pernas
1303 para dar conta. A senhora Elisabete Lima de Moraes comentou que em substituição à conselheira Maria do
1304 Carmo, a conselheira Neila Tiara Santos Soledade colocou seu nome para compor a referido comitê.
1305 “Para o Comitê Estadual de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal – CEPOIF já está completo pelos
1306 conselheiros Jorge Geraldo de Jesus Rosário e Lilian.” A conselheira Lilian Fatima Barbosa Marinho
1307 colocou que após avaliação não daria para continuar. A senhora Elisabete Lima de Moraes mencionou que
1308 a conselheira Lilian havia sido substituída pelo conselheiro Luís Delfino Mota Lopes no Comitê Estadual
1309 de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal – CEPOIF. No Comitê Gestor da Linha de Cuidado à Gestante e ao
1310 Bebê do Estado da Bahia o conselheiro Luís Delfino Mota Lopes entra como titular “e quem gostaria de
1311 entrar na suplência?” Ficando em aberto e “depois enviaremos para todos os conselheiros para ver quem
1312 gostaria.” Em relação ao GT de Gestão e Acompanhamento Local do Projeto “Reorientação Nacional da
1313 Formação Profissional em Saúde”, Dentro do Programa Pró-Saúde – Programa Nacional de Reorientação
1314 da Formação Profissional em Saúde colocou que seria verificado se ainda existia e depois enviaria a todos
1315 os conselheiros. “Sobre o GT – Política Estadual das Cidades da Bahia GT Persolidos – ConCidades a
1316 conselheira Maria Luiza está como titular continua?” A Conselheira Maria Luiza Costa Câmara colocou
1317 que passou um e-mail e devido aos compromissos exaustivos da sua entidade não tinha possibilidade da
1318 sua participação. A senhora Elisabete Lima de Moraes mencionou que os conselheiros Marcos Antônio
1319 Almeida Sampaio e Maria Helena Machado Santa Cecília colocaram os seus nomes nas referidas
1320 comissões e posteriormente resolveriam quem seria o titular e o suplente. Em relação ao Sistema
1321 Penitenciário permanece intacta, sendo o titular o conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos e
1322 Beatrix Kunz como suplente. No Comitê Estadual de Estudo da Mortalidade Materna CEEMM
1323 representado pelas conselheiras Eliane Simões e Maria Helena Ramos Belos. A conselheira Eliane Araújo
1324 Simões enfatizou que gostaria de retirar o seu nome, porque via a necessidade de uma pessoa com o
1325 perfil. “Ficamos muito preocupados em assumir os espaços para atuar e acaba não desempenhando bem.

1326 Particpei de uma primeira reunião e de uma segunda e coloquei para Luiza que não participaria mais,
1327 porque acho que uma enfermeira seria uma pessoa ideal.” A senhora Elisabete Lima de Moraes colocou
1328 que naquele sentido, no Comitê Estadual de Estudo da Mortalidade Materna CEEMM a conselheira Maria
1329 Helena Ramos Belos passava para a titularidade e colocaria na suplência o conselheiro Luís Delfino Mota
1330 Lopes. “Sobre o GT da Linha de Cuidado Materno Infantil alguém já entrou em contato com vocês?
1331 Nunca entraram em contato.” A conselheira Camila dos Santos Pimentel salientou que era suplente e
1332 nunca havia sido contactada e nem sabia se a titular foi contactada ou não.
1333 ”Precisamos reavaliar se esse GT está funcionando ou não.” A senhora Elisabete Lima de Moraes
1334 enfatizou que iria avaliar se o GT da Linha de Cuidado Materno Infantil ainda estava ativo. Sobre o GT
1335 Estadual de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde – CEREMAPS titular a
1336 conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes e suplente o conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça. O
1337 conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça salientou que estava avaliando aquilo naquele momento, porque
1338 na realidade só teve uma reunião e como estava avaliando gostaria que fosse avaliado esse GT. A senhora
1339 Elisabete Lima de Moraes colocou que haveria a avaliação e foi incluído também o nome da conselheira
1340 Célia Alexandria no GT da CEREMAPS e passou para o próximo que era o GT de Acompanhamento. “A
1341 CIB que é composta pelos conselheiros Ricardo Luiz Dias Mendonça, Jair Alves dos Santos, Edson
1342 Moraes de Oliveira, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Luís Delfino Mota Lopes solicitaram a saída, saíram
1343 desse GT os conselheiros Josivaldo, Edson e Ricardo e solicitaram a entrada para comporem esse GT os
1344 conselheiros Aldenilson Viana Rangel, Lilian Fatima Barbosa Marinho ficando assim composto o referido
1345 GT Jair Alves dos Santos, Luís Delfino Mota Lopes, Aldenilson Viana Rangel, Lilian Fatima Barbosa
1346 Marinho e Eliane Araújo Simões. Em relação ao GT de Acompanhamento a Saúde Mental que é
1347 composta pelos conselheiros Maria do Carmo Brito de Moraes, Célia Maria Alexandria de Oliveira,
1348 Josuéilton de Jesus Santos, Isadora Oliveira Maia, Eliane Araújo Simões e também foi incluído o nome
1349 da conselheira Silvanete Brandão Figueiredo para compor a referido GT. O GT de Acompanhamento às
1350 Unidades de Saúde já existe esse GT que já andou se reunindo fazendo visitas fizeram relatórios e deram
1351 uma parada veremos que vai desistir porque observamos que esse GT se resumia em quatro ou cinco
1352 pessoas um GT tão grande e os conselheiros Josivaldo, Camila, Maria do Carmo, Marcos retiram os seus
1353 nomes do GT de Acompanhamento às Unidades de Saúde. Veremos agora como ficou a composição do
1354 GT de Acompanhamento às Unidades de Saúde que ficaram os conselheiros Washington Luís Silva
1355 Couto, Jair Alves dos Santos, Eliane Araújo Simões, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Edson Moraes de
1356 Oliveira, Josuéilton de Jesus Santos e Fernando Antônio Duarte Dantas foi substituído também o nome do
1357 conselheiro Washington Couto pelo nome do conselheiro Paulo Barbosa. A conselheira Eliane Araújo
1358 Simões lembrou a todos que no início desse ano trouxe uma denúncia de um médico do HGE, mas
1359 acontece que em nenhum momento aconteceu convocação para nada. Gostaria ainda que me fosse dado
1360 cinco minutinhos no que ocorrer. A senhora Elisabete Lima de Moraes - Secretária Executiva do CES
1361 colocou que a conselheira Gislene colocou o seu nome para compor o GT de Acompanhamento às
1362 Unidades de Saúde. No GT Técnico de Humanização – CTH só tem três conselheiros que são Gislene
1363 Villas Boas Torres da Silva, Marcos Barroso de Oliveira, está faltando um depois entraremos em contato
1364 com o segmento. O GT Permanente dos Fóruns Norte / Nordeste que é composto pelos conselheiros
1365 Francisco José Sousa e Silva e Silvio Roberto dos Anjos e Silva. O Comitê de Ética da Universidade
1366 Católica do Salvador era o conselheiro Francisco. O conselheiro Francisco José Sousa e Silva enfatizou
1367 que até pouco tempo fizemos o possível para manter a participação nesse comitê, ocorre que o meu nome
1368 foi colocado começamos a participar, mas o comitê não aceita suplência é apenas um nome de
1369 conselheiro usuário expliquei ao comitê que não tinha como sem ter a participação de mais um
1370 conselheiro suplente ter como dá conta da quantidade de trabalho que o comitê tem a fazer que é avaliar a
1371 questão dos projetos de pesquisa da universidade então solicitei a retirada do meu nome porque eles não
1372 abriram mão para inscrevermos outro conselheiro para ser suplente. A senhora Elisabete Lima de Moraes -
1373 Secretária Executiva do CES colocou que a conselheira Silvanete Brandão Figueiredo colocou seu nome
1374 para compor o Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador. A Conselheira Lilian Fatima
1375 Barbosa Marinho enfatizou que o CES não existe para se fazer representar aonde todos convidam porque
1376 não pode ter muito convite estamos com vacância para o Comitê Estadual de Pesquisa é melhor que a
1377 candidata ao Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador se ela puder participar dos dois,
1378 ótimo se não puder que ela participe do Comitê de Ética e Pesquisa que é mais prioritário como é que

1379 vamos cobrir a católica e deixar descoberto a SESAB. A senhora Elisabete Lima de Moraes - Secretária
1380 Executiva do CES perguntou à conselheira se ela concordava em participar do Comitê de Ética e Pesquisa
1381 e a conselheira respondeu que sim. A conselheira Camila dos Santos Pimentel enfatizou que a vacância do
1382 Comitê de Ética é de suplência. A senhora Elisabete Lima de Moraes - Secretária Executiva do CES
1383 solicitou que voltasse para o slide onde estava descrito o Comitê de Ética e Pesquisa sendo a conselheira
1384 Camila dos Santos Pimentel a titular e o conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos como suplente
1385 estando devidamente composto o comitê. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza lembrou
1386 que a conselheira Maria Luiza Costa Câmara solicitou que o nome dela fosse incluído no GT de Política
1387 de Alimentação e Nutrição como suplente. A senhora Elisabete Lima de Moraes - Secretária Executiva do
1388 CES recapitulou que quando sai daqui a indicação enviamos imediatamente para o GT, o Comitê o que
1389 foi solicitado todos os contatos e comunicação, a única pessoa que ainda manda alguma coisa é o
1390 CEPOIF na forma de relatório somente todo o resto é independente para fazer o contato. GT Intersetorial
1391 do Programa Saúde na Escola que é composto pelos conselheiros José Silvino Gonçalves dos Santos
1392 (titular) e Eliane Araújo Simões(suplente) que continuam na representação. No GT Para o
1393 Acompanhamento do SIOPS sai o conselheiro Josivaldo entra quem? O SIOPS tem reuniões regulares
1394 mensais com a presença do Ministério Público e varias outras Secretarias. Estou contextualizando para
1395 que vocês vejam a importância das coisas não estou falando que aqui tenha alguns mais importantes que
1396 os outros, o que estou falando é que tem uns mais responsáveis de que outros que é o caso do SIOPS que
1397 é um sistema que acompanha todos os municípios do estado se está sendo realmente investindo 13, 15%
1398 na saúde. No SIOPS há muito tempo que estamos sem ninguém, é uma responsabilidade muito grande
1399 tem reuniões periódicas saiu o conselheiro Josivaldo e entra para a titularidade o conselheiro Sílvio
1400 Roberto dos Anjos e Silva e suplência o conselheiro Jair Alves dos Santos. No GT de Educação
1401 Permanente estão os conselheiros Isadora Oliveira Maia, Deborah Dourado Lopes, Jorge Geraldo de Jesus
1402 Rosário, Jair Alves dos Santos, Maria Cristina de Camargo Fonseca, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva
1403 saíram os conselheiros Jair Alves dos Santos e a conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira
1404 substituiu o conselheiro Jair. No Programa + Médicos existe um GT, esse mesmo GT já viajou já
1405 acompanhou o + Médicos que foram o caso dos conselheiros Silvino e Marcos, estão aqui só José Silvino
1406 Gonçalves dos Santos e Eliane Araújo Simões. Perguntando a conselheira Eliane Simões se ele a desejava
1407 ainda continuar a conselheira Eliane Simões colocou que não e o conselheiro Marcos Antônio Almeida
1408 Sampaio colocou seu nome para compor o referido GT. O GT Programa + Médicos encontra-se com
1409 Silvino, Marcos, Lilian e Camila, mas precisamos verificar a paridade, a paridade no momento está assim
1410 Sílvio, Lilian, Jorge Geraldo, Jair e Maria Helena. O GT Programa + Médicos está assim Sílvio Marcos,
1411 Lilian e Camila que são representantes dos (Usuários), Sílvio Roberto representante (Trabalhador) e têm
1412 dois candidatos representante dos usuários então teria que ter mais um trabalhador, Edson (trabalhador) e
1413 Jair e Maria Helena gostaria que vocês se colocassem em outra, pois já excedeu pode ser? Responderam
1414 que sim. O GT de Acompanhamento ao Programa de Inclusão Digital que já saiu em resolução e foi uma
1415 deliberação do deste CES que está em ata e nesse não pode mexer, que ficou definido em reunião que a
1416 Coordenadora do GT de Acompanhamento ao Programa de Inclusão Digital fosse a Coordenadora da
1417 Plenária então a Coordenadora do GT é a conselheira Isadora, tem Déborah e as pessoas do Ministério da
1418 Saúde. Ficou faltando o GT do Regimento Interno do CES ele nunca se reuniu e nunca existiu e
1419 gostaríamos de renovar nesse momento Ricardo Luiz Dias Mendonça, Isadora Oliveira Maia, Célia Maria
1420 Alexandria de Oliveira, Maria Helena Machado Santa Cecília fechando assim quatro usuários, Sílvio,
1421 Leonídia Laranjeiras representante dos trabalhadores fechamos assim? O conselheiro Moysés Longuinho
1422 Toniolo de Souza colocou que em abril do ano passado quando aprovamos o último PAM de DST/AIDS
1423 criamos o GT de Acompanhamento as Políticas de AIDS na Bahia e no dia 19 agora quando tivemos a
1424 reunião com a SESAB foi reiterado isso perante a Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde
1425 (SUVISA) e a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP) e eles concordaram inclusive que esse GT
1426 não seria exatamente um Grupo de Trabalho, mas um grupo técnico de acompanhamento as políticas de
1427 AIDS na Bahia, então isso foi firmado como acordo entre a gente. A senhora Elisabete Lima de Moraes -
1428 Secretária Executiva do CES colocou os nomes dos conselheiros Moysés Toniolo, Camila para compor o
1429 Comitê Intersetorial de Acompanhamento as Políticas de AIDS e já enviamos para Alcina para a
1430 posteriori sair à resolução com todos os nomes. Informou que os dois últimos slides só estamos trazendo
1431 porque existem, mas já foram definidas em Resolução e na Plenária do CES. Perguntou ainda ao

1432 conselheiro Sílvio já recebeu alguma coisa do GT da Conferência da Defesa Civil que são os conselheiros
1433 Sílvio e Jorge Geraldo. O conselheiro Edson perguntou se a questão das vagas remanescentes dos
1434 delegados da 4ª Conferência havia sido acertada que, “iriam para os suplentes os segmentos
1435 correspondentes” e que inclusive havia falado com a Mesa Diretora. O Senhor Vice-Presidente perguntou
1436 a título de esclarecimento se o conselheiro Edson estava se referindo à última *lâmina*, e orientou que
1437 iriam entrar na pauta de discussão naquele momento. A conselheira Camila Pimentel perguntou à Mesa
1438 Diretora quando iriam encaminhar a relação ao GT, os locais que não tiveram convocação até então, a
1439 Secretaria Executiva. O Senhor Presidente informou que a Secretaria Executiva iria fazer um trabalho de
1440 em primeiro lugar, estar fazendo as reuniões das comissões e as primeiras variantes dos grupos, e a partir
1441 dali com a escolha do representante coordenador o grupo começará a ter as sua vida, então a Secretaria
1442 Executiva passa o papel que cabe à Secretaria dar assistência técnica a cada comissão, a cada grupo, mas
1443 o grupo teria que ajudar no processo das convocações e tudo mais, no entanto tinha que realmente a
1444 estabilidade. A Senhora Elisabete Lima de Moraes comunicou que na Comissão de Acompanhamento os
1445 conselheiros elegeram cinco coordenadores e a conselheira Gislene como sub-coordenadora e já haviam
1446 decidido que iriam realizar as reuniões às terças-feiras, pela manhã então já havia começado a deslançar
1447 o processo. O Senhor Presidente parabenizou o CES pelo passo importante que estava dando naquele
1448 momento, e salientou que dependia de todos ali, para que não tivessem que fazer aquilo outras vezes, e
1449 parabenizou a todos por terem preenchido todas as lacunas necessárias. Lembrou ainda que havia o
1450 último ponto pauta da parte de apresentação antes de entrar para “o que Ocorrer” e passariam para a
1451 panorâmica da Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora. O Senhor Vice-Presidente
1452 convidou a Doutora Letícia Nobre – Diretora da DIVAP/SESAB e a Senhora Jacira Cancio – Secretária
1453 Executiva da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST e também Secretária da Comissão
1454 Organizadora da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora onde iriam colocar
1455 um pouco dos trabalhos e dos esforços que estavam sendo feitos pelo CES, pela gestão para que
1456 pudessem dar seqüência ao que ficou definido ali, quando o CES aprovou a 4ª Conferência Estadual de
1457 Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado da Bahia. Informou que o conselheiro Francisco iria
1458 explicar o que as comissões já haviam feito, e falou que tinham liberado uma sala na Diretoria da
1459 DIVAST/SESAB onde estava funcionando a Secretaria Executiva que a Senhora Jacira Cancio
1460 coordenava, tendo também o apoio da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde, DGETS e
1461 também da DIVAST. Montaram a Secretaria Executiva lá mesmo e ainda as seguintes comissões:
1462 Comissão Organizadora, Formulação e Relatoria, Comunicação e Mobilização, que vinham se reunindo
1463 durante o mês de março todas as terças-feiras, as duas Comissões de Relatoria, Comunicação e
1464 Mobilização no período da manhã e à tarde a Comissão Organizadora. Atualmente estavam em um
1465 trabalho mais acelerado, já que no começo nem todos estavam indo para as reuniões, e mesmo tendo
1466 algumas representações que não estavam comparecendo, por isso buscaram o apoio de outras pessoas na
1467 esperança de que aumentasse toda aquela equipe que estava colaborando naquela fase de construção ainda
1468 de todo aquele processo, já que teriam que definir todas as questões. Informou ainda que já havia
1469 apresentado para a equipe da SESAB que acompanhava as Comissões Itegestores Regionais junto com a
1470 Senhora Joana Molesini também no Colegiado da SESAB e para mobilizar internamente também, havia
1471 feito uma apresentação para toda a equipe e para os técnicos e administrativos da DIVAST, levando o
1472 conhecimento e mobilizando as pessoas a participarem do processo. O Senhor Vice-Presidente comunicou
1473 que nos últimos dias 21 e 22/03/2014 havia ocorrido na cidade de Brasília o Seminário das Centrais
1474 Sindicais convocado pela Comissão Organizadora da Conferência Nacional e o Conselho Nacional de
1475 Saúde, e praticamente durante o Seminário se pôde fazer um pouco o panorama de como se encontrava a
1476 situação das etapas estaduais da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, o que
1477 não tinha sido diferente para o Estado da Bahia quanto à questão da dificuldade. Primeiro, pela questão do
1478 curto espaço de tempo para a preparação da realização da Conferência e em segundo lugar como já havia
1479 sido dito ali em outras ocasiões, porque era um ano atípico devido à Copa do Mundo a partir do mês de
1480 junho no Brasil e depois o processo de eleições gerais para presidente, governador, deputados e
1481 senadores, o que de fato causava uma dificuldade maior para que avançassem na organização do processo
1482 da etapa. E o que estavam colocando ali era fruto do esforço do CES, da gestão da SESAB, do próprio
1483 COSEMS, das Centrais Sindicais, e cada pessoa convocada tinham dado as suas parcelas de colaboração
1484 no intuito de poder extrair ao final da data que estavam buscando agendar a Conferência o resultado para

1485 levar também para a Conferência Nacional. Então dariam o panorama do trabalho como a Doutora Letícia
1486 Nobre já havia falado ali, “a Comissão Organizadora, a partir da distribuição do trabalho na Comissão de
1487 Comunicação, Comissão de Metodologia e a própria Comissão Executiva da Conferência tinha buscado
1488 cada um na sua condição de trabalho oportunizar e detalhar o que seria mostrado, em seguida os passos
1489 que estavam sendo dados para que realizassem as etapas macrorregionais e a etapa Estadual. Fez a
1490 apresentação da Panorâmica da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora – 4ª
1491 CEST que foi enviado por e-mail a todos os conselheiros. Informou que havia publicado e recebido da
1492 gráfica o documento base que seria da discussão do processo de toda a Conferência, a Portaria do
1493 Ministério da Saúde publicada em agosto de 2012 para se discutir a efetivação da Política Nacional de
1494 Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no estado, no país e nas regiões. Portanto, aquele era o
1495 documento base que seria distribuído em quantidade maior durante todo o processo e até antes, para que
1496 os municípios, regiões e as unidades representativas pudessem discutir. Disse que estavam realizando
1497 discussões com os municípios sede de CERESTs ou Centros Regionais de Atenção dos Interesses de
1498 Saúde do Trabalhador juntamente com as Diretorias Regionais de Saúde (DIRES). Destacou que estavam
1499 em um processo de necessidade, de fortalecimento, ampliação e intensificar a mobilização com os
1500 municípios, Conselhos Municipais e Secretários Municipais de Saúde, inclusive para conversarem
1501 especialmente nos municípios pólos das nove macrorregiões e os municípios que tinham CEREST e
1502 recebiam alguns recursos para que se discutissem o compartilhamento de custeio, de financiamento, por
1503 estarem trabalhando com muito pouco recurso financeiro. Comunicou ainda que no dia 1º de abril de
1504 2014 estariam em reunião na DIVAST nos turnos da manhã e da tarde e todos os conselheiros do CES que
1505 se encontravam presentes, independentes de estarem na Comissão estavam convidados a comparecer à
1506 mesma. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou que não iria fazer o debate sobre a
1507 discordância, sobre o método que havia sido usado para a Conferência, que pelo seu ponto de vista qual o
1508 propósito real da Conferência, já que havia tomado algumas etapas de discussão que acreditava serem
1509 necessárias, e como já tinham sido deliberadas teriam que seguir. No entanto, estava presidente do
1510 Conselho Municipal de Saúde de Salvador, não recebeu nenhum documento informando que a
1511 Conferência iria acontecer, já que era importante a participação do CMS de Salvador e precisavam se
1512 reunir, porque as reuniões estavam acontecendo e até aquele momento não tinham recebido nenhum
1513 documento daquele tipo. E já que no dias 07 ou 08 de maio e no mês de abril, mesmo com o calendário
1514 apertado teriam que chamar a reunião ampliada, sendo que foi colocado que se o Conselho não chamasse,
1515 as entidades chamariam, mas o Conselho para chamar teria que ser comunicado. Porém, se houvesse
1516 quais seriam os métodos e não receberam nem o Regimento oficial da Conferência, então, desejava que
1517 fizessem um exercício. “Não é porque Marcos está representando uma entidade no Conselho Estadual que
1518 o Conselho Municipal de Saúde de Salvador está sendo comunicado, porém, penso que precisamos
1519 começar a trabalhar também essa questão da institucionalidade”. Comunicou também que estariam como
1520 parceiro lá chamando a reunião ampliada com as entidades, mas havia alguns critérios que precisariam de
1521 mais esclarecimentos, tipo uma reunião ampliada do Conselho, senão o Conselho Municipal iria deliberar
1522 acerca dos critérios de escolha dos delegados que iriam. Então gostaria de saber, já que as vagas do
1523 município, por se tratar de uma reunião ampliada do conselho que poderia ser uma reunião ordinária ou
1524 extraordinária, onde o pleno do Conselho iria deliberar com relação às vagas que seriam de Salvador,
1525 porém, queria saber se o Conselho tinha aquela liberdade, já que tinham quarenta e oito conselheiros
1526 municipais entre titulares e suplentes e precisavam, de fato, como seria a discussão para que fosse feito o
1527 encaminhamento. Os Conselhos Municipais precisavam ser incluídos no processo. A conselheira Lílian
1528 Fátima Barbosa Marinho comunicou que estava participando da Comissão de Relatoria e de Metodologia,
1529 o que tinha sido muito interessante; elogiou toda a equipe do CESAT no nome da Doutora Letícia Nobre,
1530 ressaltando que sem dúvida nenhuma, a eficiência e a rápida resposta da equipe, que tinha sido o fator
1531 importante para o que tinha se conseguido e a questão que gostaria de perguntar ia naquela linha, porque
1532 havia sido colocado lá e procurou saber da informação ali, se o Conselho Estadual de Saúde havia feito
1533 uma comunicação para os Conselhos Municipais de Saúde. Então, não sabia responder, por isso trouxe a
1534 pergunta para a reunião porque era importante, na medida em que o CES informasse aos seus pares e os
1535 mobilizasse, porque a avaliação sobre as representações dos trabalhadores que poderiam ter muitos
1536 problemas, sobretudo nos Conselhos que eram bastante frágeis. O conselheiro Ricardo comentou que
1537 durante o turno da manhã durante a sua fala justificou as suas duas faltas em relação à sua participação na

1538 Comissão Organizadora, teve problemas de doença, porém, algumas coisas o conselheiro Marcos e a
1539 conselheira Lílian haviam colocado ali que era a questão preocupante com relação aos Conselhos
1540 Municipais, porque existiam alguns com deficiência muito grande com a questão da informática e os
1541 conselheiros estaduais nas comissões. Mas tinham o papel ali de serem multiplicadores, e já que o sistema
1542 está funcionando no dia seguinte, a partir do dia 28/03 teriam então uma explanação de como funcionava
1543 o sistema para fazer o preenchimento das vagas das pessoas. Realizaram duas reuniões na CUT no dia 16
1544 e 17/03, exatamente para discutir a questão da 4ª Conferência e utilizaram todos os sindicatos do Estado
1545 da Bahia. “Então, como representante da CUT, gostaria de saber se seria disponibilizado, se já estava
1546 dentro do site da CUT, para poderem fazer a interlocução com os seus parceiros no estado, e precisavam
1547 estar divulgando como seria realizado o mecanismo, os meios digitais estavam ali, tanto que a inscrição
1548 estava ali. Com relação aos documentos, solicitou que os mesmos fossem colocados em mídia, o que seria
1549 uma forma ampla de se fazer a divulgação, até para uma questão econômica de se estar produzindo papel,
1550 e seria uma forma de passar mais rápido. O conselheiro Jair Alves dos Santos fez uma observação
1551 relacionada ao número de convidados e o número de delegados, dizendo que estava com dúvidas quanto
1552 ao que havia sido colocado na apresentação, onde pra cada 100 mil habitantes seriam quatro delegados e
1553 os convidados 10%. No entanto, não haviam sido colocadas as vagas de observadores e ouvintes, porque
1554 nas Conferências vão para observar, fazer os seus relatórios e seria interessante que se colocasse também,
1555 devido ao momento das inscrições e como ficariam as vagas em relação aos delegados do CES. Sobre a
1556 fala do conselheiro Marcos questionou se todos estavam eleitos a participar como delegados, no caso do
1557 CES ou se seriam escolhidos para participar. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva salientou
1558 que todos estavam em uma Conferência, como já havia dito ali, que se tratava de evento atípico e todos
1559 sabiam que a Comissão Organizadora, Executiva e as outras comissões que o ideal seria se pudessem
1560 estar realizando conferências municipais como sempre fez. Tinham uma situação obrigatoriamente de
1561 terem optado pela realização de Conferências Macrorregionais, tinham uma situação, realizariam a
1562 Conferência daquela forma ou não realizariam. Então, se teria falha no processo, porém, as mesmas
1563 deveriam ser corrigidas por todos, tanto os conselheiros quanto às outras representações dos segmentos e
1564 as Centrais. Na Comissão Organizadora houve um dia que se reuniram os representantes das Centrais que
1565 estavam na reunião da Comissão, justamente na busca de mobilização na tentativa de encaminhar. No
1566 entanto, não iriam fechar ali que aquela conferência iria dar conta de organizar e nem de modificar.
1567 Poderia até incentivar, e se até no processo aquilo ajudasse, os Conselhos que não funcionavam e tinham
1568 problemas, até porque não cabia na Conferência aquele processo, todavia tinham que estar buscando
1569 várias formas. Já tinham alguns documentos e não podiam estar encaminhando sem antes passar pelo
1570 pleno do CES, porque havia municípios que não se sentiam dentro daquela macro, da mesma forma que
1571 era a questão do meio ambiente, território de identidade. A mobilização da secretaria iria, no entanto, se
1572 todos se empenhassem e diminuíssem a precariedade. Não podiam burocratizar demais as questões e o
1573 que deveriam fazer seria dar agilidade, e se o conselheiro Marcos que era uma pessoa do CMS de
1574 Salvador e também do CES já era para estar publicizando dentro do CMS, independentemente de já ter
1575 saído aquela publicização. Então, que todos pensassem na agilização do processo, porque havia
1576 momentos que burocratizavam e em outros queriam buscá-la. A conselheira Célia Maria Alexandria de
1577 Oliveira comunicou que todos os conselheiros que estavam participando daquele processo, tinham uma
1578 preocupação muito grande em deixar bem estabelecida que aquela era uma atividade do Conselho
1579 Nacional, Conselho Estadual e dos Conselhos Municipais e todos os conselheiros que estavam presentes,
1580 inclusive os conselheiros da organização, e ela mesma chegou até a ser contundente na medida de ter
1581 trazido as questões para o Conselho, exatamente para que perdessem a prerrogativa de serem os
1582 condutores daquela conferência, e tiveram uma preocupação muito grande, em deixar claro que teria
1583 pensado enquanto conselheiros, na construção da conferência, inclusive, indo para o interior para que
1584 aqueles conselhos que tinham uma maior fragilidade de atuação, tiraram lá dentro das comissões, pessoas
1585 que poderiam estar viajando para fazer aquele trabalho e inclusive tinha um conselheiro que já havia se
1586 disposto que foi o conselheiro Jorge Geraldo e outros mais. Outra questão que vinham sempre colocando
1587 que era ainda mais importante que a nossa preocupação, seria que a Conferência precisava acontecer e
1588 que os verdadeiros sujeitos daquela Conferência eram os trabalhadores e as trabalhadoras, e naquele
1589 momento da Conferência eles, estariam tendo a voz para colocarem todos os seus problemas e mais do
1590 que isso fazendo as suas exigências, de termos uma política nacional para a saúde do trabalhador.

1591 Estavam com dificuldades? Estavam, mas toda a equipe vinha trabalhando com muita eficiência,
1592 inclusive a conselheira Lílian elogiou a Doutora Letícia e todo o seu grupo, de trabalho, os conselheiros e
1593 conselheiras estavam lá presentes e se tratava de reuniões públicas que as pessoas podiam participar para
1594 qualquer uma das reuniões e no que sabia, a Comissão de Comunicação estava enviando tudo para os e-
1595 mail dos conselheiros, e tiveram o cuidado para subsidiar as duas reuniões da CUT em toda a produção e
1596 tiraram xérox de tudo e encaminharam para todos os sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras que
1597 estiveram presentes, inclusive o documento foi construído na Comissão de Organização, pela cinco
1598 centrais, uma coisa muito interessante que as cinco centrais se uniram em nome da classe trabalhadora o
1599 que achou muito bonito por parte de todas elas que esqueceram até as suas disputas naquele momento, e
1600 juntas produziram um documento onde estavam todas as centrais empenhadas para que aquela construção
1601 fosse um sucesso, que era o que todos queriam. E o que poderiam abrir mão, seria de que a conferência
1602 não acontecesse. O conselheiro Moysés Longuinho Tonyolo de Souza lembrou que haviam acabado de
1603 participar na sexta e no sábado do Seminário Setorial das Centrais Sindicais e no nome constava
1604 Organizações Sociais e pediram que fosse revisto porque deveria ser Movimentos Sociais e não
1605 Organizações Sociais, para que não se confundisse OS's com Movimentos Sociais, e naquele debate com
1606 o CNS ficou muito claro que, a Conferência era para além de movimento sindical e, por favor, não era à
1607 toa que se colocavam e foi mostrado ali um quadro de vagas não só para delegados como também para
1608 convidados, porque teria que estar claro para o Conselho e todos os conselheiros e teriam que sinalizar de
1609 que os conselhos também eram responsáveis não só por estarem acionando os principais atores do
1610 sindicalismo, mais também dos Movimentos Sociais que também trabalham na pauta de Saúde do
1611 Trabalhador, tiveram a situação muito clara no Seminário onde alguns públicos conseguiram se
1612 representar porque tinha a pauta de Saúde do Trabalhador, mas outros não, justamente por falta de diálogo
1613 e de lembrarem do acordo então era importante naquele momento deixar claro que, os Movimentos
1614 Sociais podiam e deviam. E tinham que fazer aquela mobilização até para expandir os horizontes de
1615 discussão, era o Movimento de Mulheres, Movimento de Pessoas com Deficiência, Movimento de
1616 Jovens, Movimento de Patologias onde entrava AIDS, LER/DORT, Saúde Mental, LGBT que em
1617 questões de trabalho tinha muitas coisas sérias para serem discutidas, Moradores de Rua, Quilombolas e
1618 outras. Então existiam muito segmentos que precisavam ser introduzidos na discussão sobre Saúde do
1619 Trabalhador, e até mulheres donas de casa precisavam e para que não ficassem restritos somente aos
1620 conselhos, puro e simplesmente, em representação ao sindicato, era preciso expandir a discussão e
1621 lembrou que precisavam fazer um esforço para que através da Coordenação Executiva e o CES fossem
1622 mandado o modelo com logomarca, enquanto Conselho o comunicado aos Conselhos Municipais de
1623 Saúde se o conselho seria demandado para fazer aquela comunicação teriam que receber da Coordenação
1624 Executiva da Conferência, para socializar o Regimento Interno e também além do release, socializar com
1625 os conselhos tudo aquilo que estava organizando a Conferência. O conselheiro Josivaldo de Jesus
1626 Gonçalves informou a presença do conselheiro Itamar do Conselho Municipal de Saúde de Itabuna,
1627 salientou que tinha uma dúvida com relação ao Conselho de Itabuna se seria se era macro e já haviam
1628 realizado a aprovação do Conselho, tinham publicizado a Resolução, inclusive formaram uma comissão
1629 também, e foi colocado que os conselhos teriam que fazer a aprovação, então seria necessário que os
1630 outros municípios fizessem aquela aprovação, ou apenas realizar a eleição dos conselheiros que iriam
1631 para a sede de Itabuna? Outra questão, seria sobre o financiamento já que precisou ver algumas demandas
1632 em Brasília e o pessoal da Diretoria Regional de Saúde – DIRES e outros setores o questionaram até pela
1633 sua ausência. Então gostaria de saber se aquela demanda era do Conselho Municipal de Saúde local, ou o
1634 Regimento que ficou marcado para a SESAB financiar a Conferência? E também como havia ficado a
1635 questão dos palestrantes no caso se a Comissão local iria correr atrás ou a Comissão Estadual estaria
1636 ajudando naquele sentido? O conselheiro José Silvino destacou que a sua dúvida, até porque já estavam
1637 em cima da Conferência e a divulgação da questão seria os instrumentos que precisavam para fazer as
1638 ligações, estiveram no município de Maragojipe na semana passada e eles questionaram, a ele o
1639 conselheiro Marcos, Camila e a companheira Mércia e informaram que poderiam estar contribuindo no
1640 processo porque não tinham nenhum tipo de informação, por isso precisavam também oferecer
1641 instrumentos estrutura, para aquelas cidades e as mesmas pudessem divulgar a Conferência, até porque
1642 como o conselheiro Moysés havia dito, aquela era uma Conferência da saúde do trabalhador, e os mesmos
1643 tinham em todos os cantos; trabalhadores empregados, desvinculados de associações, mercado informal

1644 etc. e uma série de trabalhadores que precisavam ser alcançados: como trabalhadores rurais, índios e
1645 tantos outros. Então ficava muito preocupado com a qualidade da participação até porque, próximo da
1646 Conferência ainda não tinham nenhum instrumento que alcançasse todos, e não bastava dizerem que
1647 estavam com a cartilha e que estava no site, porque para quem tinha acesso era fácil e a maioria da
1648 população não tinha acesso à internet, então precisaria socializar aqueles instrumentos para que aquelas
1649 pessoas tivessem acesso. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou que não estava ali
1650 em um processo de burocratizar, mas precisava-se envolver o Conselho a depender do que se fosse criar,
1651 envolvia o recurso o que teriam que justificar a solicitação do recurso e teriam de justificara a solicitação,
1652 envolvia também criar as obras de como iriam tirar os seus conselheiros. Lembrou que ele não estava na
1653 Comissão Organizadora da Conferência e, portanto, não havia recebido nenhum e-mail e nenhum outro
1654 tipo de informação de como estava e naquele momento ali na reunião, que estava sabendo como estava a
1655 situação, e não tinha como sair dali responsabilizado na divulgação das coisas. Informou que recebeu o
1656 Regimento, fez a leitura do mesmo, mas para convocar a Conferência e que recebeu a informação e queria
1657 levar para a regional, ou para convocara aquele momento em que Salvador teria que escolher os cinquenta
1658 e seis delegados, precisavam receber uma comunicação oficial para poderem puxar a reunião do
1659 Conselho, deliberar sobre o assunto, criar a comissão, qual seria o formato e o que iriam fazer e tirar os
1660 delegados. Salientou que queria deixar aquele assunto não na questão de burocratizar, no entanto
1661 acreditava que aquele formato o que defendeu no dia que foi realizada a definição da Conferência, e ainda
1662 fez a solicitação que deveriam ser inseridos os conselhos das macrorregionais nos processos da Comissão
1663 Organizadora para que também fizessem parte e pudessem indicar a representação para que no momento
1664 da divulgação, facilitar e naquele momento seguia por comunicado e não iriam saber ainda, como iriam
1665 fazer, seria só fazer a eleição? O próprio Conselho que iria deliberar acerca da escolha dos delegados? O
1666 que tinham até interesse de fazer a discussão porque a saúde do trabalhador envolvia a todos porque todos
1667 ali eram trabalhadores, ou fosse informal ou de diversas áreas, vinculados ou não, como o conselheiro
1668 José Silvino havia falado e precisavam conscientizar os mesmos que eles eram usuários do SUS, e que
1669 inclusive existiam trabalhadores nos municípios, dentro das unidades dizendo que o SUS é o pior sistema
1670 de saúde do mundo, e não se sentiam usuários do SUS. Portanto, aquela Conferência seria para
1671 conscientizar aqueles companheiros que eram sim usuários do SUS O conselheiro Ricardo Luiz Dias
1672 Mendonça esclareceu que a colocação do conselheiro Moysés Longuinho Tonyolo de Souza, que em uma
1673 das reuniões que estavam finalizando o Regulamento da Conferência, e deixaram bem claro e inclusive a
1674 Comissão que ali estava e iria reforçar que deixaram claro, que a conferência não seria somente dos
1675 sindicatos, e ficou da Comissão de Mobilização, junto aos sindicatos, tentar mobilizar todas entidades e
1676 todos os parceiros para que participassem da Conferência, porém o papel que havia sido passado para
1677 eles, das Centrais Sindicais não seria levar somente os sindicatos, e sim mais parceiros para que fizessem
1678 a discussão da conferência. O conselheiro Francisco José Sousa e Silva informou que seria breve nos
1679 esclarecimentos que o conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves havia solicitado, e logo em seguida a
1680 Doutora Letícia Nobre faria o complemento: a primeira questão, estava claro que no ano passado na
1681 última reunião do ano, e o Pleno do CES havia aprovado a realização da 4ª Conferência, o que ao seu
1682 entendimento que o CES e todos, concordaram em fazer a mesma. Então qualquer que fosse a dúvida, a
1683 crítica seria sempre bem vinda, porém teriam que tomar cuidado quando vinha a crítica, porque quando o
1684 CES dizia que iria fazer, no seu entendimento eram sessenta e quatro conselheiros e a questão da
1685 participação, o que estava sendo colocado ali, já estava sendo repetido e a Comissão Organizadora com
1686 muito cuidado havia tirado uma pauta de agenda, e disse: “a partir de agora todas as terças-feiras
1687 religiosamente nos encontraremos aqui, até conseguirmos fechar o objetivo que é realizar a Conferência”
1688 e aquele convite sempre foi extensivo aos sessenta e quatro conselheiros, independente de participação
1689 efetiva, oficial ou não da Comissão Organizadora; quanto à segunda questão, os municípios que são sedes
1690 de macros, desde quando o CES aprovou o processo daquela forma, e havia publicado no Diário Oficial
1691 aquela forma, com certeza tiveram ciência sim, da realização da Copa, como seria feita a Conferência na
1692 etapa Macrorregional e tanto era verdade aquilo que estava colocando que deu um exemplo muito
1693 tranqüilo, como por exemplo o município de Vitória da Conquista, que era sede de macro e teria
1694 Conferência, onde tinha a Comissão local e que com apoio ou não da Comissão Organizadora, estavam
1695 tocando o seu processo e consultando sempre quando necessários das dúvidas, e a questão que o
1696 conselheiro Josivaldo colocou ali era importante. Seria papel de todo o município se envolver? Sim, no

1697 entanto ninguém poderia dizer que era de responsabilidade apenas do município porque a Conferência era
1698 Macro e não municipal, porém, desde quando a Conferência acontecesse dentro do município, o Controle
1699 Social era o Conselho do Município. Claro que o Conselho Municipal deveria ter algum tipo de
1700 envolvimento ou então abrir mão para que algum outro Conselho de outro município assumisse aquela
1701 responsabilidade que também não seria nenhum problema, afinal de contas o estado tinha quatrocentos e
1702 dezessete municípios, e cada Macrorregião daquela com certeza tinha mais de cinquenta municípios cada
1703 uma. Então, se o município não se achasse capaz que abrisse *a mão* e oferecesse inclusive a oportunidade
1704 de outro município ou outro conselho *puxar* o processo, e acreditava que aquilo que era interessante, e
1705 tinha uma palavra atualmente muito usada na questão da indústria principalmente no processo produtivo
1706 que se chamava *full time* e não tinham nenhuma capacidade ali de fazer Conferência e não existia aquilo,
1707 até porque tinham prazos e estavam correndo contra o tempo para dar conta do que o CES resolveu no
1708 final do ano passado, que foi realizar a Conferência. Então se estavam trazendo aquelas questões ali, seria
1709 porque ontem que ficaram prontas, e estavam tendo a responsabilidade que se aprontou ontem, pelo
1710 menos no prazo estavam dando ciência, a quem estava comandando o processo que era o CES. Quanto à
1711 questão da página na internet e estavam dizendo que a possibilidade de ficar no ar seria amanhã,
1712 acompanhando a ideia do conselheiro Ricardo, mas só a partir do dia seguinte que começariam a usar,
1713 tirar dúvidas, ver o que funcionava e não porque não tinha como. Todos estavam em uma situação tão
1714 complicada que era e tinha sido necessário que municípios estivessem se deslocando para Salvador para
1715 participarem da reunião de terça feira. Tanto as DİRES quanto os municípios porque sabiam da
1716 dificuldade que era e estavam praticamente sem tempo para colocarem as questões e encaminharem.
1717 Observem o Regulamento das Macro e o Regimento da Conferência, que havia ficado pronto a partir da
1718 última reunião que foi na terça feira e quinta feira que foi apresentado ali naquele momento na reunião do
1719 CES. Então colocou daquela forma por que: primeiro, antes do Seminário de Brasília Doutor
1720 Washington iria falar ali sobre o financiamento por isso seria claro em uma questão, e se não falasse a
1721 verdade o Doutor Washington poderia colocar: antes do Seminário de Brasília nos dias vinte e um e
1722 vinte e dois, na penúltima reunião da Comissão Executiva, sentaram-se na Mesa com a Gestão, para
1723 verem se de fato teriam o dinheiro ou não para se realizar a Conferência nos dias dezoito e dezenove que
1724 ainda foram ouvir da gestão, da onde teriam o dinheiro ou como iriam conseguir, por conta da questão do
1725 fluxo e não seria porque não tinha, mas era a dificuldade do fluxo, era um ano atípico então teriam que
1726 tomar cuidado na situação como estavam colocando, porque não tinha sido fácil, e tudo aquilo havia sido
1727 colocado ali, e pelo menos o que tinha sido colocado era o que estava certo e a partir do que estava certo
1728 seria o que se encaminhava. Lembrou mais uma vez para o conselheiro Josivaldo que o CMS, precisava
1729 estar envolvido, o nome da reunião era: Reunião Ampliada e não era reunião ordinária do Conselho e se
1730 fosse reunião extraordinária precisaria ser explicada que seria uma reunião ampliada, o que se
1731 subentendia que além dos conselheiros iriam convidar entidades e movimentos que se envolvessem na
1732 discussão e que lá se escolhesse a representação do município. No entanto, para que acontecesse, o
1733 Conselho que teria de convocar, e se não fossem convocar que por favor comunicassem para que fossem
1734 tomadas outras providências. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio solicitou questão de
1735 ordem no sentido de que primeiro a atitude dos conselhos que seriam capazes de fazer, e o que havia sido
1736 discutido ali não foi se tinham capacidade ou a incapacidade dos conselhos municipais de fazer. Então
1737 seria mais uma questão da melhoria da comunicação porque não estava havendo, para disparar o processo
1738 para que soubessem como iriam chamar e o quanto iriam realizar, tinham uma compreensão de uma
1739 prática de uma reunião de apropriar do Conselho, que seria uma outra questão, porque se chamasse para
1740 uma reunião oficial do Conselho e constava no Regimento que precisavam de quorum, e mesmo sendo
1741 ampliada com vários convidados precisaria de quorum para que acontecesse a reunião. Poderia
1742 flexibilizar? Sim porém precisavam saber como seria realizado o processo, por isso que foi colocado que
1743 não podiam burocratizar. Outra questão, ele não havia recebido em nenhum momento a informação e
1744 solicitou que fosse confirmada com a Senhora Elisabete se havia sido passada para os conselheiros, a
1745 informação que todas as terças feiras estava havendo a reunião naquele espaço e se o seu e-mail estava
1746 inserido ali. Já que ele mesmo não estava sabendo sobre a reunião. A Senhora Elisabete Lima de Moraes
1747 respondeu que não foi passado em momento nenhum para a Secretaria Executiva do CES, que seria para
1748 indicar outros conselheiros, foi passado que seriam as comissões então aquelas informações foram
1749 passadas, no entanto para os outros conselheiros não. A Sra. Letícia Nobre informou que o CNS já em

1750 anos anteriores havia deliberado que não queriam mais uma Comissão Setorial específica, mas o CNS,
1751 deliberou e chamou aquela conferência e todos os estados brasileiros estavam se mobilizando e o CES
1752 aprovou a partir de dezembro a realização da Conferência. O objetivo da Conferência era cumprir o que
1753 estava na Constituição Federal desde 1988, na Lei Orgânica da Saúde desde 1990, em todas as portarias e
1754 instrumentos normativos e na Lei Orgânica do Estado da Bahia, e todos os seus objetivos das portarias e
1755 na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora publicada em agosto de 2012, válida
1756 para todo o território nacional onde constavam os princípios, diretrizes, orientações, atribuições dos
1757 gestores, municípios, estados e união para efetivação em todo o território nacional. Respondeu ainda para
1758 o conselheiro Marcos que o objetivo da Conferência era discutir a efetivação da Política de Saúde do
1759 Trabalhador e da Trabalhadora nos municípios, nas regiões, nos estados e no Brasil, aquele era o objetivo
1760 da Conferência e por isso estavam colocando o que era muito importante que o processo de discussão da
1761 Macrorregional fosse o mais amplo possível com a inclusão de categorias de trabalhadoras e dos
1762 Movimentos Sociais e sistematicamente, o que tradicionalmente vinha tendo menos acesso, menos
1763 possibilidades de se discutir as questões de Política Pública de Saúde, e que fizessem um processo
1764 qualificado nas Conferências regionais e claro que tirar delegados para a estadual e nacional seria
1765 importante, porém o mais importante seria discutir aquela política, nos territórios, municípios e estados.
1766 Quanto aos Conselhos Municipais de Saúde que estavam implicados, tanto que o Regulamento só foi
1767 fechado há dois dias, por isso que a comunicação, já que não podiam ficar comunicando à televisão,
1768 jornal, rádio e estavam pensando até em colocar notícias nas rádios porque no interior do estado se
1769 trabalhava muito com rádio e na televisão não era possível, poderiam até pautar entrevista gratuita, mas
1770 colocar propaganda na televisão não tinha como por que não havia nem tempo e nem dinheiro, então
1771 aquele tipo de comunicação não iria funcionar daquele jeito. Ou se fazia o processo de fato, com todos
1772 mobilizados com a população dos municípios ou não daria. Enfim o Regulamento fechou nas orientações
1773 que estavam ali sendo distribuídas entre todos que era uma parte do trabalho, e as quatro comissões
1774 tinham trabalhado muito não só na terça feira porque, até chegar na terça feira o povo trabalhava todos os
1775 dias da semana pela manhã e a tarde e eles particularmente até a noite, para fazerem aquilo acontecer
1776 naquele tempo que era curtíssimo. Então precisavas ter aquele entendimento e ali estava colocado que a
1777 reunião ampliada estava proposta o que era uma orientação do Regimento da Conferência Nacional e do
1778 Regimento da Conferência Estadual era um detalhamento como sairiam as pessoas dos municípios para
1779 irem para a Macrorregional, então era um detalhamento do Regimento aprovado pelo CES. Salientou
1780 que aquilo havia sido fechado na terça feira, e a partir dali tinham que correr para fazer a publicação,
1781 colocar em todos os meios e estavam contando necessariamente com o envolvimento de todos e de todas
1782 e teriam que diversificar a estratégia de comunicação de mobilização e contar com todos. Com relação
1783 aos delegados que viriam e a idéia não seria que somente o CMS fosse escolher os representantes para
1784 irem para as Macrorregionais, somente com os seus conselheiros não, a idéia seria que a Reunião
1785 Ampliada mobilizasse e comunicasse para diversas representações e naquela reunião fossem tirados os
1786 representantes que poderiam ser conselheiros ou não, e dessem oportunidades para outras representações
1787 já que tinham inúmeras representações de trabalhadores e de movimentos sociais que não estavam no
1788 Conselho, então a ideia seria incluir e não excluir. Com relação à questão do delegado que foi colocada, o
1789 número já estava definido no Regimento da Conferência Nacional de quem iria da estadual para a
1790 nacional, foi realizado um cálculo de delegados de cada uma das macros para que viessem estava
1791 proposto no Regimento que foi aprovado. Com relação aos convidados na realidade seria o convidado
1792 observador e participante inclusive, porque a única coisa que o convidado não poderia fazer seria votar. A
1793 idéia seria que os convidados participassem ativamente da discussão, propusessem, discutissem e não
1794 votariam porque só iriam votar apenas oito delegados. Salientou que já estavam mobilizando desde o
1795 início as DARES e os municípios com CERESTS e também apresentaram por duas vezes, no Conselho
1796 Estadual dos Secretários Municipais de Saúde, mas de fato precisava de uma mobilização maior com os
1797 CMS. O conselheiro Jair Alves dos Santos perguntou se os conselheiros estavam eleitos como delegados
1798 para participarem da Conferência e qual a quantidade de vagas para os observadores, ouvintes que era
1799 muito pouca para uma região tão grande como havia falado antes. A Doutora Letícia Nobre respondeu
1800 que, para a etapa estadual constava no Regimento aprovado pelo CES, que seguiu a orientação do
1801 Regimento do CNS, aprovado no Regimento de vinte e cinco de janeiro quais seriam os delegados para a
1802 etapa estadual: aqueles delegados que viriam das Macrorregionais, vinte e quatro para as cinco macros

1803 menores, e trinta e seis para as maiores então a soma dos vinte e quatro para os trinta e seis, das nove
1804 Macro Regionais e seriam delegados natos. No entanto para as etapas Macro Regionais as pessoas teriam
1805 que ir até a Macrorregional, participar da discussão das propostas, então interessava que fossem
1806 mobilizados todos os municípios, porque trabalhador em todos os municípios e a Política de Saúde do
1807 Trabalhador e da Trabalhadora diz respeito a todos os níveis de gestão do SUS pois não existia município
1808 nenhum que não tivesse trabalhador e não tinha secretário e Conselho nenhum que não tivesse
1809 responsabilidade sobre a proteção da Saúde do Trabalhador e das Trabalhadoras então, não era cabível e
1810 por ser uma Conferência Macrorregional, que algum Conselho e alguma secretaria achasse que tinha
1811 legitimidade para se eximir daquele processo, na sua opinião, que estava falando como diretora da área
1812 técnica específica. O conselheiro Jair Alves dos Santos comentou se vinte e cinco pessoas para
1813 participarem como representantes como ouvintes do trabalhador era muito pouco a quantidade de vagas
1814 para uma região como Salvador. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves salientou para o conselheiro
1815 Jair, que o Regimento já havia sido aprovado. O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça solicitou à
1816 Secretaria Executiva que encaminhasse a apresentação, o regulamento para todos os conselheiros. A
1817 Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que a Secretaria Executiva do CES enviou para a Secretaria
1818 Executiva da CIST, duas trabalhadoras que estavam lá diariamente, não estavam à disposição da
1819 Conferência então nem tudo estava passando pela Secretaria Executiva do CES. Estava sendo feito lá pela
1820 Secretaria Executiva da CIST e da Conferência. Então que ficasse bem claro que foram colocadas pessoas
1821 lá à disposição. A Senhora Jacira Azevedo Cancio agradeceu a todas as contribuições, e que o tempo era
1822 curto e havia a necessidade em que todos se envolvessem, se mobilizassem e ajudassem, quanto ao e-mail
1823 que foi colocado, poderiam pedir à Secretária Executiva do CES que encaminhasse as informações com o
1824 site de acesso aos documentos que o conselheiro havia pedido para que fosse disponibilizado o e-mail
1825 eletrônico, então não só a política estava disponibilizada pelo site da SUVISA como também outros
1826 documentos como também no whatsapp a partir do dia seguinte. Então, todos aqueles documentos e
1827 informações eram importantes e o e-mail da Conferência, deveria e poderia ser utilizado para agregar,
1828 para tirar dúvidas e também para fazer sugestões e críticas porque o tempo era curto e tinham que somar
1829 esforços. Colocou que todos aqueles instrumentos foram socializados, foi encaminhado para todos os
1830 CMS por duas vias e não só pela Secretaria Executiva do Conselho, como também pela área de Gestão
1831 do Mobiliza, e não significava que chegou para todos, sabiam das dificuldades e o que estava sendo
1832 colocado ali, era importante a fala de todos que levava, reenviava, reiterava melhorava a comunicação
1833 que era o queriam. Em relação à observação que o conselheiro Ricardo colocou quanto à inscrição,
1834 estavam testando e por isso não tinha ido para o ar desde terça feira conforme havia combinado com a
1835 Comissão Organizadora, então estavam fechando e a ficha de inscrição, era muito fácil e não precisava de
1836 um treinamento, tinha todos os elementos e se alguém tivesse alguma dificuldade também solicitava que
1837 todos fossem vigilantes, apoiadores, amigos, parceiros que compartilhassem que construíssem aquela
1838 Conferência não eram eles da gestão que estavam fazendo, a Secretaria Executiva, Elisabete tinha as
1839 pessoas do CES, que sempre estavam realizando aquela Conferência, todos eram operários para fazer
1840 acontecer aquela Conferência da melhor forma possível. A conselheira Camila dos Santos Pimentel
1841 sugeriu que para facilitar o processo existia todo um grupo trabalhando, inclusive documentos, por
1842 exemplo, um documento que não foi feito pelo CES, mas sim pela Comissão Organizadora, então o seu
1843 encaminhamento seria que documentos como aquele compilados, pudessem ser repassados para a
1844 Secretaria Executiva do CES, que imediatamente passaria para todos os conselheiros porque daquela
1845 forma teria como divulgar melhor. Porque poderia da CEST na Instituição de Marisqueiras e Pescadores,
1846 mas não estaria, por exemplo, com um documento como aquele, com a logomarca, um e-mail que eles
1847 pudessem deixar fixado no mural, para que outras marisqueiras e pescadores pudessem ver. Então o seu
1848 encaminhamento seria que aquelas chamadas, que poderiam ser produzidas pela Comissão que pudessem
1849 ser trabalhadas, e fossem repassadas. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio complementou o
1850 encaminhamento da conselheira Camila, que não deveria somente passar pela Secretaria Estadual, e que
1851 pelo decorrer do tempo seria apenas corrigir, ao que poderia ter sido pensado melhor e poderiam inserir
1852 dentro da Comissão Organizadora, como convidada a Secretaria Executiva do CES, até para garantir a
1853 participação, em tempo hábil. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou mais uma vez que a
1854 Secretaria Executiva do CES designou duas trabalhadoras para trabalharem na Secretaria Executiva da
1855 Conferência, e estava funcionando da seguinte forma: elas faziam o relatório diário ou semanal do que

1856 estava acontecendo, e na medida em que as informações chegavam iam repassando imediatamente, mas o
1857 objetivo das duas funcionárias terem ido para lá, foi exatamente porque não tínhamos condições de infra-
1858 estrutura e elas foram para dirimir todos os problemas e fazer toda a comunicação, via Secretaria
1859 Executiva da Conferência, e que ficasse muito claro. O senhor Presidente colocou que em primeiro lugar
1860 que o ritmo que a conferência tem que ter agora teremos que acabar de uma vez por todas com esses
1861 desalinhamentos, a partir de agora é Conferência. Com relação aos recursos para vocês terem idéia, esse
1862 bloco todo da Conferência com as regionais ele estará orçado em mais de 700 mil reais, algo que não
1863 tínhamos dotação orçamentária. Então o nosso grande problema está sendo esse, mas já temos 500 mil
1864 reais separados e o restante dos recursos teremos que providenciar. Hoje falei com Letícia e Alcina para
1865 que comecem a tocar enquanto ficarei com a responsabilidade de captar o restante dos recursos para
1866 termos o recursos suficientes para fazer, então Francisco está garantido uma boa parte do recurso com
1867 recursos bem definidos e outra ainda no compromisso nosso com a Conferência. Agora é correr atrás.
1868 Obrigado Letícia pela participação parabéns pelo material ficou muito bonito, a questão da política é algo
1869 que muitas vezes a pessoa se amarra para ler, mas você transformou em algo prazeroso para ler porque
1870 ficou muito bem diagramado. O primeiro ponto do que ocorrer já passou o segundo ponto do que ocorrer
1871 prestem bem atenção que é a Indicação de 04 (quatro) Conselheiros, respeitando a paridade, para
1872 participar do VII Fórum de Conselhos de Saúde Estaduais e Municipais e das Capitais Norte e Nordeste,
1873 que será realizado em Boa Vista – Roraima, de 09 a 11 de maio de 2014. Inscrições até o dia 07 de abril
1874 de 2014. O conselheiro Francisco José Sousa e Silva lembrou principalmente para as pessoas envolvidas
1875 nas comissões que a partir do dia 05 de maio tem Conferência Macro Regional 05 e 06 de maio e também
1876 nos dias 08 e 09 de maio tem Conferência, então se o CES aprovou aqui e está se responsabilizando pela
1877 realização da Conferência e isso é um evento que vai acontecer justamente de 09 a 11 de maio e as
1878 pessoas não poderão viajar dia 09 terá que viajar antes até porque é uma viagem muito longa. Então é
1879 bom que quem está assumindo o compromisso, principalmente em comissão, por favor, observe que
1880 possa ser que tenha dificuldade em colocar o nome aqui e depois termos problemas na Conferência da
1881 Macrorregional pela ausência da pessoa que está se colocando para participar dessa atividade. O
1882 conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que gostaria de fazer um adendo. Discutimos em
1883 um evento como esse estará em proximidade com as Conferências, mas esse evento é um evento
1884 importante, mas temos a questão da Indicação de 04 (quatro) Conselheiros, respeitando a paridade, e
1885 sempre que há um evento desses há uma queixa das pessoas em relação ao ânimo de participar, que
1886 de uma forma ou de outra há um crescimento, o que estou querendo propor é que sabemos que o
1887 deslocamento para um local como Boa Vista é um custo muito grande e como temos quatro vagas
1888 respeitando-se a paridade, como participo mais Francisco e somos do GT Permanente do Fórum aí é uma
1889 questão do ponto de vista financeiro na possibilidade de garantir a nossa participação enquanto
1890 representação desse GT não entraríamos na disputa dentro dessas quatro vagas é uma avaliação do ponto
1891 de vista financeiro da instituição porque do ponto de vista de lá não teríamos problema nenhum. O Senhor
1892 Presidente perguntou se não teria problema então teríamos o que? . O conselheiro Sílvio Roberto dos
1893 Anjos e Silva enfatizou que manteríamos os quatro como participo mais Francisco do GT permanente do
1894 Fórum do Nordeste então não entraríamos nessa disputa. O Senhor Presidente enfatizou que tentamos ao
1895 máximo é garantir a participação de todos. A nossa situação apresentei pela manhã e todos viram estamos
1896 tendo dificuldades e tentaremos fazer sempre ao máximo com a quantidade de representações que não
1897 prejudiquem, não sou favorável a ampliar mais do que já tem e até por entender inclusive que fosse um
1898 conselheiro e estando lá para apresentar e para trazer já seria o suficiente, mas entendemos a questão da
1899 paridade e as regras então acho que devemos manter do jeito que está mesmo. O conselheiro Jair Alves
1900 dos Santos enfatizou que a sua observação seria a seguinte se ele já está no GT ele não poderia participar
1901 mais. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos salientou que esse encontro é um desdobramento
1902 do encontro de Aracajú. O Senhor Presidente enfatizou que ficou sabendo que o Nordeste não optou em
1903 esta lá no Norte. A senhora Elisabete Lima de Moraes colocou que não era desdobramento de Aracajú,
1904 isso surgiu em 2008, 2009 conosco. Depois de um curso do Conselho Nacional de Secretários de Saúde
1905 (CONASS) montamos um grupo e pensamos nesse Fórum que seria Fórum Nordeste depois
1906 descaracterizou em tudo e hoje sinceramente me arrependo de ter feito parte desse comprometimento
1907 porque descaracterizou, desculpe-me os termos, mas virou CES Tour. Roraima é um lugar muito longe e
1908 extremamente caro, vocês passarão talvez um dia e meio viajando, então qual é o relatório que está

1909 apresentado dos outros Fóruns? Quais são as deliberações dos outros Fóruns que estão realmente no
1910 cotidiano da saúde do país? Não tem. Não tem deliberação, não tem aspecto legal nenhum que dê suporte
1911 a esse fórum então vamos pensar com calma o que é que queremos mesmo, já tem quatro usuários aqui
1912 escritos só tem duas vagas. O Senhor Presidente salientou que isso inclusive é uma bandeira para ser
1913 discutida lá, vocês terão que levar essa fala aqui que não é só a de Bete, o Francisco colocou na ultima
1914 reunião a mesma coisa para mim. O Nordeste tem um posicionamento e temos que ter um posicionamento
1915 do resultado desses fóruns é isso. Mas isso não impede em nada e por isso está na pauta porque a
1916 coordenação executiva entende que tudo tem que ser colocado aqui e aqui que se define as coisas não é a
1917 Coordenação Executiva que define nada. Existem três nomes: Jair, Walney e Silvino, deixaremos esses
1918 nomes e os demais consultaremos. Ponto três: Indicação de dois (02) Conselheiros membros da COFIN
1919 Estadual e de dois (02) Conselheiros da Coordenação Executiva do CES, para participarem da **OFICINA**
1920 nos dias **11 e 12 de abril de 2014**, com o objetivo promover um resgate dos 25 anos do SUS, divulgar e
1921 sensibilizar o controle social sobre a Lei Complementar 141/2012, ampliar o debate sobre o
1922 financiamento da Saúde na perspectiva do processo de construção da 15ª Conferência Nacional de Saúde,
1923 prevista para 2015, durante a realização do Congresso da Rede Unida em Fortaleza – CE. Colocaram os
1924 seus nomes para participarem da Oficina os conselheiros Jorge Geraldo, Silvio, e da Coordenação
1925 Executiva o pessoal define. Depois da conselheira Camila necessitarei sair para um compromisso agora
1926 que inclusive vou convidar vocês no Palácio Rio Branco onde haverá o lançamento da revista do 7º Ano
1927 do Governo que é um balanço geral e depois vou trazer para os conselheiros. A conselheira Camila dos
1928 Santos Pimentel salientou que iria cobrar de novo, cobrei na última reunião os medicamentos para a
1929 fibrose cística. O Senhor Presidente solicitou a conselheira Camila que essa solicitação fosse feita
1930 oficialmente, para ficar registrado, pois acho o correto e para também registrarmos é uma coisa simples e
1931 infelizmente não conseguimos resolver, mas acho assim a primeira vez você falou não demos a resposta,
1932 já é a segunda vez então vou querer como Secretário esse documento que a conselheira Camila e outros
1933 conselheiros colocaram da falta de medicamento e vou levar a minha superintendência que cuida dessa
1934 área para te dar uma resposta e não ficar aqui falando coisas que não estamos cumprindo. A conselheira
1935 Camila dos Santos Pimentel informou que a sua questão é porque por que o seu papel aqui é para
1936 justamente haver o Controle Social e evitar ao máximo a judicialização e exatamente para isso que o
1937 grupo está caminhando estou realmente tentando granjear isso. O Senhor Presidente colocou que
1938 inclusive agradeço muito a sua postura que sempre tem uma postura muito proveitosa conosco, mas
1939 solicito o documento para dar um aperto no povo porque quero que eles entendam o que o CES deliberou
1940 vários são os problemas e gostaria de fazer dessa forma porque acho interessante. O Conselheiro Marcelo
1941 Henrique Siqueira de Araújo colocou que o Estado da Bahia está realizando o primeiro evento ecológico
1942 econômico de todo estado que é uma exigência da lei da política nacional de meio ambiente de 1981
1943 então finalmente agora o Estado da Bahia vai ter zoneamento ecológico econômico que está a cargo da
1944 Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) e esse
1945 zoneamento está em fase de informação pública, de escuta pública então gostaria que vocês consultassem
1946 o site que é <http://www.zee.ba.gov.br> o site tem todas as informações do zoneamento e, além disso, temos
1947 varias escutas territoriais então no dia 1º de abril teremos escutas em Seabra e Jequié, no dia 3 de abril em
1948 Santa Maria da Vitória e em Eunápolis, no dia 8 de abril em Itapetinga, Jiquiriça, Itapetinga e Paulo
1949 Afonso, no dia 10 de abril em Cicero Dantas e Camaçari, no dia 14 de abril em Ipirá e no dia 15 de abril
1950 em Feira de Santana com isso encerra-se essa fase de escutas e de audiências em um total de 41 reuniões
1951 que serão feitas até o dia 15 de abril e em todo o estado apresentamos o zoneamento. Então não percam a
1952 oportunidade de participar inclusive porque tem as questões de saúde ambiental que é importante que
1953 sejam observadas, por exemplo, na última escuta que coordenei em Cruz das Almas o pessoal de Santo
1954 Amaro fez muitas observações extremamente importantes que não estavam sendo observadas nas
1955 diretrizes. Então não percam a oportunidade porque é o momento de está colocando lá as questões da sua
1956 região, do seu território dentro das diretrizes do zoneamento ecológico econômico que é um zoneamento
1957 inédito no estado da Bahia. O Senhor Presidente agradeceu o conselheiro Marcelo e parabenizou o
1958 Trabalho da Secretaria do Meio Ambiente – Bahia (SEMA) sendo muito importante para o futuro do
1959 nosso estado. A conselheira Gislene Villas Boas Torres da Silva informou que no dia 11 de abril
1960 estaremos fazendo uma audiência pública na Câmara Municipal em relação ao transporte gratuito aos 60
1961 anos. O estatuto rege a partir dos 60 anos, mas o do transporte não. Então faremos uma audiência publica

1962 às 9h da manhã na Câmara Municipal. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza lembrando aos
 1963 conselheiros que não mando só queixas e denúncias, mandamos um posicionamento do Fórum de ONGs
 1964 AIDS de São Paulo sobre a defesa do SUS público que é uma pauta importantíssima que está tendo
 1965 internacionalmente de que o Governo Brasileiro inclusive cogita mudar de sistema universal para acesso
 1966 universal e começar a lotear serviços que uma parte seria público e a outra parte o usuário teria que pagar.
 1967 Então mandei isso para os conselheiros e a outra coisa que mandei foi à nota da Rede Nacional das
 1968 Pessoas Vivendo com HIV/AIDS sobre a questão do Big Brother Brasil que foi uma questão gravíssima.
 1969 Mandei junto com a nossa nota alguns documentos que são da Organização das Nações Unidas (ONU)
 1970 que falam hoje do avanço científico e tecnológico que é o tratamento como barreira de transmissão do
 1971 HIV/AIDS que hoje em dia está posto cientificamente que uma pessoa como sou e que faço tratamento há
 1972 mais de 15 anos e tenho carga viral indetectável não tendo nenhuma DST nem nada não é preconizar o
 1973 não uso do preservativo, mas até uma exposição que ocorresse indevidamente teríamos 0,0 chances de
 1974 passar para outra pessoa. Então é importantíssimo que digamos que as pessoas vivam com HIV/AIDS e
 1975 não sejam discriminadas não precisa ter medo das pessoas que tem o vírus do HIV por conta da evolução
 1976 científica que é hoje o tratamento para essas pessoas. Gostaríamos do apoio de todos para essa nota que
 1977 fizemos e por último como o Conselho Municipal de Saúde de Salvador demanda ao CES também estou
 1978 demandando para que o Conselho Municipal de Saúde de Salvador através de Silvino e Marcos que, por
 1979 favor, levem a pauta dos pacientes com Parkinson do Município de Salvador que há 3 meses não tem
 1980 medicamento que deveriam serem dados pelo município, por mais que não tenhamos o fórum de
 1981 patologias ativo, mas em nome de todas as patologias que gostaríamos de ver esses pacientes serem
 1982 considerados pela gestão da Secretaria Municipal de Saúde e o CES é o órgão que deve cobrar essas
 1983 responsabilidades. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que todos sabem que sempre
 1984 venho colocando a situação do Hospital Clériston Andrade que havia a possibilidade de ser privatizado,
 1985 ainda há essa possibilidade, mas com toda a movimentação conseguimos sensibilizar em principio a
 1986 SESAB junto com a Universidade Estadual de Feira de Santana em transformar o hospital em Hospital
 1987 Escola a SESAB investiu criou-se um GT coordenado pela Universidade Estadual de Feira de Santana o
 1988 projeto já está concluído e aqui estou solicitando que seja ponto de pauta para a próxima reunião se
 1989 possível à apresentação do projeto que transforma o Hospital Clériston Andrade em Hospital Escola, até
 1990 porque o Hospital Clériston Andrade já é um Hospital Escola por que todas as unidades de Feira de
 1991 Santana e região utilizam aquele espaço como campo de estágio. O conselheiro Walney Magno de Souza
 1992 registrou que obtivemos sucesso lá e por conta disso hoje, teve uma repercussão regional e se Fez
 1993 presente hoje a Secretária Municipal de Ibicuí com a mesma demanda assumimos o compromisso com ela
 1994 e iremos agora oficializar e iremos sugerir. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho solicitou que a
 1995 Coordenação Executiva avaliasse a possibilidade, não sei se é possível, mas que incluamos como ponto
 1996 de pauta, já que mobilizamos e foi muito legal essa coisa das comissões e que possamos em cada reunião
 1997 nossa fazermos um breve informe do que a comissão fez e quem vai representar o CES em qualquer
 1998 lugar, que faça um relatório que possa fazer circular, porque é importante para todos para podermos estar
 1999 antenados com essas representações, primeiro por uma questão interna sobre essas e com as
 2000 representações que estão fora que possam ser socializadas.

2001

2002 SOLICITAÇÕES/DELIBERAÇÕES

2003

2004 A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho solicitou que a Coordenação Executiva avaliasse a
 2005 possibilidade de incluir como ponto de pauta, já que mobilizou e foi muito legal, essa coisa das comissões
 2006 e que se pudesse em cada reunião fazer um breve informe do que a comissão fez. E quem fosse
 2007 representar o CES em qualquer lugar que fizesse um relatório que pudesse fazer circular, porque era
 2008 importante para todos para poder estar antenados com essas representações. Primeiro por uma questão
 2009 interna sobre essas e com as representações que estavam fora para que pudessem ser socializadas.

2010

2011 O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a
 2012 próxima reunião para o dia 29 de maio de 2014, quinta-feira, às 14 horas. Não havendo mais o que tratar,
 2013 eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será
 2014 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.

- 2015 Salvador, 27 de abril de 2014.
- 2016 Washington Luis Silva Couto (Presidente)
- 2017 Elisabete Lima de Moraes (Secretária Executiva)
- 2018 Aldenilson Viana Rangel
- 2019 Beatrix Kunz
- 2020 Camila dos Santos Pimentel
- 2021 Carlos Alberto Seixas Rio
- 2022 Célia Maria Alexandria de Oliveira (Secretária Adjunta)
- 2023 Doraídes Alves Nunes Almeida
- 2024 Edson Moraes de Oliveira
- 2025 Eliane Araújo Simões
- 2026 Fernando Antônio Duarte Dantas
- 2027 Francisco José Sousa e Silva (Vice-Presidente)
- 2028 Gislene Villas Boas Torres da Silva
- 2029 Jair Alves dos Santos
- 2030 Jorge Geraldo de Jesus Rosário
- 2031 José Silvino Gonçalves dos Santos
- 2032 Josivaldo de Jesus Gonçalves
- 2033 Josuéilton de Jesus Santos
- 2034 Juliane Passos Avena
- 2035 Julieta Maria Cardoso Palmeira
- 2036 Júlio César Vieira Braga
- 2037 Leonídia Laranjeira Fernandes
- 2038 Lílian Fátima Barbosa Marinho
- 2039 Lourani Maria Carneiro
- 2040 Luís Delfino Mota Lopes
- 2041 Marcelo Henrique Siqueira de Araújo
- 2042 Marcos Antônio Almeida Sampaio
- 2043 Marcos Barroso de Oliveira
- 2044 Maria Cristina de Camargo Fonseca
- 2045 Maria do Carmo Brito de Moraes
- 2046 Maria Helena Machado Santa Cecília
- 2047 Maria Luíza Costa Câmara
- 2048 Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral)
- 2049 Neila Tiara Santos Soledade
- 2050 Olívia Santos Pereira
- 2051 Paulo José Bastos Barbosa
- 2052 Ricardo Luiz Dias Mendonça
- 2053 Rômulo José Valença Corrêa
- 2054 Silvanete Brandão Figueiredo

- 2055 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva
2056 Walney Magno de Souza

Nome do arquivo: ATA 207 final
Pasta: X:\GASEC\CES_CIB\Ces\ATAS\ATAS 2014
Modelo: C:\Users\emoraes\AppData\Roaming\Microsoft\Modelos\
Normal.dot
Título: Ata da 207ª Reunião Ordinária do
Assunto:
Autor: idelma
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 08/05/2014 15:18:00
Número de alterações:4
Última gravação: 08/05/2014 15:21:00
Salvo por: emoraes
Tempo total de edição: 1 Minuto
Última impressão: 08/05/2014 15:22:00
Como a última impressão
Número de páginas: 40
Número de palavras: 31.460 (aprox.)
Número de caracteres: 169.884 (aprox.)